



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL

BRUNO FERREIRA SOARES

DESTERRITORIALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE A POPULAÇÃO SUBMETIDA A REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO
NO CONJUNTO HABITACIONAL NOVO CRATO, EM CRATO – CE

JUAZEIRO DO NORTE

2016

BRUNO FERREIRA SOARES

**DESTERRITORIALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE A POPULAÇÃO SUBMETIDA A REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO
NO CONJUNTO HABITACIONAL NOVO CRATO, EM CRATO – CE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER, da Universidade Federal do Cariri – UFCA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de Concentração: Sociedade, Estado e Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientadora: Prof.^a Dra. Suely Salgueiro Chacon

JUAZEIRO DO NORTE

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

-
- S676d Soares, Bruno Ferreira.
Desterritorialização e sustentabilidade: um estudo de caso sobre a população submetida a reassentamento involuntário no conjunto habitacional Novo Crato, em Crato – ce / Bruno Ferreira Soares. – 2016.
170 f.: il., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Juazeiro do Norte, 2016.
Orientação: Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon.
1. Políticas públicas. 2. Território. 3. Espaço Urbano. 4. Desenvolvimento Sustentável. I.
Título.

CDD 711.4098

BRUNO FERREIRA SOARES

**DESTERRITORIALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE A POPULAÇÃO SUBMETIDA A REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO
NO CONJUNTO HABITACIONAL NOVO CRATO, EM CRATO – CE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável - PRODER da Universidade Federal do Cariri – UFCA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

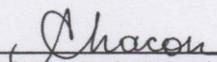
Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável

Linha de Pesquisa: Sociedade, Estado e Desenvolvimento Regional Sustentável

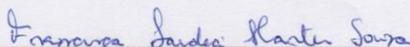
Orientadora: Profª. Dra. Suely Salgueiro Chacon

Data de Aprovação: 29 / 07 / 2016

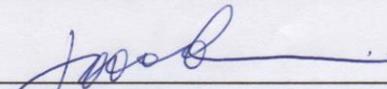
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dra. Suely Salgueiro Chacon
(Orientadora / UFCA-PRODER)



Prof. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza
(Membro Interno / URCA/UFCA-PRODER)



Prof. Dr. João César Abreu de Oliveira
(Membro Externo / URCA/IFCE)

AGRADECIMENTOS

Aos Soares em primeiro lugar – Sebastião, Valdelice, Amanda, Paulo e Clarice – pela confiança e o apoio incondicional de sempre. Afinal, “nós não nos desatamos. O amor dá corda. E nós somos nós. Nos apertamos” (SOARES, 2015, p. 57).

À professora Suely Salgueiro Chacon, que mesmo em meio a tantas atribuições aceitou o convite para orientação dessa pesquisa, e que, na medida do possível, contribuiu de forma significativa ao estudo em questão e no crescimento pessoal do pesquisador.

À todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER/UFCA, pelo aprendizado proporcionado, especialmente às professoras Verônica Salgueiro do Nascimento e Laudeci Martins Souza que, com a serenidade de sempre, acompanharam e contribuíram de perto com a pesquisa e com o pesquisador.

Aos colegas do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, pela troca de conhecimentos e pela convivência, em especial, a Môngolla Keyla, Maria Laís, Adélia Brasil, Alex Figueiredo e Penha Lima, pelo auxílio constante e pela amizade.

À sempre eficiente equipe que atua na Secretaria Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável PRODER/UFCA, nas figuras de Iza Leite Paixão, Márcia Leite e Amanda Pereira.

Aos professores do Curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA, em especial à Emerson Ribeiro, Maria Soares, Ivan Queiroz e João César Abreu de Oliveira, este último, responsável direto pela reaproximação do pesquisador com a academia.

Ao Reverendo Francisco Roserlândio e a Tânia Peixoto, em virtude das contribuições referentes aos arquivos do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo DHDPG.

Aos amigos da Universidade Federal do Calçadão, especialmente a Souza Júnior, Pinheiro Júnior, Francinaldo Dias e Francisco Duarte, pelas relevantes contribuições à pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro por meio da concessão de bolsa.

À Secretaria das Cidades do Município de Crato – CE, na figura do seu Secretário, e, especialmente, da equipe de Assistentes Sociais do referido departamento, sempre prestativas quando solicitadas.

Por fim, e não menos importante, às famílias reassentadas no Conjunto Habitacional Novo Crato, que confiaram e permitiram o acesso deste pesquisador em suas residências, bem como despenderam um pouco do seu tempo para a participação no referido estudo. Sem eles, a pesquisa que ora se apresenta não seria possível.

“Os engenheiro abriram os mapa na nossa frente e explicaram tudinho nos por menor. Tudo com os números, as fotos, um tantão delas. E explicando pra gente os ganho e os progresso que a usina vai trazer. Vão ter que sacrificar uns tanto pra binificar a maioria. A maioria eu não sei quem são, mas nós é que somo os tanto do sacrificio”.

(Narradores de Javé, 2004)

RESUMO

Na tentativa de promover o desenvolvimento regional, o Governo do Estado do Ceará lançou em 2009 o Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central, uma experiência piloto, iniciada no Sul do Estado, que tem como principal finalidade o combate a pobreza e a redução do desequilíbrio socioeconômico. Entre as principais ações de infraestrutura do projeto destaca-se a recuperação ambiental e urbanização do bairro Seminário, em Crato, que tem como objetivo central a solução de históricos problemas socioambientais na área. Durante a definição do projeto de intervenção detectou-se a necessidade da remoção de um elevado número de famílias, por residirem em área de risco ou em virtude do projeto de engenharia. Entre as políticas de atendimento ofertadas estavam a indenização ou o reassentamento em conjunto habitacional. A partir de uma análise, que tem por base a perspectiva da sustentabilidade, a pesquisa em questão se propôs a responder quais os efeitos do processo de reassentamento involuntário na vida da população reassentada no Conjunto Habitacional Novo Crato – CHNC. Sendo norteadas pela noção de que o referido processo fomentou consequências positivas e negativas para as famílias afetadas. De natureza qualitativa, a pesquisa em foco caracteriza-se como um estudo de caso, que adota como delineadores a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Adota ainda a realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa, no intuito de contrapor os objetivos e ações previstas no plano de reassentamento involuntário da obra, com os depoimentos obtidos. Destaca-se como principal resultado o fato de que apesar dos avanços relativos a habitação e ao saneamento, o reassentamento no CHNC não condiz com a perspectiva da sustentabilidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Território. Espaço Urbano. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

In an attempt to promote regional development, the Government of the State of Ceará launched in 2009 Ceará Cities Project - Cariri Central, a pilot, which began in the southern state, whose main purpose is to combat poverty and reduce socio-economic inequity. Among the project's main actions when it comes to infrastructure, there is the environmental recovery and urbanization Seminar district of Crato, which has as their central objective the solution of historical environmental problems in the area. During the intervention project it was detected the necessity of removing a large number of families, as they reside in a hazardous area or by virtue of the implementation of the project. Among the services offered, there was compensation or resettlement in other houses. From an analysis, which is based on the perspective of sustainability, the research in question aims to answer what are the effects of involuntary resettlement in the lives of resettlers in Housing Development Novo Crato - CHNC. The research is guided by the notion that the mentioned process fostered positive and negative consequences for the affected families. Qualitatively, the research is characterized as a case study, which adopts as guidelines a literature review and the analyses of documents. It also uses semi-structured interviews with the subjects to collect evidences, in order to evaluate the objectives and actions foreseen in the involuntary resettlement. It stands out as the main result the fact that despite the advances for housing and sanitation, resettlement in CHNC is not consistent with the perspective of sustainability.

Key Words: Public Policies. Territory. Urban Space. Sustainable Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 -	Localização da Região Metropolitana do Cariri – RMC	25
Figura 02 -	Localização da pesquisa	26
Figura 03 -	Aspectos essenciais da pesquisa qualitativa	27
Figura 04 -	Referencial analítico da pesquisa	36
Figura 05 -	Principais objetivos das políticas públicas	43
Figura 06 -	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODMs	55
Figura 07 -	Principais resultados dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	56
Figura 08 -	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS	57
Figura 09 -	Estudantes do Seminário São José em 1959	65
Figura 10 -	Seminário São José em 1925	66
Figura 11 -	Rua do Comércio na década de 1930	67
Figura 12 -	Bairro Seminário em 1941	67
Figura 13 -	Crato no início do século XX	68
Figura 14 -	Encosta do Seminário em 1941	69
Figura 15 -	Momento em que a polícia chegou ao conjunto para expulsar os militantes	74
Figura 16 -	Localização do Município do Crato no Estado do Ceará	76
Figura 17 -	Localização do CRAJUBAR em relação às capitais nordestinas	77
Figura 18 -	Região Metropolitana do Cariri – RMC	78
Figura 19 -	Divisão política do Município do Crato	79
Figura 20 -	Classificação da sede urbana do Crato	79
Figura 21 -	Bairro Seminário antes do processo de intervenção na encosta	84
Figura 22 -	Ladeira do Tamanqueiro vista de baixo para cima	85
Figura 23 -	Edificação nas margens da voçoroca	86

Figura 24 -	Canal de alvenaria que desembocava na voçoroca	86
Figura 25 -	Voçoroca vista no sentido do escoamento do canal	86
Figura 26 -	Avanço da encosta hidráulica direita da voçoroca em direção às casas	86
Figura 27 -	Metas a serem alcançadas pelo projeto	90
Figura 28A-	Intervenção na voçoroca vista no sentido do escoamento do canal ..	91
Figura 28B-	Intervenção na voçoroca vista com ênfase à sua encosta hidráulica direita	91
Figura 29A-	Procedimentos relativos a drenagem	91
Figura 29B-	Intervenção e procedimentos de drenagem na voçoroca	91
Figura 30 -	Mobiliário urbano: iluminação e rampa de acessibilidade	92
Figura 31 -	Mobiliário urbano: equipamentos para atividades físicas	92
Figura 32 -	Mobiliário urbano: pista de skate	92
Figura 33 -	Mobiliário urbano: espaços para crianças	92
Figura 34 -	Vista aérea da via paisagística	93
Figura 35 -	Via paisagística	93
Figura 36 -	Imóveis demarcados com “x” em vermelho informando que as famílias foram removidas por estarem em área de risco	94
Figura 37 -	Imóveis demarcados com “x” em azul informando que as famílias serão removidas em virtude do projeto de engenharia	94
Figura 38 -	Residência 1 demarcada com “x” em azul informando que será removida	95
Figura 39 -	Residência 2 demarcada com “x” em azul informando que será removida	95
Figura 40 -	Residências à margem da voçoroca demarcadas com “x” em azul informando que serão removidas	95
Figura 41 -	Imóvel demolido em virtude de estar localizado em área de risco ...	95

Figura 42 -	Reassentamento Novo Crato	104
Figura 43 -	Bloco de apartamentos no Conjunto Habitacional Novo Crato	104
Figura 44 -	Perdas materiais e imateriais a serem compensadas	109
Figura 45 -	Acesso a área de serviço de unidade do pavimento superior	117
Figura 46 -	Acesso à unidade habitacional localizada no pavimento superior	117
Figura 47 -	Panos improvisados como filtros nas torneiras	121
Figura 48 -	Localização dos espaços para botijões em relação aos apartamentos	129
Figura 49 -	Estrutura de suporte para os botijões	129
Figura 50 -	Parte externa das lavanderias com roupas estendidas sobre elas	130
Figura 51 -	Roupas estendidas nos varais com acesso à rua	130
Figura 52 -	Área de serviço protegida por grades e coberta em virtude do sol ...	130
Figura 53 -	Espaços destinados aos veículos das famílias reassentadas	131
Figura 54 -	Animal se alimentando na área do conjunto habitacional	140
Figura 55 -	Árvores na lateral do CHNC	140
Figura 56 -	Árvores entre os blocos de apartamentos do CHNC	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Estabelecimentos dedicados a educação no bairro Seminário	81
Tabela 02 -	Espaços de lazer no bairro Seminário	82
Tabela 03 -	Associações no bairro Seminário	82
Tabela 04 -	Perfil da família	96
Tabela 05 -	Perfil da edificação	98
Tabela 06 -	Estabelecimentos dedicados a educação no Conjunto Novo Crato	102
Tabela 07 -	Estabelecimentos dedicados aos cuidados com a saúde no Conjunto Novo Crato	103
Tabela 08 -	Programas e projetos de assistência social desenvolvidos no Conjunto Novo Crato	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Perfil do chefe familiar em relação ao sexo, renda, nível de instrução e ocupação	97
Gráfico 02 - Distribuição das famílias reassentadas de acordo com o sexo do chefe familiar	115
Gráfico 03 - Distribuição das famílias reassentadas de acordo com o tempo de moradia no bairro	116
Gráfico 04 - Famílias reassentadas de acordo com a idade do chefe familiar	124
Gráfico 05 - Escolaridade do chefe familiar das famílias reassentadas	124
Gráfico 06 - Maior grau de escolaridade entre todos os membros das famílias reassentadas	125
Gráfico 07 - Relação com vizinhos	133
Gráfico 08 - Distribuição das famílias reassentadas de acordo com a ocupação do chefe familiar	136
Gráfico 09 - Famílias reassentadas de acordo com a renda do chefe familiar	136
Gráfico 10 - Famílias reassentadas de acordo com a renda total	137
Gráfico 11 - Famílias reassentadas de acordo com o número de membros	138

LISTA DE BOXES

Box 01 - Saúde no Conjunto Habitacional Novo Crato – CHNC	122
Box 02 - Moradia antes do processo de reassentamento	126
Box 03 - Violência no Conjunto Habitacional Novo Crato – CHNC	132
Box 04 - Emprego e renda no Conjunto Habitacional Novo Crato – CHNC	138
Box 05 - Estado x Prefeitura, e o Banco Mundial	143
Box 06 - O outro lado do muro	146
Box 07 - Diálogos de Platão	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CCP	Comitê Consultivo do Projeto
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CEMIC	Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade
CHNC	Conjunto Habitacional Novo Crato
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
CND	Certidão Negativa de Débitos
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COELCE	Companhia Energética do Ceará
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDIRC	Conselho de Desenvolvimento e Integração Regional do Cariri
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAJUBAR	Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GAU	Guimarães Arquitetura e Urbanismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDACE	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPEC	Instituto de Previdência do Estado do Ceará
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
NGSA	Núcleo de Gestão Sócioambiental do Projeto Cidades do Ceará
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDM	Plano Diretor Municipal
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRI	Plano de Reassentamento Involuntário
PRODER	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável
PROEMA	Projetos de Engenharia Econômica e Meio Ambiente
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROURB	Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos
PSF	Programa Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
RMC	Região Metropolitana do Cariri
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAAEC	Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SNH	Sistema Nacional de Habitação
SUS	Sistema Único de Saúde
TVA	Tennessee Vallery Authority
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UGP	Unidade de Gerenciamento do Projeto
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	SOBRE A ESCOLHA TEMÁTICA E METODOLÓGICA	21
2.1	Fundamentos da escolha pelo tema	21
2.2	Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa	23
2.2.1	<i>Metodologia e pesquisa</i>	24
2.2.2	<i>Métodos de pesquisa</i>	31
2.3	Considerações gerais do capítulo	36
3	SOBRE AS ESCOLHAS TEÓRICAS	38
3.1	Território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização	38
3.2	Políticas públicas e deslocamentos compulsórios	41
3.3	Reassentamento involuntário no Brasil	46
3.4	A perspectiva da sustentabilidade	50
3.5	Considerações gerais do capítulo	57
4	O SEMINÁRIO ONTEM: AGENTES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO BAIRRO	59
4.1	O Espaço urbano	59
4.2	A produção do espaço urbano	60
4.3	Análise do processo de formação e expansão do bairro	62
4.4	O papel da Igreja Católica	63
4.5	O papel do Estado	70
4.6	Os grupos sociais excluídos	72
4.7	Considerações gerais do capítulo	75
5	O SEMINÁRIO HOJE: O ESTADO VOLTA À CENA	76
5.1	O contexto municipal	76
5.2	O bairro Seminário	80
5.3	O Projeto Cidades do Ceará	87
5.4	O Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário	89
5.5	Os afetados e as políticas de compensação	96
5.6	O bairro Misericórdia ou conjunto Novo Crato	101
5.7	O Conjunto Habitacional Novo Crato	103
5.8	Considerações gerais do capítulo	105

6	DIÁLOGO COM OS INTERLOCUTORES	107
6.1	O caso em estudo	107
6.1.1	<i>Dimensão sociocultural</i>	109
6.1.2	<i>Dimensão econômica</i>	135
6.1.3	<i>Dimensão ambiental</i>	139
6.1.4	<i>Dimensão institucional e política</i>	141
6.2	Considerações gerais do capítulo	148
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS	153
	APÊNDICES	159
	ANEXO	167

1 INTRODUÇÃO

Embora sejam conceitos distintos, território, políticas públicas, reassentamento e sustentabilidade são concepções intrinsicamente ligadas. Tendo em vista que a noção de território ultrapassa a simples ideia de espaço concreto, devendo ser consideradas as relações que nele se estabelecem; que políticas públicas, muitas vezes, se materializam a partir de obras públicas; e que essas obras, via de regra, envolvem impactos como a remoção de pessoas (desterritorialização) e o seu posterior reassentamento (reterritorialização); torna-se indispensável a qualquer análise associar a esses fatores a ideia de justiça social, de qualidade de vida, de sustentabilidade.

A desterritorialização-reterritorialização caracterizada durante os processos de reassentamento involuntário ao longo da história dos países em desenvolvimento, está diretamente ligada a grandes obras de infraestrutura e urbanização. Zonas portuárias e industriais, reservatórios hídricos, estradas e aeroportos, além de redes de transporte urbano foram implantados a partir de programas e projetos que tinham como objetivo a indução do crescimento econômico.

No Brasil, estas obras estão associadas a geração de energia elétrica e ao abastecimento de populações – com o seu apogeu durante o regime militar – e mais recentemente à realização de grandes eventos esportivos. Mesmo reconhecendo a importância de muitas destas obras, faz-se necessário destacar os problemas socioambientais envolvidos na sua implementação, e, em especial, enfatizar que tais projetos, muitas vezes, resultaram em graves problemas às famílias diretamente afetadas. Muitos desses problemas se devem a decisões técnicas balizadas na relação custo-benefício, em detrimento das questões ambientais e das territorialidades que assumiam caráter secundário.

Com o objetivo de combater a pobreza e reduzir o desequilíbrio socioeconômico entre a Região Metropolitana de Fortaleza e as demais regiões, o Governo do Estado do Ceará elegeu o desenvolvimento regional como uma de suas prioridades. Como parte dessa estratégia, a Secretaria das Cidades está à frente de um programa de desenvolvimento de polos regionais, que visa fortalecer regiões e cidades com capacidade de absorver o crescimento urbano e proporcionar o desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, o referido órgão lançou, em 2009, o Projeto Cidades do Ceará Cariri Central, que visa estimular a economia, melhorar a infraestrutura urbana e ampliar as capacidades específicas de cada município do Cariri Cearense.

Entre os critérios utilizados para a escolha dessa região como experiência-piloto destacam-se os investimentos públicos já existentes, a existência de atividades produtivas competitivas – especialmente a indústria de calçados e o turismo – o elevado poder de atração de investimentos e de geração de empregos formais, e o processo de polarização regional constituído por mais de um município. O que proporcionaria uma capacidade maior de alavancar o desenvolvimento da região.

Pautada na necessidade de ampliação e na tentativa de fortalecer as ações iniciadas no âmbito do PROURB¹, a implantação do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central envolve recursos da ordem de US\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de dólares americanos), 70% dos quais financiados pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, e 30% constituídos por recursos de contrapartida do Governo do Estado.

Entre as principais ações de infraestrutura do projeto, a Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, em Crato, apresenta-se como uma tentativa de resolver um histórico problema que tem origem na implantação de vias com ausências de soluções de drenagem específicas de área de encosta. Esse fato resultou em extensos processos erosivos, sendo o de maior complexidade a área popularmente conhecida como “vulcão”, onde um fenômeno erosivo transformou parte da encosta do referido bairro em uma grande voçoroca com largura média de 35 metros, 25 metros de profundidade e 200 metros de extensão, aproximadamente.

Aos aspectos de drenagem somam-se as ocupações habitacionais que abrigam populações de baixa renda em alguns trechos da encosta e no entorno do “vulcão” caracterizando-se como áreas de risco. Nesse caso, parte da população deverá ser reassentada em áreas mais seguras e com melhor infraestrutura.

Estão previstas para a área, um projeto de urbanização, que se estenderá ao longo da cumeada da encosta e que proporcionará espaços de lazer e paisagísticos reservados prioritariamente à pedestres e ciclistas; o controle do processo erosivo, através de obras de infraestrutura relacionadas à drenagem e escoamento de água; além da retirada dos imóveis considerados irregulares e em situação de risco.

Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário – PRI da referida obra, com a definição da poligonal de intervenção (143.885,68m²), detectou-se que 170 famílias seriam

¹ Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos, desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará entre 1995 e 2003, e financiado pelo Banco Mundial.

afetadas, sendo que deste grupo, 107 famílias deverão ser retiradas de forma definitiva, 59 famílias sendo afetadas de forma temporária, e 04 sendo indenizadas por parte do seu imóvel. Entre as políticas de atendimento ofertadas às famílias afetadas, estão: Indenização, indenização monitorada, aluguel social e reassentamento em conjunto habitacional.

Escapa ao escopo da pesquisa a intenção de analisar os aspectos técnicos referentes à contensão dos processos erosivos, bem como indagar sobre a relevância das obras relativas ao projeto de urbanização. O referido estudo, tem como principal pretensão, analisar, na perspectiva da sustentabilidade, os efeitos do processo de reassentamento involuntário, provocado pelo Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, em Crato, na vida da população a ele submetida. E justifica-se em virtude de que deslocamentos obrigatórios, ocorridos em função de projetos de desenvolvimento, historicamente representam perversas e intrínsecas contradições e refletem uma distribuição desigual dos benefícios e prejuízos desse mesmo desenvolvimento (CERNEA & MCDOWELL, 2000).

Na tentativa de alcançar o seu objetivo principal, a pesquisa constitui-se por quatro objetivos específicos. O primeiro deles se propõe a discutir a relação entre território, políticas públicas, reassentamento e sustentabilidade, bem como clarificar as abordagens conceituais adotadas. O segundo pretende caracterizar o Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, bem como a população alvo do mesmo. O terceiro procura identificar as especificidades do processo de desapropriação e posterior reassentamento das famílias impactadas pelo projeto. Enquanto o quarto se dedica a debater em torno das percepções dos atores sociais em relação ao reassentamento no Conjunto Habitacional Novo Crato – CHNC.

A metodologia utilizada na realização da pesquisa consiste em um estudo de caso com a população reassentada no Conjunto Habitacional Novo Crato, adotando como delineadores do estudo a pesquisa bibliográfica e documental, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa, no intuito de contrapor os objetivos e ações previstas no plano de reassentamento involuntário com os depoimentos obtidos.

A principal hipótese do trabalho defende que o processo de reassentamento involuntário promovido em virtude da obra em questão, fomentou consequências positivas e negativas para a população alvo do mesmo, tendo em vista a complexidade e multiplicidade de situações que compreendem um remanejamento de famílias, envolvendo perdas que englobam dimensões materiais e imateriais, e que não podem restringir-se a simples oferta de moradia.

Assim, as análises e discussões referentes a pesquisa foram estruturadas em capítulos de forma que:

No capítulo 1 é delimitado o embasamento teórico-metodológico da pesquisa, buscando, além de apresentar, detalhar e discutir em torno da metodologia utilizada no estudo.

O capítulo 2 dedica-se ao debate em torno dos conceitos estruturantes da pesquisa, na tentativa de estabelecer a relação entre território, políticas públicas, reassentamento e sustentabilidade. Embora não seja objetivo do estudo em questão, optou-se ainda por uma breve discussão em torno dos conceitos de ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, no intuito de clarificar a noção (de sustentabilidade) adotada.

No capítulo 3 considerou-se relevante a análise do processo de formação e expansão do bairro Seminário, identificando os papéis exercidos pela Igreja Católica, pelo Estado e pelos grupos sociais excluídos na produção do recorte urbano em questão.

A caracterização do Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do bairro Seminário ocorre no Capítulo 4, além da caracterização da população alvo do mesmo e o debate em torno dos motivos que justificaram a intervenção, seus impactos e políticas mitigadoras.

O capítulo 5 se propõe a apresentar os resultados do trabalho de campo, onde ocorre o diálogo com os principais interlocutores da pesquisa. Nesse capítulo buscou-se identificar as particularidades do processo de remoção-reassentamento das famílias, além de debater em torno das percepções dos atores sociais em relação ao reassentamento no Conjunto Habitacional Novo Crato.

Em suma, a partir das reflexões apresentadas, a pesquisa em foco espera contribuir com o debate em torno de reassentamento involuntário, e, principalmente com processos de reassentamentos cada vez mais justos, quando estes não puderem ser evitados.

2 SOBRE A ESCOLHA TEMÁTICA E METODOLÓGICA

Em contraste absoluto com o crime perfeito (aquele que não deixa pistas), a TDM² perfeita é a que deixa todas as pistas. Por isso, explicita todos os seus passos metodológicos, seus instrumentos de pesquisa, suas fontes. Não se envergonhe de citar e apresentar todas as referências e todos os dados que foram utilizados (BURSZTYN; DRUMMOND; NASCIMENTO, 2010, p. 67).

Considerando ser, a metodologia, elemento fundamental na produção científica, com reflexos diretos na qualidade e credibilidade da pesquisa, o presente capítulo dedicar-se-á a delimitar os procedimentos metodológicos utilizados no referido estudo, no intuito de alcançar os objetivos propostos. Propõe-se ainda a apresentar os fundamentos relativos a escolha pela temática em análise.

2.1 Fundamentos da escolha pelo tema

No intuito de apresentar os motivos que direcionaram a escolha pela temática proposta, bem como justificar a relevância desta pesquisa para a sociedade dentro da proposta do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER, algumas reflexões serão aqui elencadas, tomando por base as características qualitativas inerentes aos trabalhos científicos enfatizadas por Severino (2002) quando afirma que:

Quaisquer que sejam as distinções que se possam fazer para caracterizar as várias formas de trabalhos científicos, é preciso afirmar preliminarmente que todos eles têm em comum a necessária procedência de um trabalho de pesquisa e reflexão que seja *pessoal, autônomo, criativo e rigoroso* (SEVERINO, 2002, p.145).

Para esse autor, o trabalho deve ser *pessoal* no sentido de que a temática escolhida deverá ser um problema vivenciado pelo pesquisador, deve lhe dizer respeito, não em um nível puramente sentimental, mas de avaliação da significação e relevância dos problemas abordados para o próprio pesquisador.

Autônomo, segundo ele, refere-se ao fato de que o trabalho é fruto do esforço do próprio pesquisador, não significando, porém, o desprezo ou desconhecimento das contribuições de outros, e sim, mantendo um inter-relacionamento com outros pesquisadores, resultados de outras pesquisas e até com outros fatos.

Como *criativo*, o autor ressalta que o conhecimento de métodos e técnicas é insuficiente para um trabalho científico. “É preciso uma prática e uma vivência que façam

² Tese, Dissertação ou Monografia.

convergir estes dois vetores, de modo que os resultados possam ser portadores de descobertas e enriquecimento” (SEVERINO, 2002, p.148).

Por fim, Severino (2002) afirma que o trabalho científico deve ser *rigoroso*, não sendo essa característica contraditória em relação à anterior, pois segundo ele, a exigência, o rigor científico, pressupõem a criatividade. Neste sentido, o autor ressalta, entre outros elementos, a disciplina imposta pela metodologia científica.

Diante do exposto, serão elencados aqui os aspectos referentes ao encontro com a pesquisa “Desterritorialização e Sustentabilidade: um estudo de caso sobre a população submetida a reassentamento involuntário no Conjunto Habitacional Novo Crato, em Crato - CE”, com uma atenção especial para o aspecto *pessoal* do mesmo, tendo em vista que os demais aspectos serão devidamente abordados no decorrer da pesquisa.

Nascido na cidade de Assaré, no Estado brasileiro do Ceará, é nesse município que o processo de formação escolar se inicia. Filho de funcionário público e de dona de casa, estudei em escola pública durante todo o ensino fundamental, cursando o ensino médio na rede particular da cidade de Crato, a cerca de 80 km do município anterior.

Durante o ensino fundamental, o processo educacional, foi característico do que se refere Freire (2013) quando questiona a educação tradicional, pautada na transferência de conteúdo, delegando ao aluno o papel de receptáculo destes, a educação bancária. É preciso ressaltar, no entanto, que alguns professores eram exceção a esse modelo.

Dois fatores podem ser apontados como os desencadeadores de uma total ruptura com a inclinação inicial para as disciplinas relacionadas às ciências exatas, em especial com a matemática. O primeiro deles foi o fato de que a prática docente de muitos professores da referida área ser ainda mais tradicionalista e autoritária do que os demais. O segundo, reside no fato de que durante o ensino médio, foi possível perceber, por parte de alguns professores, metodologias distintas das que estava acostumado, em especial de uma professora de geografia³ que, não sei se de forma consciente, colocava em prática a perspectiva freiriana de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua construção.

Muito por influência da referida professora é que, mesmo contrariando a vontade dos meus pais que desejavam ver os filhos enveredarem pela área da saúde, veio a escolha pela geografia. Assim, ela surge como uma opção inusitada, pois veio mais tarde do que deveria, e mais cedo do que os outros esperavam (FERNANDES, 2003).

³ Professora Faustina Loss Justo

Com um interesse muito maior pela vertente ligada aos aspectos humanos (sociais) da geografia, minha formação acadêmica, mesmo que de certa forma conturbada, esteve sempre associada aos pensadores da chamada “geografia crítica”, em especial aos trabalhos do geógrafo Milton Santos. Esse fato foi determinante para a formação profissional e humana, refletindo-se diretamente na participação em movimentos paredistas e nas produções científicas oriundas das exigências acadêmicas.

De acordo com Severino (2002), a escolha, bem como o desenvolvimento de um tema de pesquisa é um ato político. Nesse sentido, durante o processo de escolha do problema de pesquisa do estudo em foco, as inquietações com as questões sociais não poderiam ser abandonadas, e dentro da proposta do PRODER, acredita-se que não poderia haver campo mais fértil para semeá-las.

Na tentativa de justificar a implementação de grandes obras de infraestrutura, é recorrente aos responsáveis por tais empreendimentos superestimar seus benefícios e subestimar seus impactos. O conceito de reassentamento involuntário está balizado na obrigação em minimizar os efeitos negativos da realocação, garantir aos reassentados uma base produtiva e melhores condições de vida ou, no mínimo, similares às anteriores no que concerne à habitação, organização social e econômica, além de condições ambientais.

Assim, entende-se que a pesquisa em questão poderá contribuir para o desenvolvimento regional sustentável à medida que se propõe a analisar os efeitos do processo de reassentamento na vida das famílias do Conjunto Habitacional Novo Crato, reassentadas em virtude do Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, tomando como elementos organizadores das observações as dimensões da sustentabilidade.

2.2 Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa

A pesquisa pode ser compreendida como um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico, e se constitui em um caminho para conhecer a realidade ou descrever verdades parciais (MARCONI; LAKATOS, 2013). Gil (2010), afirma que a pesquisa pode ser definida como um procedimento racional e sistemático com o intuito de fornecer respostas aos problemas propostos, e que é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a cuidadosa utilização de métodos e técnicas.

Para esse autor, assim como toda atividade racional e sistemática, a pesquisa exige ações planejadas. O planejamento é o processo sistematizado no qual se pode conferir maior eficiência à investigação para, em um prazo determinado, alcançar o conjunto das metas estabelecidas.

2.2.1 Metodologia e pesquisa

Marconi e Lakatos (2006) destacam que o que diferencia o conhecimento científico do popular, do filosófico e do religioso (teológico) é muito mais o seu contexto metodológico do que propriamente o seu conteúdo. Para as autoras, todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos, sendo estes um conjunto de atividades sistemáticas e relacionais que permitem alcançar um objetivo com maior segurança, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando decisões.

Todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam estes métodos são ciências. Dessas afirmações podemos concluir que a utilização de métodos científicos não é da alçada exclusiva da ciência, mas não há ciência sem o emprego de métodos científicos (MACONI; LAKATOS, 2006, p. 83).

Neste sentido, será apresentada e detalhada a seguir a metodologia utilizada na pesquisa em foco, no intuito de alcançar os objetivos a que o referido estudo se propôs.

Localização da pesquisa

O estudo em foco foi desenvolvido no bairro Seminário, e no Conjunto Novo Crato (bairro Misericórdia). O Seminário é um dos 20 bairros que compõem a cidade do Crato, cidade esta, localizada no Estado Brasileiro do Ceará e integrante da Região Metropolitana do Cariri – RMC (Figura 1). Destaca-se que o Seminário é o maior e mais populoso bairro da cidade, com uma população superior à de muitos municípios que integram a RMC, e que tem origem em um processo de exclusão socioespacial e na ocupação desordenada que impactaram diretamente nas condições socioambientais do bairro. Está em curso no recorte urbano em questão, um projeto do Governo do Estado do Ceará que se propõe a solucionar parte desses problemas. O Conjunto Habitacional Novo Crato (Figura 2), foi construído no intuito de absorver parte da população submetida a reassentamento

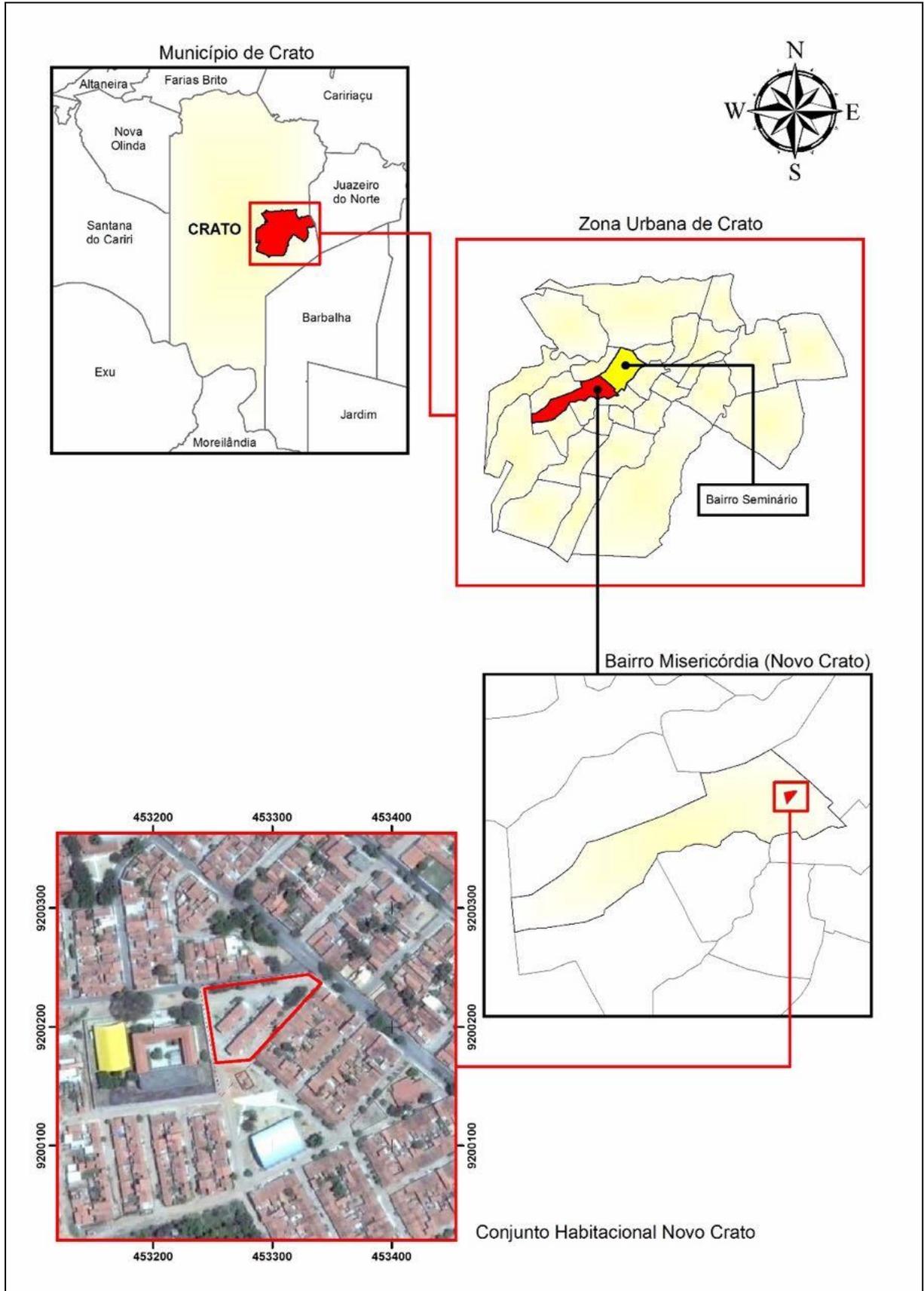
involuntário em virtude da intervenção mencionada, sendo formado por 24 unidades habitacionais (apartamentos).

Figura 1 – Localização do Região Metropolitana do Cariri – RMC



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará IPECE (2012).

Figura 2 – Localização da pesquisa



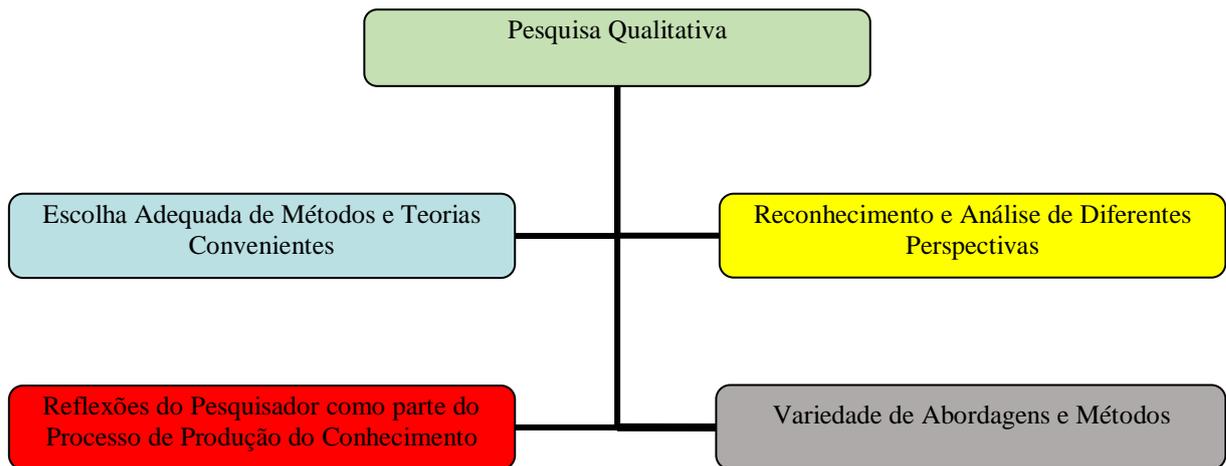
Tipo de pesquisa

Embora não seja uma tarefa simples encontrar uma definição comum, do que seja pesquisa qualitativa, é fato que esta já desenvolveu identidade própria (ou mesmo várias identidades) não podendo mais ser considerada apenas como uma pesquisa não quantitativa (GIBBS, 2009).

Dentre os muitos enfoques existentes no que se refere a esse tipo de pesquisa, é possível destacar a ideia de que a pesquisa qualitativa se dedica a “abordar o mundo “lá fora” (e não em contextos especializados de pesquisa, como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais “de dentro” de diversas maneiras diferentes” (GIBBS, 2009, p. 8).

Para Flick (2009), a pesquisa qualitativa é de particular relevância para o estudo das relações sociais em virtude da pluralização das esferas de vida, que exige uma nova sensibilidade ao estudo empírico das questões. Para esse autor, a pesquisa qualitativa apresenta aspectos essenciais, representados na figura 3:

Figura 3 – Aspectos essenciais da pesquisa qualitativa



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Flick (2009).

Fraser e Gondim (2004) afirmam que a abordagem qualitativa de pesquisa parte da premissa que há sempre um significado para a ação humana. Esse significado, por sua vez, não pode ser apreendido exclusivamente do ponto de vista quantitativo e objetivo.

De acordo com esses autores, conhecer as razões e os motivos que dão sentido às aspirações, crenças, valores e atividades dos homens em suas interações sociais constitui-se o

mais relevante para as ciências sociais. “A ação humana é intencional e reflexiva, cujo significado é apreendido a partir das razões e motivos dos atores sociais inseridos no contexto da ocorrência do fenômeno, o que não acontece com os objetos físicos” (FRASER; GONDIM, 2004, p.141).

Pautando-se na proposta do presente trabalho, que tem como hipótese norteadora a premissa de que o processo de reassentamento involuntário fomentou consequências positivas e negativas para as famílias do Conjunto Habitacional Novo Crato – CHNC, a pesquisa em foco possui um caráter qualitativo no que se refere a natureza de sua abordagem.

Segundo Gil (2010), é possível classificar as pesquisas em três grandes grupos, tomando por base seus objetivos gerais: exploratórias, descritivas e explicativas. Com base nessa proposta, o estudo em questão pode ser classificado como exploratório e descritivo, à medida que, o primeiro grupo, busca proporcionar maior familiaridade com o problema no intuito de torná-lo mais explícito ou construir hipóteses; e o segundo, que objetiva descrever as características de uma população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis.

Ainda segundo esse autor, a classificação das pesquisas em exploratórias, descritivas e explicativas apresenta considerável relevância para o estabelecimento de seu marco teórico, ou seja, para uma aproximação conceitual. Entretanto, para analisar os fatos do ponto de vista empírico, confrontando a visão teórica com os dados da realidade, faz-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa.

O modelo a que se refere o autor, denominado por ele de delineamento, se faz necessário no sentido de expressar o desenvolvimento da pesquisa, com ênfase nos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados (GIL, 2002). Assim, destaca-se que a pesquisa em foco consiste em um estudo de caso com 12 famílias submetidas a reassentamento involuntário no Conjunto Habitacional Novo Crato, com o objetivo de analisar, na perspectiva da sustentabilidade, os efeitos desse reassentamento na vida da população a ele submetida.

Destaca-se que a utilização do estudo de caso como estratégia de pesquisa permite:

Uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de setores econômicos (YIN, 2005, p. 20).

Para Yin (2005) o estudo de caso é a estratégia perfeita ao se deparar com questões do tipo “como” e “por que”, e quando o foco reside em avaliar um fenômeno

contemporâneo no seu contexto real. Stake (2000, apud FRASER; GONDIM, 2004), destaca que o propósito de um estudo de caso não é representar o mundo, e sim o caso.

Ainda segundo esse autor (YIN, 2005, p. 33) a investigação de estudo de caso:

Enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

Ainda em relação ao delineamento proposto, entre as vantagens da pesquisa bibliográfica está o fato de que esta permite ao investigador uma cobertura de fenômenos muito mais ampla do que se poderia pesquisar diretamente (GIL, 2010). Nesse sentido, o trabalho em foco utilizou-se de um levantamento bibliográfico no intuito de qualificar a base teórica da pesquisa, bem como discutir a relação entre território, políticas públicas, reassentamento e sustentabilidade.

Marconi e Lakatos (2006), destacam que a principal característica da pesquisa documental reside no fato de que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, estando estes escritos ou não. Entretanto, estas autoras advertem para o cuidado que o investigador deve ter para não se perder na “floresta” das coisas escritas, sendo necessário, portanto, iniciar seus estudos com uma clara definição dos seus objetivos, para, a partir daí, avaliar que tipo de documentação será adequada às suas finalidades.

Partindo desse princípio, foi realizada uma pesquisa documental referente a gama de documentos e instrumentos reguladores que norteiam o Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, em especial no que se refere aos objetivos e as ações previstas no seu Plano de Reassentamento Involuntário – PRI, para, além da caracterização do projeto, relacionar os objetivos e diretrizes com os resultados práticos na vida das famílias afetadas pela obra.

Os Sujeitos da pesquisa

Para a realização do Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, 170 famílias foram diretamente afetadas, sendo submetidas a diferentes formas de compensação. Os critérios estabelecidos pelo Plano de Reassentamento destacam que a forma de compensação está diretamente ligada a intensidade dos impactos da obra sobre os imóveis, bem como aos valores previamente estipulados.

Para Gil (2010), durante o planejamento de uma pesquisa se faz necessário determinar com grande precisão a população alvo do estudo, levando em consideração as características mais relevantes para a definição desse grupo. Marconi e Lakatos (2006, p.164) afirmam que “delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação”.

Nessa perspectiva, diante da impossibilidade de se trabalhar com as 170 famílias afetadas diretamente pela obra, o presente trabalho estabeleceu critérios para a seleção dos sujeitos da pesquisa, de acordo com as informações existentes no plano de reassentamento.

A princípio, avaliou-se a possibilidade de se trabalhar com as famílias que foram removidas de forma permanente, o que resultou em agrupamentos familiares distribuídos em 72 edificações, o que corresponde a 107 famílias dispersas por diferentes espaços.

Considerando que o número permanecia elevado, optou-se, em seguida, pelo trabalho com as famílias que haviam optado pela política de reassentamento, o que resultou em 75 famílias distribuídas por espaços distintos. Na tentativa de encontrar elementos específicos nesse grupo, optou-se pelo trabalho com as famílias que haviam escolhido o Conjunto Habitacional Novo Crato como local de reassentamento. Ressaltando que, diferente das famílias que optaram pelo Condomínio Residencial do Muriti, ainda em fase de construção, esse grupo já se encontra reassentado.

Portanto, os sujeitos da pesquisa em foco foram as famílias afetadas diretamente pelo Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, que foram afetadas de forma permanente pela obra, e que optaram, como forma de compensação, pelo reassentamento no Conjunto Habitacional Novo Crato. Assim, o estudo em questão adotou como sujeitos 12 famílias reassentadas por residirem em áreas consideradas de risco, e/ou em virtude do projeto de engenharia da obra.

Período de realização da pesquisa

A contar desde a sua fase preliminar, onde foram realizadas as primeiras visitas aos locais de intervenção do projeto bem como os primeiros registros fotográficos, além das visitas a órgãos governamentais no intuito de obter informações que auxiliassem na definição do tema e dos sujeitos, o estudo em questão foi realizado entre fevereiro de 2013 e abril de 2016. Todavia, a interlocução com a população alvo do referido estudo ocorreu entre os meses de outubro de 2015 e fevereiro de 2016, enquanto as entrevistas com os gestores públicos diretamente envolvidos no processo em análise ocorreram no mês de março de 2016.

2.2.2 Métodos de pesquisa

Para Gil (2002, p.141), “em termos de coleta de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois vale-se tanto de dados de gente quanto dados de papel”. Segundo esse autor, em um estudo de caso, os dados da pesquisa podem ser obtidos por meio de: análise de documentos, entrevistas, depoimentos, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos.

Coleta de dados

Os dados para a realização de estudos de caso podem derivar de diversas fontes e evidências, sendo estas altamente complementares. Yin (2005) recomenda a utilização de três princípios básicos no intuito de estabelecer a validade do constructo e a confiabilidade do estudo em questão, são eles: 1. Utilizar várias fontes de evidência, 2. Criar um banco de dados para o estudo de caso e 3. Manter o encadeamento de evidências.

O pesquisador do estudo de caso deve possuir uma versatilidade metodológica que não é necessariamente exigida em outras estratégias e deve obedecer a certos procedimentos formais para garantir o *controle de qualidade* durante o processo de coleta. Os três princípios descritos anteriormente [...] não foram projetados para aprisionar o pesquisador inventivo e perspicaz em uma camisa-de-força. Foram projetados para tornar o processo tão explícito quanto possível, de forma que os resultados finais – os dados que foram coletados – reflitam uma preocupação pela validade do constructo e pela confiabilidade, o que, dessa forma, validaria a realização de análises adicionais (YIN, 2005, p. 134).

Chacon (2007, p.205) ressalta que “só é possível apreender de fato a situação do lugar visitando-o, percebendo as pessoas que ali habitam, ouvindo-as”. Yin (2005) destaca que as entrevistas são uma das fontes de informação mais importantes para um estudo de caso. Tendo como principal objetivo a tentativa de responder quais os efeitos provocados pelo processo de reassentamento involuntário na vida da população a ele submetida, o estudo em questão adotou como instrumentos de coleta:

- a) A análise dos objetivos e ações presentes no Plano de Reassentamento Involuntário do Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário.

- b) A realização de entrevistas semiestruturadas com funcionários da administração pública municipal e com a população reassentada no Conjunto Habitacional Novo Crato, sendo este último grupo o principal interlocutor na realização do trabalho.

A escolha pela entrevista semiestruturada se deve em virtude do que ressaltam Fraser e Gondim (2004, p. 145) ao destacarem que a entrevista em pesquisas qualitativas busca ampliar o papel do entrevistado e fazer com que o pesquisador não se restrinja a perguntas pré-definidas. “De forma que a palavra do entrevistado possa encontrar brechas para sua expressão”. Ao mesmo tempo em que ressaltam a dificuldade de realização de entrevistas não estruturadas em pesquisa científica devido ao fato de esta, por natureza, ser dirigida a um objetivo específico, um problema de pesquisa, mesmo que não se tenha definido uma hipótese a ser comprovada.

Associado às entrevistas foram aplicados questionários com o intuito de caracterizar o perfil socioeconômico da população alvo do estudo em questão. Ressalta-se ainda que as informações colhidas por meio das entrevistas foram registradas em um diário de campo, e por meio de gravações de áudio devidamente autorizadas pelos participantes, bem como garantindo o sigilo nas identificações pessoais dos interlocutores.

As entrevistas

Fraser e Gondim (2004) ressaltam a importância da intencionalidade na escolha dos entrevistados, especialmente na pesquisa qualitativa. Para eles, se o objetivo é conhecer em profundidade um determinado tópico, faz-se necessário que o entrevistado tenha o que falar sobre ele.

É provável que qualquer cidadão tenha algo a dizer sobre os políticos, os problemas de violência e de saúde da população nas grandes cidades, mas, se o foco do estudo for sobre as consequências sociais da discriminação racial, a escolha dos entrevistados deve recair sobre aqueles que estão diretamente implicados (FRASER; GONDIM, 2004, p. 148).

Dessa forma, o presente estudo optou pela seleção dos responsáveis por cada uma das famílias reassentadas no Conjunto Habitacional Novo Crato para a participação nas entrevistas semiestruturadas, bem como para a aplicação do questionário socioeconômico.

Avaliou-se que, sendo inviável o trabalho com todos os reassentados, esse grupo seria o mais indicado para aproximar o pesquisador do fenômeno investigado.

Entre as características que levaram à escolha do referido grupo, destaca-se a idade do mesmo, como sendo um elemento importante no intuito de estabelecer a relação de desterritorialização-reterritorialização. Outro ponto determinante na escolha se deve ao fato de estes constarem nos dados (documentos) oficiais da Prefeitura Municipal do Crato como “Proprietários das Residências Afetadas” e que foram reassentados no referido conjunto. Assim, acredita-se que este grupo esteve envolvido diretamente em todas as etapas do processo (reuniões, negociações, etc.).

Destaca-se que inicialmente os sujeitos do referido estudo compreendiam os chefes de 16 famílias reassentadas. Entretanto, com o trabalho de campo percebeu-se a necessidade de proceder com algumas adequações. A primeira delas se deve ao fato de que dois dos chefes familiares faleceram antes da realização da pesquisa. Nesse caso, substituiu-se um deles pelo filho, avaliando que este poderia contribuir com a pesquisa por também ter sido reassentado. Em relação ao outro, percebeu-se que os integrantes da família que passaram a residir no Novo Crato, foram beneficiados por meio de herança, viviam em outra cidade e, portanto, não vivenciaram o processo de reassentamento. Nesse caso, optou-se por não substituir o chefe familiar falecido por outro membro da família como interlocutor.

Em relação a segunda adequação, percebeu-se que três dos proprietários das residências afetadas não moravam na área submetida a intervenção, apenas possuíam um imóvel alugado no local. Da mesma forma, dois deles passaram a alugar o novo imóvel no Conjunto Habitacional Novo Crato e o terceiro passou a residir. Avaliando que nem os proprietários dos apartamentos nem os inquilinos foram submetidos ao processo de reassentamento, optou-se por não os selecionar como interlocutores. A terceira adequação se deve a realização de entrevistas com representantes do poder público diretamente envolvidos no processo, no sentido de evitar um caráter parcial ao referido estudo.

Destaca-se que os tópicos norteadores (tópicos-guias) das entrevistas semiestruturadas foram pautados nos objetivos e ações previstas no Plano de Reassentamento Involuntário – PRI do Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário. Já os tópicos referentes as entrevistas com o poder público pautaram-se, principalmente, na fala dos principais interlocutores do estudo, a população reassentada. Destaca-se ainda que os verdadeiros nomes dos interlocutores da pesquisa foram substituídos por pseudônimos

escolhidos pelos próprios entrevistados. Tal ação se deve a necessidade de garantir o sigilo nas identificações pessoais dos mesmos.

Análise dos dados

De acordo com o Plano de Reassentamento Involuntário, do Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, sua atuação está pautada em uma série de objetivos com vistas a mitigar os impactos da obra na vida da população afetada pela remoção e/ou reassentamento.

Ainda segundo o referido documento, reconhecendo que a simples oferta de moradia é insuficiente para recompor a vida da população afetada, e no intuito de amenizar as perdas dessas famílias, o referido plano atribui como deveres da Prefeitura Municipal do Crato⁴:

- a) Garantir a oferta de diferentes opções de atendimento adequado a cada realidade e necessidade das famílias;
- b) Garantir a liberdade de escolha quanto à oferta das políticas de atendimento;
- c) Iniciar as obras somente após a realocação das famílias diretamente afetadas de acordo com as etapas da mesma;
- d) Ouvir e considerar as reivindicações das comunidades envolvidas pelo projeto;
- e) Não pressionar a população para atender ao cronograma da obra, caso venha a ocorrer atrasos no cronograma de reassentamento.

Assim, a proposta de análise dos dados constituiu-se em contrapor os objetivos propostos e as ações previstas nos documentos oficiais, em especial no Plano de Reassentamento, com os depoimentos obtidos por meio das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa.

Como o estudo em foco, propõe-se a analisar os efeitos do reassentamento na vida das famílias residentes no Conjunto Habitacional Novo Crato, e esta análise ter por base a

⁴ De acordo com o Manual Operativo do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central, a execução de reassentamento em virtude das obras previstas é de responsabilidade dos municípios, sob a supervisão da Unidade de Gerenciamento do Projeto – UGP, do Núcleo de Gestão Socioambiental do Projeto – NGSa, e com o apoio de técnicos do Banco Mundial.

perspectiva da sustentabilidade, o mesmo adota como elementos organizadores das observações as dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável utilizadas por Chacon (2007). São elas:

- a) A *dimensão sociocultural*, que busca apreender o nível de inclusão da população residente e o grau de respeito aos costumes locais;
- b) A *dimensão econômica*, que avalia as principais variáveis relativas a emprego, renda e índices de pobreza da região;
- c) A *dimensão ambiental*, relacionada as informações sobre as condições naturais do local da pesquisa;
- d) A *dimensão institucional e política*, que analisa a capacidade de atuação das instituições locais, assim como de instituições externas e do governo.

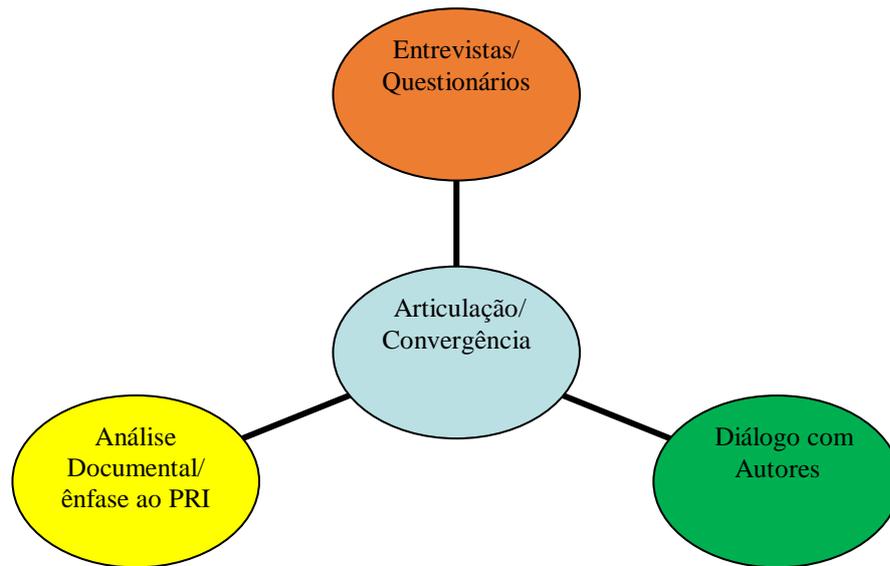
Para Yin (2005) a principal vantagem no uso de diversas fontes de evidências é o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, um processo de triangulação. Desta forma, qualquer descoberta ou conclusão em um estudo de caso será, provavelmente, muito mais convincente e acurada.

Marcondes e Brisola (2014), ressaltam que o emprego da triangulação para a análise de informações coletadas, prevê dois momentos distintos. No primeiro se destaca a preparação dos dados empíricos coletados, enquanto o segundo trata da análise propriamente dita. Durante a segunda fase, as autoras destacam a necessidade de reflexão sobre a percepção que os sujeitos constroem sobre a realidade, os processos que atravessam as relações no interior dessa estrutura e as estruturas que permeiam a vida em sociedade.

Na Análise por Triangulação de Métodos, está presente um *modus operandi* pautado na preparação do material coletado e na articulação de três aspectos para proceder à análise de fato, sendo que o primeiro aspecto se refere às informações concretas levantadas com a pesquisa, quais sejam, os dados empíricos, as narrativas dos entrevistados; o segundo aspecto compreendendo o diálogo com os autores que estudam a temática em questão; e o terceiro aspecto se refere à análise de conjuntura, entendendo conjuntura como o contexto mais amplo e mais abstrato da realidade (MARCONDES; BRISOLA, 2014, p. 204)

Diante dos objetivos propostos pelo referido estudo, em especial o de compreender os efeitos do reassentamento na vida da população afetada, com base na perspectiva sustentável, a pesquisa em foco adota como referencial analítico a triangulação apresentada na figura 4.

Figura 4 – Referencial analítico da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dessa forma, a referida análise é composta pelos dados obtidos durante as entrevistas (e questionários) realizadas com os principais interlocutores da pesquisa; pela análise documental especialmente relativa aos objetivos e ações do Plano de Reassentamento Involuntário – PRI; e pelo diálogo com autores que se debruçam sobre a temática trabalhada na pesquisa.

2.3 Considerações gerais do capítulo

Como anteriormente citado, o embasamento teórico-metodológico é elemento fundamental na ciência, refletindo diretamente na qualidade e credibilidade da pesquisa. Nessa perspectiva o capítulo em questão dedicou-se a delimitar os procedimentos metodológicos utilizados no referido estudo, buscando, além de apresentar, detalhar e discutir em torno da metodologia do mesmo.

Em suma, destaca-se que o referido estudo se constitui em uma pesquisa de natureza qualitativa, que, do ponto de vista dos seus objetivos, se caracteriza como exploratório-descritivo, pautando-se em um estudo de caso com as famílias reassentadas no Conjunto Habitacional Novo Crato, em virtude do Processo de Recuperação Ambiental e

Urbanização do Bairro Seminário, em Crato. Ressalta-se ainda que os principais interlocutores da pesquisa correspondem a 12 chefes de famílias reassentadas no referido conjunto, submetidos a entrevistas semiestruturadas e questionários socioeconômicos.

3 ESCOLHAS TEÓRICAS

Ora, apesar de datados, assinados e batizados, os conceitos têm sua maneira de não morrer, e todavia são submetidos a exigências de renovação, de substituição, de mutação, que dão à filosofia uma história e também uma geografia agitadas, das quais cada momento, cada lugar, se conservam, mas no tempo, e passam, mas fora do tempo (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 16).

Diante da polissemia em torno dos conceitos estruturantes das reflexões propostas por esse estudo, faz-se necessário uma maior compreensão das abordagens conceituais adotadas. Nesse sentido, o presente capítulo se propõe a apresentar as concepções que nortearam a elaboração da pesquisa, objetivando discutir a relação entre território, políticas públicas, reassentamento e sustentabilidade.

3.1 Território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização

Derivada do latim (*terra e torium*), a palavra território significa: terra que pertence a alguém (ZITZKE, 2007). Seu conceito, apesar de não ser uma exclusividade desta ciência, é considerado um dos elementos-chave da geografia, assim como os conceitos de paisagem, região, lugar e espaço. As discussões em torno do território estão presentes ao longo do processo de construção e reconstrução dessa ciência, e como esta, está constantemente sendo repensado.

Para Souza (2008), o território surge na tradicional geografia como um espaço concreto em si, que é apropriado por um grupo social e evoca a noção de território nacional, de Estado como seu gestor por excelência e de sentimentos patrióticos. Esta noção está materializada nas obras do primeiro grande autor da geografia política, o alemão Friedrich Ratzel.

O território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado, no entanto, o autor adverte para o fato de que o conceito em questão não deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas e dentro de escalas temporais distintas (SOUZA, 2008).

Para Haesbaert (1998) o território terá sempre como uma de suas propriedades o assentamento, a ocupação de uma área, um certo grau de “enraizamento” (concreto e simbólico) do grupo social que ali se reproduz. Entretanto, adverte para o fato de que isso não implica em “naturalizar” a relação do homem com o espaço, bem como a noção de território.

O território não se restringe a um espaço dominado (apropriado) no sentido político-econômico do termo. Ele apresenta uma dupla face, como produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político do espaço e sua apropriação simbólica. A dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar (HAESBAERT, 1998)

Santos (2002, p.8), destaca que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise.

Em Seabra; Carvalho; Leite (2009) este autor (SANTOS) enfatiza que o território só se torna um conceito utilizável, do ponto de vista da análise social, a partir do momento em que o pensamos juntamente com os atores que dele se utilizam. Para ele, a sociedade exerce um diálogo permanente com o território usado, que inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual.

No esforço de romper com o reducionismo a que foi submetido, restrito a um tipo específico de territorialidade, Souza (2008) afirma que o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Essencialmente um instrumento de exercício de poder, um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais projetadas no espaço do que simples espaços concretos.

A partir da ruptura com a concepção naturalizante de território destinar-se-á agora a esclarecer a noção de territorialidade em que esta pesquisa se apoia. Souza (2008) destaca que a palavra territorialidade vem sendo equivocadamente utilizada como sinônimos de identidade regional, regionalismo e muitas vezes associada a controle territorial que, para o autor, seria mais apropriado o termo territorialismo.

Para ele, a territorialidade (no singular) remeteria a algo extremamente abstrato, aquilo que faz de qualquer território um território, ou seja, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial. Territorialidades (no plural) significam tipos gerais em que se podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades e dinâmica. Em suma, territorialidade é um tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço (SOUZA, 2008).

Por sua vez, é notória a utilização cada vez mais frequente dos termos desterritorialização e reterritorialização nos estudos recentes das ciências sociais e humanas, estando estes, geralmente relacionados aos estudos sobre migração, identidade territorial e luta pela terra. No entanto, a utilização dessas terminologias remonta a década de 1970, encontrada principalmente na obra dos filósofos Deleuze e Guattari (CHELOTTI, 2010).

O homínido: desde o seu registro de nascimento, ele desterritorializa sua pata anterior, ele a arranca da terra para fazer dela mão, e a reterritorializa sobre galhos e utensílios. [...] O comerciante compra num território, mas desterritorializa os produtos em mercadorias, e se reterritorializa sobre circuitos comerciais. No capitalismo, o capital ou a propriedade se desterritorializam, cessam de ser fundiários e se reterritorializam sobre meios de produção, ao passo que o trabalho, por sua vez, se torna trabalho “abstrato” reterritorializado no salário (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 90-91).

Para Chelotti (2010) a principal contribuição desses filósofos foi a constatação de que os dois fenômenos são complementares, ou seja, não existe uma desterritorialização desconecta de uma posterior reterritorialização.

No cerne das discussões sobre desterritorialização e reterritorialização está o processo de globalização, que por um lado, produz redes que conectam os capitalistas com as bolsas mais importantes do mundo e aceleram a circulação de uma elite planetária, e por outro gera uma massa de despossuídos sem condições de acesso a essas redes e sem a menor autonomia para definir seus “circuitos de vida” (HAESBAERT, 2008).

As novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle (SANTOS, 2008, p.38-39).

Nesse contexto Chelotti (2010) evidencia a existência de duas grandes correntes interpretativas, uma que defende que a globalização estaria provocando uma desterritorialização e a outra defende que embora ocorra desterritorialização numa escala, se verifica reterritorialização em outra.

Para o autor, o primeiro grupo deveria levar em consideração os processos de reterritorialização e não analisar de forma isolada o processo de desterritorialização, tendo em vista que a globalização não pode ser compreendida apenas como um processo homogêneo,

uniforme e unilateral, sendo necessário observar outras esferas existentes na atual conjuntura da sociedade contemporânea.

Para Haesbaert (2008) assim como a modernidade carece da sua contraface, o tradicional, para ser definida, a desterritorialização está indissociavelmente ligada com a reterritorialização, pois na prática proliferam as interseções e as ambiguidades. Assim, propõe, como já salientado por Claude Raffestin (1993), uma tríade conceitual Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR).

A territorialização seria representada pela criação de territórios, a sua destruição (mesmo que temporária) seria a desterritorialização, e a sua recriação ocorreria a partir de processos de reterritorialização (CHELOTTI, 2010). Entretanto, é necessário ressaltar que para Haesbaert (2008), antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas e a debilitação de controles fronteiriços, a desterritorialização é um processo de exclusão social, de exclusão socioespacial.

3.2 Políticas públicas e deslocamentos compulsórios

Mesmo ressaltando que qualquer definição do que seja uma política pública torna-se arbitrária em virtude das disparidades de respostas aos principais questionamentos em torno do tema, Secchi (2014, p. 02) afirma que “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”.

Segundo esse autor, toda política pública possui dois elementos fundamentais: uma intencionalidade pública, que diz respeito a razão para o estabelecimento de tal política; e a resposta a um problema público, ou seja, o tratamento ou resolução de um problema de relevância coletiva.

Secchi (2014) ressalta que a inexistência de um consenso na literatura especializada quanto à definição de política pública se deve a alguns questionamentos básicos, definidos por ele como “nós conceituais”. O primeiro questionamento diz respeito ao protagonismo no estabelecimento destas. Para o autor existem duas abordagens distintas: a *estadista* ou *estadocêntrica*, que considera as políticas públicas como um monopólio, uma exclusividade dos atores estatais; e a *multicêntrica* ou *policêntrica*, que considera, além dos atores estatais, organizações privadas, ONGs e organismos multilaterais como protagonistas no estabelecimento de políticas públicas.

Rua (2015, p. 01) afirma que “políticas públicas compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”, envolvendo ações diversas, e estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Para essa autora, a dimensão pública é dada não pelo tamanho do agregado social que incidem, mas sobretudo pelo seu caráter imperativo, ou seja, pelo fato de serem decisões e ações revestidas pela soberana autoridade do poder público.

Teixeira (2002, p. 02) ressalta que “políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. São políticas explicitadas em documentos que orientam ações que normalmente envolvem recursos públicos (TEIXEIRA, 2002).

Em relação as distintas abordagens, Secchi (2014) alerta para o fato de ser indiscutível a ênfase do Estado no estabelecimento de políticas públicas, até mesmo por essa ser uma das principais razões pela qual o Estado moderno se constitui. Entretanto, esse autor enfatiza que as políticas elaboradas e estabelecidas por atores estatais caracterizam-se como políticas governamentais, sendo este o subgrupo mais importante das políticas públicas.

Do ponto de vista normativo, compartilhamos da convicção que o Estado deve ter o seu papel reforçado, especialmente para enfrentar problemas distributivos, assimetrias informativas e outras falhas de mercado. No entanto, do ponto de vista analítico, acreditamos que o Estado não é o único a protagonizar a elaboração de políticas públicas (SECCHI, 2014, p. 04).

E enfatiza:

A essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Exatamente por isso, o que define se uma política *é ou não pública* é a sua intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal. São os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo “pública” (SECCHI, 2014, p. 05).

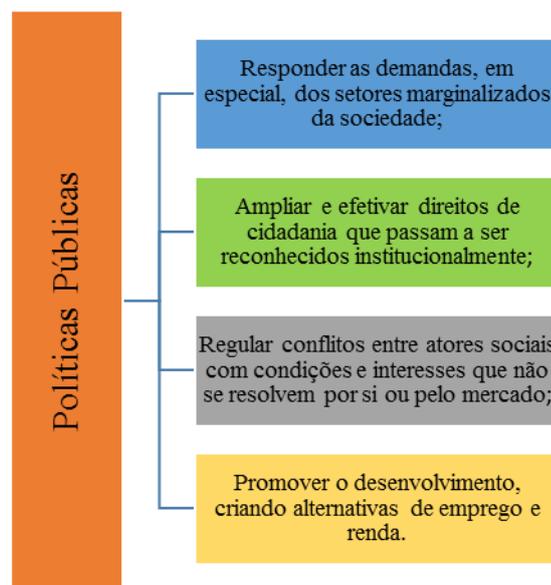
No tocante ao segundo questionamento, ou nó conceitual, o autor em questão afirma que o mesmo reside na afirmação de que política pública “é tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer” (DYE, 1972, *apud* SECCHI, 2014, p. 05-06). Para Teixeira (2002, p. 02) “devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos”. De acordo com essa percepção, assim como a realização ou o estabelecimento de uma política pública, a sua não implementação, a omissão e a negligência por parte de quem deveria fazê-lo, também passam a ser caracterizadas como tal.

A partir dessa concepção, tudo seria considerado política pública, sendo impossível distinguir entre os resultados da implementação destas e a casualidade, o curso natural das coisas. “Acreditamos que situações de omissão ou negligência governamental não devam ser consideradas políticas públicas, mas apenas falta de inserção do problema na agenda formal” (SECCHI, 2014, p. 06).

Ainda segundo esse autor, o terceiro “nó conceitual” reside na interpretação de que apenas as diretrizes estruturantes podem ser consideradas políticas públicas, sendo os planos, programas e projetos apenas seus elementos operativos. Em relação a este ponto, Secchi (2014) afirma que tanto as políticas estruturantes como as de nível intermediário e operacional podem ser consideradas políticas públicas. Para ele, a interpretação anterior compromete a análise de políticas municipais, regionais e estaduais, e todas as que se propõem a dar respostas aos problemas públicos.

Para Teixeira (2002) durante o seu processo de elaboração e implementação, e através dos seus resultados, as políticas públicas traduzem formas de exercício do poder político. Segundo ele, as finalidades destas políticas exprimem as visões de mundo dos que controlam o poder. Este autor ressalta que entre os principais objetivos das políticas públicas destacam-se os que estão representados na figura 5:

Figura 5 – Principais objetivos das políticas públicas



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Teixeira (2002).

Teixeira (2002, p. 02) ressalta ainda que:

As políticas tratam de recursos públicos diretamente ou através de renúncia fiscal (isenções), ou de regular relações que envolvem interesses públicos. Elas se realizam num campo extremamente contraditório onde se entrecruzam interesses e visões de mundo conflitantes e onde os limites entre público e privado são de difícil demarcação. Daí a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais.

É certo a existência de diferentes definições sobre o que é política pública, entretanto, merece destaque o fato de que para a implementação de muitas dessas políticas se faz necessária a ampliação da infraestrutura instalada. Em especial quando se trata do aumento da oferta de serviços públicos. Nesse contexto, surge a necessidade de uma obra pública, considerada, pela Lei 8.666/93, como construções, reformas, recuperação ou ampliação de um bem público (BITTENCOURT; FERREIRA, 2014).

Para Cernea e MaDowell (2000), existem dois grandes grupos do que chamam “populações deslocadas no mundo”: os *refugiados*, que fogem de conflitos militares ou calamidades naturais; e os *reassentados*, deslocados pelo desenvolvimento. O primeiro grupo caracteriza-se como resultante de guerras, conflitos civis, perseguições étnicas, fome e desastres naturais, podendo dividir-se em refugiados internos, que permanecem no interior das fronteiras nacionais, e os refugiados internacionais, que passam a buscar refúgio em um outro país.

O segundo grupo pode ser caracterizado pela perda de território em virtude da implantação de programas de indução de desenvolvimento, como a construção de infraestrutura para zonas industriais, barragens e represas, estradas, portos e aeroportos, e redes de transporte urbano; estes, geralmente permanecem dentro das fronteiras nacionais (CERNEA & MACDOWELL, 2000).

Ainda segundo esses autores, é inegável a necessidade de tais ações em virtude de promoverem melhorias na vida de populações, gerarem emprego e melhorarem serviços, entretanto, é também inegável que, contraditoriamente, as mesmas ações e projetos que tem por objetivo promover o desenvolvimento, geram grandes problemas para segmentos da população.

O princípio do “bem maior para os números maiores”, rotineiramente invocados para justificar deslocamentos forçados, é, de fato, muitas vezes abusado e se transformou em uma justificativa injustificável para tolerar os males que poderiam ser evitados. O resultado é uma repartição injustificável dos custos e benefícios do

desenvolvimento: algumas pessoas desfrutam dos ganhos do desenvolvimento, enquanto outros suportam as suas dores (CERNEA & MCDOWELL, 2000, p. 12).⁵

O Programa de Reassentamento das Populações do Projeto de Integração do Rio São Francisco (2005), define *reassentamento involuntário* como um processo de deslocamento de grupos populacionais, visando minimizar os efeitos negativos da realocação, garantindo uma base produtiva e melhores condições de vida ou, no mínimo, similares às anteriores no que concerne à habitação, organização social e econômica, e condições ambientais.

Para Vainer (2002), o termo *reassentamento involuntário* é um eufemismo utilizado por organismos internacionais para designar processos de *deslocamentos compulsórios*, tendo em vista que o primeiro nem sempre ocorre, enquanto o segundo constitui o principal efeito social dos grandes projetos.

Durante as duas últimas décadas do século passado, os deslocamentos populacionais forçados, causados por programas de indução de desenvolvimento foram da ordem de 10 milhões de pessoas a cada ano no mundo, cerca de 200 milhões, durante esse período. Assim, em virtude da frequência, proporção e consequências, os deslocamentos causados pela tentativa de indução de desenvolvimento tornaram-se um problema de proporções mundiais (CERNEA & MCDOWELL, 2000).

O efeito mais comum do deslocamento involuntário é o empobrecimento de um número considerável de pessoas. Na Índia, por exemplo, os pesquisadores descobriram que os programas de desenvolvimento do país causaram um deslocamento total de mais de 20 milhões de pessoas durante quatro décadas. Mais de 75% dessas pessoas não foram “reabilitadas”. Seus meios de subsistência não foram restaurados; na verdade, a grande maioria dos deslocados de desenvolvimento na Índia tornaram-se empobrecidos. Mas isso não acontece só na Índia. Esse empobrecimento, com a falta de justiça social e igualdade, se manifesta em diversos outros países em todo o mundo em desenvolvimento quando ocorre o reassentamento involuntário (CERNEA, 2000, p. 12).

Em relação a implementação de grandes projetos de desenvolvimento, Araújo (2001) ressalta que as avaliações voltadas especificamente para a dimensão social apontam para um variado conjunto de efeitos perversos desses empreendimentos sobre as populações moradoras e/ou economicamente dependentes da área de influência das obras enfocadas.

Na tentativa de dar uma resposta às preocupações internacionais em relação ao crescimento do número de deslocados forçados e refugiados no mundo, governos e organizações internacionais reforçaram suas políticas e programas de assistência nesta área.

⁵ Traduzido pelo autor a partir do original em inglês.

Todos os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) adotaram, e unificaram, o mesmo conjunto de orientações políticas sobre o reassentamento involuntário de pessoas no âmbito de projetos e organismos de ajuda (CERNEA & MCDOWELL, 2000).

A Cúpula Mundial de Copenhagen para o Desenvolvimento Social incorporou a chamada para estabelecer meios de subsistência e os direitos dos reassentados 'e refugiados' em seu programa especial de Ação. Por sua vez, o Banco Mundial, depois de ter formulado a primeira política internacional em matéria de reinstalação (1980), reforçou esta política com novas disposições (World Bank 1986, 1988, 1990, 1994, 1998). Ele também dedicou-se de forma intensa ao trabalho de assistência a refugiados, em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), proporcionando um maior apoio para a reconstrução sustentável dos países emergentes [...] (CERNEA & MCDOWELL, 2000, p. 4).

Para Araújo (2001), o discurso do progresso associado ao crescimento econômico que sempre respaldou as ações inerentes aos grandes empreendimentos, não é mais suficiente para viabilizá-los, pois a sociedade moderna assiste a uma crescente preocupação com os impactos negativos destes. “Verifica-se, atualmente, a emergência de novos questionamentos acerca do uso adequado dos recursos naturais e dos impactos sociais das obras planejadas” (ARAÚJO, 2001, p. 05). Para ela, essa mudança se deve, sobretudo, pela capacidade de organização e de luta das comunidades afetadas pelos grandes projetos.

3.3 O reassentamento involuntário no Brasil

Historicamente o processo de reassentamento involuntário no Brasil está diretamente relacionado a grandes obras de infraestrutura. Em especial à construção de reservatórios hídricos ou barragens, com a finalidade de garantir o abastecimento de comunidades e principalmente para garantir a geração de energia elétrica. Esses reservatórios desempenham importante função na geração de energia no país⁶, no abastecimento de cidades, irrigação e controle de inundações, entretanto, estão envolvidos em questionamentos gestados a partir de interesses econômicos e questões socioambientais.

Para Zitzke (2007), muitos desses conflitos originados a partir da construção de reservatórios no Brasil, resultam da forma de atuação de empresas e órgãos governamentais como o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco). Estes, se pautavam na atuação

⁶ 95% da matriz energética brasileira constitui-se de energia a partir de hidrelétricas (ZITKE, 2007).

da TVA (*Tennessee Valley Authority*), a primeira superintendência de bacia hidrográfica dos Estados Unidos, criada em 1933. Com uma visão burocrática e centralizadora, as ações eram baseadas na análise custo-benefício dos projetos, desconsiderando as peculiaridades locais, suas territorialidades.

O mesmo autor afirma que a construção dos reservatórios no Brasil ao longo do tempo vem restringindo-se a decisões de ordem técnico-econômica isoladas de apenas um único setor, e desconsiderando as demais formas de utilização da água no local do empreendimento. Para Araújo (1994), o deslocamento involuntário de populações por intervenções que visavam implantar uma infraestrutura não destinada diretamente àqueles mais afetados, causaram inúmeros problemas, que vão desde a piora das condições de vida das famílias atingidas até o enriquecimento a partir do processo especulativo da terra.

A construção de barragens em território brasileiro remonta ao século XVI e remete ao Estado de Pernambuco. Apipucos, como é conhecida atualmente, aparece em um mapa holandês de 1577, e foi construída onde hoje é área urbana da cidade de Recife. Há referências também ao dique afogados, construído no rio de mesmo nome em 1644, um braço do rio Capibaribe, também na atual região urbana do Recife (MELLO, 2011).

É possível caracterizar uma motivação distinta em relação à construção de barragens no território brasileiro, bem como sua distribuição entre as regiões do país. No Nordeste, inicialmente, a construção desses reservatórios tinha como principal finalidade o combate ao fenômeno da seca, pois segundo Bursztyn (2003), D. Pedro II prometeu que venderia até a última joia da coroa para assegurar que o flagelo provocado pela grande seca dos anos 1877-1879 não se repetiria. Entretanto, muito se foi gasto em estudos, na construção de açudes e em projetos de irrigação, e a seca segue como grande vetor político do semiárido.

Em 1880, logo após a Grande Seca, o Imperador D. Pedro II que esteve na área atingida, nomeou uma comissão para recomendar uma solução para o problema das secas no Nordeste. As principais recomendações foram a construção de estradas para que a população pudesse atingir o litoral e a construção de barragens para suprimento de água e irrigação no Polígono das Secas cuja área é superior a 950.000 km². Isso marcou o início do planejamento e projeto de grandes barragens no Brasil. A primeira dessas barragens foi o Cedros, situada no Ceará e concluída em 1906. [...] Os anos 50 e 60 do século passado foram os anos dourados na construção de barragens para combate às secas. No final do Século XX o DNOCS executou sua última barragem, Castanhão cuja finalidade principal foi o abastecimento de água da cidade de Fortaleza (MELLO, 2011, p. 19).

Já nas regiões Sul e Sudeste, e mais recentemente no Norte e Centro-Oeste, estas obras estiveram direcionadas principalmente para a produção de energia elétrica, sendo implantadas, no final do século XIX, pequenas usinas para o suprimento de cargas modestas e

localizadas. A primeira usina da *Ligth*, denominada inicialmente de Parnaíba e posteriormente Edgard de Souza, entrou em operação em 1901, localizada no rio Tietê, para suprimento de energia à cidade de São Paulo (MELLO, 2011).

Como mencionado anteriormente, nas décadas de 50 e 60 do século passado a construção de reservatórios hídricos tornou-se prática recorrente no Brasil. Durante o regime militar esse processo se intensifica, em especial entre os anos de 1975 e 1985, quando a capacidade de geração de energia elétrica no país passa de 18.500 megawatts para 54.000 megawatts (ZITZKE, 2007). Entretanto, as decisões limitavam-se a questões técnico-econômicas, pautadas por uma relação de custo benefício, relegando os aspectos sociais e ambientais, que passavam a ter um caráter secundário nas preocupações ao se decidir pela implantação dos empreendimentos.

Durante o regime militar, optou-se pela construção de grandes usinas hidrelétricas visando o fortalecimento de uma infraestrutura capaz de atender as necessidades do rápido crescimento urbano-industrial e agropecuário do país. No momento de decisão e planejamento da construção de barragens, não havia qualquer avaliação sistemática de seu impacto na sociedade local. O social aparecia como um problema secundário, que seria solucionado após a construção da usina. Isso aconteceu em várias barragens, como as de Sobradinho, Itaparica, Itá, Tucuruí e Itaipu (MONTE, 1999, p. 6).

Zitzke (2007, p. 95) destaca que:

Muitos dos projetos hidrelétricos implantados durante o regime militar tiveram consequências sócio-ambientais desastrosas, desconsiderando as tradições das populações locais e regionais e, tampouco, suas expectativas e aspirações. As demandas que os justificavam eram de caráter nacional e internacional. A localização de cada empreendimento era decidida em função de critérios e estratégias complexas e distanciada do cotidiano local.

Também durante esse período, as crescentes críticas ao desprezo às territorialidades e as questões ambientais; a insatisfação das populações atingidas com a forma autoritária de encaminhar os projetos; o valor e as formas de indenizações; o surgimento de Organizações Não Governamentais de defesa do meio ambiente e dos direitos dos atingidos; além da atuação de instituições científicas e procuradorias, pressionaram governos e empresas a repensarem a forma com a qual se estabelecem esses empreendimentos. Destaca-se nesse sentido a definição da Política Nacional de Meio Ambiente e a criação do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), que estabeleceu os requisitos para a Avaliação de Impactos e para o Licenciamento Ambiental de obras modificadoras do meio ambiente (ZITZKE, 2007).

Para Araújo (2001), dentre todos os segmentos da sociedade mencionados, os principais responsáveis pela mudança na forma como se estabelecem estes empreendimentos foram as comunidades direta ou indiretamente afetadas pelos projetos. Vainer (2002) afirma que existem referências a existência de manifestações de resistência a construção de barragens no Brasil nos anos 40 e 50 do século passado, no entanto, os sinais mais fortes de movimentos coletivos organizados remontam ao final dos anos 70 do referido século.

16 de outubro de 1978: convocados pela Comissão Pastoral da Terra, reúnem-se no pátio da Igreja de Santa Helena 1.500 pequenos agricultores cujas terras serão inundadas pela barragem de Itaipu. Eles elaboram um abaixo assinado, encaminhado ao Presidente General Geisel, em que listam 23 problemas enfrentados pelos agricultores ribeirinhos a serem deslocados pelo lago de Itaipu, entre os quais se destacavam: falta de informação e consulta prévia, impactos ecológicos, situação dramática de cidades e vilas afetadas mas não indenizadas, trágica realidade a que seriam lançados os agricultores paraguaios e, sobretudo, o preço irrisório das indenizações oferecidas (VAINER, 2002, p. 04).

Segundo o autor, religiosos da Igreja Católica e da Igreja Evangélica desempenharam importante papel de mediadores entre agricultores e autoridades, tendo em vista que o país encontrava-se em nebulosos tempos de ditadura militar. Em 7 de abril de 1979, ocorre a II Assembleia de Santa Helena com a presença de representantes sindicais, Confederação Nacional de Trabalhados Rurais (CONTAG), Comissão Pastoral da Terra (CPT), bispos de diferentes dioceses paranaenses, parlamentares (Estaduais e Federais), e mais de 2 mil agricultores, reunidos no estádio esportivo da cidade. É possível reconhecer nessa assembleia a primeira experiência de organização de atingidos por barragens, o que influenciará nos movimentos de resistência em torno do tema no restante do país (VAINER, 2002).

Souza *et al.* (1999), mencionando o caso dos atingidos por barragens na Bacia do Rio Uruguai, afirma que os direitos previstos em lei para essas famílias eram mínimos, reduzindo-se a indenizações patrimoniais aos portadores de títulos de propriedade, que em geral eram de baixo valor, sendo que as primeiras reivindicações de “terra por terra”, ou seja, a rejeição a indenização em dinheiro e a exigência de um reassentamento, aparecem no Manifesto dos Agricultores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense sobre Barragens em 1980, e no documento que encerra a Assembleia dos Atingidos em 1981.

No final dos anos 70 e início dos anos 80 as populações atingidas começaram a questionar a forma autoritária de encaminhamento dos projetos. De uma forma mais geral, o movimento dos atingidos por barragens originou-se com a discordância quanto ao valor das indenizações, e avançou para a reconstituição de seu modo de vida e de trabalho, preferencialmente na mesma região. Era a luta pelo seu

reassentamento, uma operação complexa com profundas implicações humanas e responsabilidades sociais (MONTE, 1999, p. 07).

Outro ponto fundamental que influenciou na maneira pelo qual estes empreendimentos são pensados e executados, foi o fato de os organismos internacionais de financiamento terem estabelecido orientações que considerassem as questões socioambientais quando da construção destas obras. Segundo Zitzke (2007), o Banco Mundial passou a condicionar seus financiamentos à emergência de legislação ambiental adequada nos países, e a defender a criação de departamentos de meio ambiente junto às empresas do setor elétrico. Acrescente-se a isso o fato de que:

Em meados dos anos 1970 e início da década seguinte, bancos e agências internacionais de fomento ao desenvolvimento, como o Banco Mundial, o BID e a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), passaram a criticar os projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo, pela sua ineficiência, e a defender programas de desenvolvimento voltados para as populações mais carentes. Além disso, criticavam os projetos tradicionais em várias frentes: ou porque viam apenas o lado da oferta de bens e serviços, ou porque os recursos não chegavam ao seu destino, bem como pela falta de participação dos beneficiários em todas as fases do projeto (CEARÁ, 1984 *apud* CHACON, 2007, p. 170).

Para Vainer e Araújo (1992), esse novo contexto, que inclui o processo de democratização vivenciado pela sociedade brasileira provocou, nos planejadores do setor elétrico do país, saudades dos velhos e bons tempos em que mobilização social era assunto a ser tratado pelo aparelho repressor e não por técnicos, e a única exigência dos organismos internacionais era o retorno de polpidos juros dos seus investimentos.

3.4 A perspectiva da sustentabilidade

Antes de se dedicar às discussões sobre o conceito de sustentabilidade especificamente, faz-se necessário recorrer as reflexões em torno do conceito de desenvolvimento para assim, apresentar a perspectiva norteadora da análise do estudo em foco.

Até 1960 não havia a necessidade de se distinguir crescimento econômico de desenvolvimento pelo simples fato de que as poucas nações consideradas desenvolvidas serem aquelas que se tornaram ricas através do processo de industrialização. E, por outro lado, nos países considerados subdesenvolvidos, pobres, este processo encontrava-se em estágio inicial ou mesmo inexistia (VEIGA, 2010).

O surgimento do debate internacional em torno do conceito de desenvolvimento se deve a descoberta de evidências que o crescimento econômico ocorrido nos países “semi-industrializados” (durante a década de 1950), entre eles o Brasil, não se configurou em maior acesso das populações pobres a bens materiais e culturais, em especial à saúde e educação, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos (VEIGA, 2010).

Veiga (2010, p. 18) destaca que a partir da publicação do primeiro “Relatório do Desenvolvimento Humano”, pela ONU, em 1990, lançando o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, como alternativa à opulência econômica como critério de aferição do desenvolvimento, “ficou muito esquisito continuar a insistir na simples identificação do desenvolvimento como crescimento”.

Esse autor ressalta a existência de três tipos básicos de resposta quando se indaga: o que é desenvolvimento? A primeira delas, e a mais frequente, é tratar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico; a segunda, que trata como algo ilusório, mito ou manipulação ideológica⁷ e a terceira que recusa o reducionismo das respostas anteriores para propor um “caminho do meio”.

Optando pela terceira via de resposta, Veiga (2010) destaca as contribuições de Ignacy Sachs para a construção desse conceito, no entanto afirma que a fórmula sintética que melhor define o que é desenvolvimento pertence a Furtado (2004) quando afirma que dispor de recursos para investir está longe de garantir um futuro melhor para a população, mas que quando há um projeto (social) que priorize a melhoria das condições de vida dessa população, há uma metamorfose de crescimento para desenvolvimento.

Assim como ocorre com o conceito anterior, para Veiga (2010) a indagação o que é sustentável? Também suscita três padrões de respostas. O primeiro, classificado por ele como uma *fábula panglossiana*, pautado na ideia da inexistência de dilemas entre crescimento econômico e conservação ambiental, onde o primeiro impactaria negativamente no segundo apenas até que os países alcançassem um determinado nível de riqueza (medido pela renda *per capita*) sendo, a partir daí, um processo inverso, onde o crescimento passaria a melhorar a qualidade ambiental.

O segundo, que diverge completamente do anterior, classificado pelo autor como uma *fatalidade entrópica*, na qual, baseado nos princípios da termodinâmica, afirma que a obsessão pelo crescimento deverá ser substituída pela retração, sob o risco de a humanidade

⁷ Veiga (2010) assinala que essas duas correntes (crescimento e ilusão) preferem a expressão “desenvolvimento econômico”, pois os veem como sinônimos.

comprometer o seu desenvolvimento em virtude dos impactos sobre os recursos naturais. É a terceira que, novamente, procura enveredar por um caminho do meio, e que Veiga (2010) aponta como uma tentativa de encontrar uma resposta ao que realmente seja sustentabilidade.

Mais uma vez, o autor recorre às contribuições de Ignacy Sachs para evitar “o ambientalismo pueril, que pouco se preocupa com pobreza e desigualdades, e o desenvolvimento anacrônico, que pouco se preocupa com as gerações futuras” (VEIGA, 2010, p. 171) e propor uma harmonia entre os objetivos sociais, ambientais e econômicos chamada inicialmente de ecodesenvolvimento e posteriormente de desenvolvimento sustentável.

Gadotti (2012), por sua vez, ressalta que mesmo com as constantes discussões em torno dos termos “sustentável” e “desenvolvimento”, estes permanecem vagos e controversos. Para ele, em virtude do conceito de desenvolvimento ter sido historicamente utilizado em uma visão colonizadora de uma ideologia do progresso pautada na industrialização e no consumo (inclusive com o estabelecimento de metas impostas pelas políticas econômicas), bem como o fracasso das medidas propostas nas diversas conferências relacionadas aos cuidados com o meio ambiente; torna-se até natural que existam reservas quanto a um possível desenvolvimento sustentável.

De fato, “sustentável” é um termo que, associado ao desenvolvimento, sofreu um grande desgaste. Enquanto para alguns é apenas um rótulo, para outros ele tornou-se a própria expressão de um absurdo lógico: desenvolvimento e sustentabilidade seriam logicamente incompatíveis (GADOTTI, 2012, p. 46).

Segundo esse autor a sustentabilidade é o sonho do bem viver, a harmonia entre os diferentes, um equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, sendo possível desdobrá-la em dois eixos: a *sustentabilidade ecológica, ambiental e demográfica*, que se refere a base física do processo de desenvolvimento e a capacidade da natureza suportar a ação humana; e a *sustentabilidade cultural, social e política*, que está relacionada com a qualidade de vida das pessoas, a justiça social, a construção da cidadania e a participação das pessoas no processo de desenvolvimento.

No entanto, Gadotti (2012) afirma que não é o caso de se polarizar entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável sob o risco de gerar polêmicas inúteis e desmobilizadoras. Para ele, em virtude dos temas sustentabilidade e desenvolvimento sustentável estarem em moda, esses termos acabam por assumir diversas acepções e conotações, inclusive sendo usados para justificar o contrário do que originalmente significam.

Ainda segundo esse autor, muitos outros conceitos também possuem significados distintos (cultura, democracia, justiça, etc); variando de acordo com os contextos e os autores que os defendem. Entretanto, o critério de superação dessas questões reside no campo da prática.

O grande número de definições desses conceitos não impede que os consideremos essências para as nossas vidas. Damos a eles o conteúdo prático que nossos princípios e valores sociais e políticos lhe conferem. [...] Os debates teóricos são importantes, mas eles têm um limite sem a sua utilização prática (GADOTTI, 2012, p. 51).

Sachs (2009) destaca que o encontro de Founex, de 1971, que precedeu a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano ocorrida em Estocolmo (1972), foi o ponto de partida para as discussões em torno das dependências entre desenvolvimento e meio ambiente. Sendo posteriormente seguido de uma série encontros e relatórios internacionais dedicados ao tema.

Segundo esse autor, durante o encontro de Founex e a Conferência de Estocolmo, no ano seguinte, dois posicionamentos distintos foram assumidos. De um lado estavam os *economicistas arrogantes*, que julgavam descabidas e prejudiciais aos países em desenvolvimento as preocupações com o meio ambiente; e do outro os *fundamentalistas ecológicos*, que profetizavam o apocalipse caso o crescimento econômico não fosse estagnado. Ambas as posições foram descartadas.

O crescimento econômico ainda se fazia necessário. Mas ele deveria ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza ao PIB. A rejeição à opção *crescimento zero* foi ditada por óbvias razões sociais. Dadas as disparidades de receitas entre as nações e no interior delas, a suspensão do crescimento estava fora de questão, pois isso deterioraria ainda mais a já inaceitável situação da maioria pobre (SACHS, 2009, p. 52).

Entre os posicionamentos diametralmente opostos, surge uma alternativa, o “caminho do meio”, que, quer seja denominado ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, tem por base a harmonia entre os objetivos sociais, ambientais e econômicos, que para Sachs (2009) continua válido até os dias atuais, desde que sejam respeitados os distintos critérios de sustentabilidade:

- a) *Social*: que se refere ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

- b) *Cultural*: referente a mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.
- c) *Ecológica*: relacionada à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis.
- d) *Ambiental*: trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- e) *Territorial*: refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
- f) *Econômica*: desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.
- g) *Política Nacional*: democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.
- h) *Política Internacional*: baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, Pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), controle institucional efetivo do sistema internacional

financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

As reflexões em torno dos elementos contidos no tema desenvolvimento sustentável remontam a década de 1950, no entanto, o conceito surge a partir da apresentação dos resultados do relatório “Nosso Futuro Comum” à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, em 1987 (VEIGA, 2009). Desde então, muitos foram os encontros, conferências e documentos que tinham como objetivo a promoção de um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável, entretanto, do ponto de vista prático, pouco se avançou nesse sentido.

Em setembro do ano 2000, líderes mundiais reuniram-se na sede das Nações Unidas, em Nova York, para adotarem a Declaração do Milênio e lançarem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODMs (Figura 6). Tais objetivos são constituídos por oito diretrizes, que, baseadas nas grandes conferências e encontros das Nações Unidas, tem como principal finalidade o combate a extrema pobreza e a construção de um mundo pacífico, justo e sustentável. Devendo ser alcançados até 31 de dezembro de 2015 (PNUD, 2015).

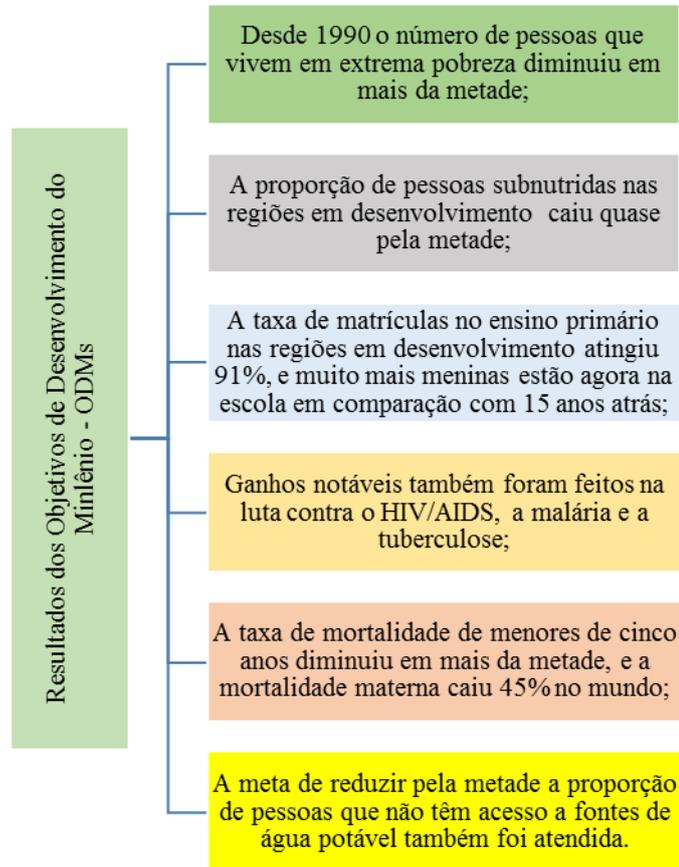
Figura 6 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs



Fonte: PNUD (2015).

De acordo com o último relatório da ONU em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os esforços para o alcance de tais objetivos produziram “o mais bem sucedido movimento de combate à pobreza da história” (PNUD, 2015). Entre os principais resultados, o referido relatório destaca os que estão presentes na figura 7.

Figura 7 – Principais resultados dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de PNUD (2015).

Entretanto, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ressalta que os esforços ainda não foram suficientes para acabar com a fome, alcançar a plena igualdade de gênero, a melhoria dos serviços de saúde e ter todas as crianças na escola. E afirma que: “Agora temos que mudar o mundo para o caminho sustentável” (PNUD, 2015).

Nesse sentido, em setembro de 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, foram concluídas as negociações que culminaram com a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (Figura 8). Organizados em uma agenda com 17 objetivos e 169 metas, funcionam como um plano de ação global para

peçoas, para o planeta e para a prosperidade vislumbrando os próximos 15 anos (ONU, 2015).

Figura 8 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS



Fonte: PNUD (2015).

O referido documento tem como base os resultados, positivos e negativos, de todas as grandes conferências e metas da ONU (incluindo os ODMs) e reconhece que a erradicação da pobreza é o maior desafio global, ao mesmo tempo em que é condição *sine qua non* para o desenvolvimento sustentável.

3.5 Considerações gerais do capítulo

O presente capítulo tem como principal objetivo o debate em torno dos conceitos estruturantes da pesquisa em foco, entrelaçando a perspectiva da sustentabilidade aos conceitos de território, políticas públicas e reassentamento involuntário. Escapa ao escopo dessa pesquisa, e principalmente do referido capítulo, o debate em torno dos conceitos de ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade. Entretanto, considerou-se relevante abordar as discussões em relação a estes, para, na sequência, clarificar a perspectiva que alicerça o referido estudo.

Adota-se como perspectiva sustentável a harmonia entre os objetivos sociais, ambientais e econômicos, com ênfase para o eixo cultural, social e político da sustentabilidade propostos por Gadotti (2012), quando afirma estar este, relacionado com a qualidade de vida

das pessoas, a justiça social, a construção da cidadania e a participação das pessoas no processo de desenvolvimento. Sem, no entanto, desprezar o eixo ecológico-ambiental da mesma.

Acredita-se que, partindo desse prisma, os demais conceitos estarão intrinsicamente ligados (com a sustentabilidade e entre si), a medida que o território não se restringe ao espaço concreto, e que sua análise deve levar em conta os atores sociais que dele se utilizam e as relações que se estabelecem, as territorialidades. Territorialidades estas, muitas vezes desprezadas quando da implementação de políticas públicas, viabilizadas por grandes obras de infraestrutura, que resultam em deslocamentos compulsórios e/ou reassentamentos involuntários, característicos de um processo de desterritorialização-reterritorialização. Estes, por sua vez, carregados de impactos sociais, econômicos e ambientais.

4 O SEMINÁRIO ONTEM: AGENTES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO BAIRRO

A arquitetura e a cidade são frutos das relações sociais e elementos que se transformam com o passar do tempo. A cidade muda através da construção de novos edifícios e espaços e em razão do uso atribuído a esses elementos urbanísticos [...]. O espaço urbano e a arquitetura são reflexos dos grupos sociais que de maneira sucessiva os construíram. Dessa forma, a cidade pode ser interpretada e entendida através de sua história (FARIAS FILHO, 2007, p. 15).

Partindo da premissa de que a produção do espaço urbano reflete a ação simultânea de diversos e complexos agentes sociais através do tempo, o objetivo do referido capítulo é analisar o processo de formação e expansão do Bairro Seminário em Crato – CE, identificando seus principais agentes produtores antes da implementação do Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário.

4.1 O espaço urbano

Inicialmente, torna-se imprescindível tentar distinguir os conceitos de cidade e urbano, equivocadamente percebidos, muitas vezes, como sinônimos na tentativa de contrapor as noções de campo e rural respectivamente. Tarefa delicada, na medida em que atualmente, as fronteiras entre o espaço urbano e o rural são cada vez mais difusas e de difícil identificação (MONTE-MÓR, 2006).

Ao enfatizar a necessidade de se distinguir os conceitos de cidade e urbano, Lefebvre (2008) afirma que a principal diferença entre eles reside no fato de que o urbano aparece e se manifesta no curso da explosão, estilhaçamento da cidade. Para ele, é necessário que se pense um processo contínuo, uma periodização, que vai da cidade política ao urbano, passando pela cidade mercantil e pela cidade industrial (MONTE-MÓR, 2006).

A cidade política mantém seu domínio sobre o campo com a retirada do excedente produzido neste último, possibilitada por um aparato político-ideológico-militar (MONTE-MÓR, 2006). Para Sposito (2014, p. 124) “as interações espaciais estabeleciam-se a partir de cidades-Estado, ou seja, cada cidade comandava seu espaço rural, de onde provinha o excedente que a sustentava”.

A cidade mercantil amplia a sua dominação sobre o campo, e resulta da gradativa entrada da burguesia na cidade, incentivada pelas feiras de artigos luxuosos, e consolidando a economia de mercado (MONTE-MÓR, 2006). Para Lefebvre (2008, p. 83), até esse momento, “as cidades são e permanecem obras, e não produtos”.

Com a entrada da indústria na cidade, a produção passou a se realizar no seio do espaço do poder, concentrar a classe trabalhadora e as condições de produção. O campo passa a depender da cidade para sua própria produção e consumo (MONTE-MÓR, 2006).

Para Henri Lefebvre (1999; 2008) e Monte-Mór (2006), a cidade industrial além de significar a subordinação total do campo à cidade, fez com que esta última também se transformasse em um produto industrial, sofrendo um processo de implosão-explosão, onde após elevada concentração de poder, capital, bens e pessoas sobre si, explode sobre os territórios circundantes, com a extensão do seu tecido urbano.

Assim, “o urbano é um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea, estendida, virtualmente, por todo o espaço social” (MONTE-MÓR, 2006, p. 14).

Corrêa (1997; 1989) destaca a riqueza de abordagens com que se pode considerar o espaço urbano diante das características simultâneas que ele apresenta. Para o autor, o espaço urbano, pode ser caracterizado como um complexo conjunto de usos distintos da terra, justapostos entre si. Estes usos diversos definem áreas igualmente diversas que, no entanto, mantêm relações com as demais, ainda que sejam de naturezas e intensidades variáveis.

4.2 A produção do espaço urbano

Como um produto social, o espaço urbano resulta das ações de agentes sociais concretos que o produzem e o consomem. Estas ações se acumulam e se engendram através do tempo de forma dinâmica e complexa, incluindo práticas que exigem um constante processo de reorganização espacial, e que, via de regra, refletem os interesses do agente dominante (CORRÊA, 1989).

Para Brito e Deus (2009, p. 108), “analisar a produção do espaço urbano é deparar-se com o contexto de reprodução da vida em seus aspectos históricos, socioeconômicos, políticos e sociais”. Vasconcelos (1997) destaca a existência de diversos trabalhos dedicados ao tema, com destaque para Willian Form (1975), Horácio Capel (1972), Nora Clichevsky (1975), David Harvey (1973) e J. Borja (1975).

O autor (VASCONCELOS, 1997) ressalta ainda a existência de trabalhos mais recentes, como os de Durand-Lasserve (1986) e Corrêa (1989). O primeiro, limitando-se a questão fundiária, apresenta três atores-chave na produção do espaço urbano: os proprietários fundiários, os loteadores ou promotores fundiários e o produtor e promotor imobiliário, sendo

o poder público tratado em separado. O segundo, a partir da realidade brasileira, apresenta como agentes produtores do espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Refletindo sobre a sua própria contribuição em relação a temática, Corrêa (2014, p. 47) destaca a existência de novos e velhos agentes sociais.

Bancos, companhias de seguros, empreiteiras, empresas ferroviárias e de bondes, fábricas têxteis, firmas comerciais e de serviços, proprietários fundiários, grupos de previdência privada, grupos sociais excluídos, indivíduos com investimentos e ordens religiosas participam, alguns há muito tempo, em maior ou menor intensidade, do processo de produção do espaço. [...] Ressalta-se aqui a produção de um “espaço vernacular”, efetivada por aqueles que invadem e ocupam terras públicas e privadas, produzindo favelas, ou por aqueles que, no sistema de mutirão, dão conteúdo aos loteamentos populares das periferias urbanas. No processo de produção do “espaço vernacular”, entram em cena novos agentes sociais, como aqueles ligados à criminalidade e ao setor informal de produção de imóveis.

Ciente dessa ressalva, como ponto de partida, o presente estudo faz uso dos agentes sociais produtores do espaço urbano propostos por Corrêa (1989), sendo estes:

- a) *os proprietários dos meios de produção* que, em função de suas atividades, são consideráveis consumidores de espaço, necessitando de amplos terrenos que satisfaçam os requisitos necessários às suas atividades, e ao mesmo tempo sejam de baixo custo;
- b) *os proprietários fundiários*, que apresentam interesses eminentemente ligados ao valor de troca, e não de uso da terra, sempre com o objetivo de obterem maior renda fundiária de suas propriedades. “Estão particularmente interessados na conversão de terra rural em urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade” (CORRÊA, 1989, p. 16);
- c) *os promotores imobiliários*, que possuem interesses convergentes aos dos proprietários fundiários e das indústrias de material de construção, buscam “produzir habitações com inovações, com valor de uso superior às antigas, obtendo-se, portanto, um preço de venda cada vez maior” (CORRÊA, 1989, p. 21);
- d) *o Estado*, que atua de forma complexa, variando no tempo e no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte e processando-se em três níveis: federal, estadual e municipal. Este agente possui uma atuação mais perceptível no que tange a implantação de serviços públicos e a elaboração de leis relativas ao uso do solo. Todavia, “o Estado capitalista desempenha múltiplos

papéis em relação à produção do espaço. Essa multiplicidade decorre do fato de o Estado constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam” (CORRÊA, 2014, p. 45). Sua atuação tende a privilegiar os interesses dos segmentos da classe dominante;

e) os grupos sociais excluídos, que correspondem a uma significativa parcela da população, na qual não possui renda suficiente para comprar um imóvel ou pagar o aluguel de uma habitação decente. Como alternativa, resta a estes grupos estabelecer moradia em cortiços, loteamentos periféricos, conjuntos habitacionais e favelas.

Por meio da ação dos próprios moradores ao longo do tempo, melhorando suas residências, e/ou pressionando Estado para que atue na implantação de serviços de infraestrutura, a favela pode vir a se tornar um bairro popular. “Esta urbanização, contudo, desencadeia uma valorização que acaba por expulsar alguns de seus moradores e atrair outros” (CORRÊA, 1989, p. 31).

A esse respeito, é possível mencionar como exemplo os estudos de Dos Anjos e Lacerda (2015), ao analisarem os impactos socioambientais oriundos da dinamização do mercado de aluguel no Bairro Brasília Teimosa, na cidade do Recife – PE.

Com origem na ocupação de terras, a área em questão tem sido caracterizada por uma série de intervenções urbanas promovidas pelo Estado. Embora seja inegável a constatação de que tais intervenções tenham elevado a qualidade ambiental da área – por meio de melhorias relacionadas a infraestrutura – há que se reconhecer que as melhorias contribuíram diretamente para sua valorização e com o intenso mercado habitacional de locação (DOS ANJOS; LACERDA, 2015).

4.3 Análise do processo de formação e expansão do bairro

Até então Missão do Miranda, o Crato tornou-se vila em 1762, sendo instalada em 21 de junho de 1764, já como Vila Real do Crato. “Apesar da pompa do nome, era na verdade um lugarejo cercado de matas” (FARIAS FILHO, 2007, p. 74-75). “A vila do Crato era um pequeno aglomerado urbano. O centro da vila era o quadrado da matriz, tendo a Igreja como edifício principal. Tal local era primitivamente chamado de Praça dos Índios que depois passou a se chamar Praça da Matriz” (FIGUEIREDO FILHO, 1968, p. 17).

Para Farias Filho (2007, p. 75) a Vila do Crato funcionava muito mais como entreposto comercial do que como cidade ou mesmo vila. Segundo ele, o processo de formação de uma estrutura urbana foi lento, oriundo de atividades econômicas primárias que ditavam o crescimento ou a estagnação da cidade, de acordo com o seu próprio ritmo de produção. “A criação do gado e o cultivo da cana-de-açúcar eram a base da economia local. Nenhuma dessas atividades econômicas deu suporte para a criação de uma verdadeira urbanização”.

Muito embora já se destacasse no cenário regional, até a primeira metade do século XIX, o Crato permanece como uma cidade pequena e de construções irregulares, contando, em 1838, com uma população de 2.000 habitantes (CRATO, 2005). Entretanto, em virtude das condições naturais da região, e do Crato em especial, rica em recursos hídricos, os fluxos migratórios de sertanejos fugindo das secas eram constantes.

Em 17 de outubro de 1853, numa segunda-feira, alcançava-se o Crato à categoria de cidade por força do artigo único da Lei Provincial 628, sancionada pelo presidente Joaquim Vilela de Castro Tavares. Neste momento, a cidade do Crato apresentava um desenvolvimento comercial bastante acentuado exercendo influência na região do Cariri e entorno. Em ordem cronológica era a quinta cidade do Ceará (OLIVEIRA; ABREU, 2010, p. 250).

Em 1854, a população da cidade passa a ser de 8.362 habitantes, divididos entre brancos (2.590), pardos (5.151) e negros (621) (FARIAS FILHO, 2007). Como consequência do incremento populacional a agricultura e o comércio se desenvolviam, passando o Crato a ser o principal produtor e fornecedor de alimentos para o sertão, e estabelecer importantes ligações comerciais com Recife, na época, o principal porto nordestino (FARIAS FILHO, 2007).

Paralelo a isso, a chegada de comerciantes de Icó, que faziam a conexão Aracati-Crato, foi responsável por um surto comercial no município. Deriva dessa relação a primeira mudança de uso do solo no Crato, com antigas casas dando lugar a mercearias, lojas, cafés e boticas (CRATO, 2005). “Em 1861 a cidade do Crato tinha 550 casas de telha e 600 de palha. Ao todo 1150 casa, consumia 8 rezes diariamente com uma população de 8 mil habitantes” (FARIAS FILHO, 2007, p. 111).

4.4 O papel da Igreja Católica

Ao apresentar as dimensões de análise de redes geográficas, Corrêa (1997) ressalta que o Estado, as empresas, as instituições e os grupos sociais, são agentes sociais que

podem influenciar na composição destas. Em relação às instituições o autor destaca, entre outras, a igreja católica, as dioceses e paróquias.

Vasconcelos (1997), por sua vez, afirma que os agentes modeladores das cidades no período colonial foram: a igreja, as ordens leigas, o Estado, os agentes econômicos e a população e os movimentos sociais. Para ele, as divisões promovidas pela igreja em relação as sedes paroquiais e as freguesias repercutem até o presente, sob a forma de divisões administrativas das cidades.

Em relação ao papel da igreja na estruturação das cidades coloniais, Vasconcelos (1997) destaca que os conventos (seminários) desempenharam importante papel na expansão urbana colonial, pois localizavam-se nas periferias, nos finais de eixo urbano, e atraíam o crescimento da cidade em sua direção.

Por ordem de Dom Luiz Antônio dos Santos, primeiro bispo do Ceará, por volta de 1872, a cidade do Crato recebeu dois missionários lazaristas⁸ de origem francesa, vindos de Fortaleza. No intuito de contribuir com a instrução do povo, estes, sugeriram ao referido bispo, assim como um ano antes havia sugerido o Padre Cícero Romão Batista, a fundação de uma casa de ensino na cidade que atendesse a todo o Vale do Cariri, bem como os sertões dos estados vizinhos (SILVA; PEREIRA, 2005).

Dom Luiz, que havia fundado o Seminário de Fortaleza, animou-se com a ideia de dotar a região de uma instituição onde os jovens vocacionados se submetessem aos estudos preparatórios para, em seguida, serem enviados ao Seminário da Prainha (Fortaleza). Assim como fizera na capital da província, “o bispo lançou apelo à sociedade local, pedindo esmolas públicas para a construção do prédio. Padres de todo o Ceará receberam autorização do palácio episcopal para arrecadar donativos em suas paróquias” (NETO, 2007, p. 52).

O coronel Antônio Luís Alves Pequeno e sua mulher dona Maria Pinto Nogueira Pequeno, doaram ao bispo Dom Luiz um terreno situado no então Alto do Grangeiro, para a construção do seminário. Doaram também uma levada d’água oriunda da nascente Batateiras (FARIAS FILHO, 2007). Durante a construção, iniciada em 1874, trabalhadores dos sítios vizinhos eram encaminhados e chefiados por seus patrões para ajudarem na obra. “O jovem Padre Cícero veio, certa vez, do Juazeiro com uma multidão e fez encher muitos metros de alicerces em um só dia” (SILVA; PEREIRA, 2005, p. 13).

⁸ Padre Guilherme e Padre Antônio, da Congregação dos Filhos de São Vicente de Paulo (SILVA; PEREIRA, 2005).

A esse respeito, Neto (2007, p. 53) afirma que:

Durante a construção do seminário, Cícero levou um grupo de juazeirenses para ajudar a assentar os alicerces da obra. E, de mais a mais, dentro dos limites de sua igreja, ele também contribuía com o objetivo supremo do bispo, o de moralizar cada rincão da província.

Inaugurado em 07 de março de 1875, o Seminário São José foi o primeiro estabelecimento de ensino religioso e superior do interior nordestino (SILVA; PEREIRA, 2005). Para Figueiredo Filho e Pinheiro (1953), o Seminário deve ser considerado como o primeiro marco do ensino secundário não só para a Região do Cariri, como para uma vasta extensão do interior de diversos estados nordestinos.

O Seminário São José serviu para preparar a elite de inteligência e de espírito, que desempenhou papel preponderante na transformação do homem da época do cangaceiro e do coronelismo, no cidadão pacato e mais ou menos instruído dos presentes tempos (Figura 9). O velho educandário que o tempo em vez de destruir fez foi robustecê-lo, serviu como ponto de partida para a criação das modernas casas de ensino cratenses que poderiam encher de orgulho a qualquer cidade cultural do Brasil (FIGUEIREDO FILHO; PINHEIRO, 1953, p. 60-73).

Figura 9: Estudantes do Seminário São José em 1959



Fonte: Arquivo do Departamento Histórico Diocesano Pe. Gomes.

Farias Filho (2007, p. 116) destaca que com a fundação do Seminário São José (Figura 10), o Crato passava a firmar posição privilegiada no Cariri Cearense, especialmente em relação a educação. O autor descreve o referido prédio como uma “construção revolucionária para a época, fruto da opulência regional concentrada no Crato”.

Figura 10 – Seminário São José em 1925



Fonte: Arquivo do Departamento Histórico Diocesano Pe. Gomes.

Até a segunda metade do século XIX, o desenvolvimento urbano da cidade estava restrito ao baixio do Rio Grangeiro, entre os morros do Seminário e do Barro Vermelho (CRATO, 2005). Com a inauguração do Seminário São José, localizado no alto do Grangeiro (posteriormente denominado Alto da Matança ou Matança Velha⁹; hoje Bairro Seminário), a cidade do Crato “superou a barreira física do morro e subiu o Alto do Seminário, sem, entretanto, manter o traçado ordenado encontrado no centro, devido à dificuldade de uma topografia de grande aclave” (CRATO, 2005, p. 31).

Segundo o Plano Diretor Municipal do Crato (2005), a construção do Seminário São José representou também um importante impulso ao comércio e a economia do município, na medida em que fez surgir hotéis, pousadas e pensões para que os estudantes vindos de outros municípios pudessem se hospedar.

Figueiredo Filho e Pinheiro (1953, p. 45), destacam o crescimento populacional vivenciado pelo Crato e o seu processo de urbanização. Em 1890, a população passa a ser de 11.449 (destes, 2449 vivendo nos subúrbios da cidade), em 1900 de 14.000, em 1950 passa a 16.030 habitantes, e em 1955 para cerca de 20.000 habitantes. Entretanto, “de dia para dia, porém, amplia-se e embeleza-se a área urbana, com novos bairros e modernas residências

⁹ Durante as sextas feiras havia no então alto do Grangeiro uma feira de gado onde esses animais eram comercializados e abatidos (FARIAS FILHO, 2007).

(Figura 11), enquanto na periferia se disseminam os mocambos de taipa, com piso de terra batida, cobertura de palha ou de telha”.

Figura 11 – Rua do comércio na década de 1930



Fonte: Júlio Saraiva/Arquivo Linard.

Oliveira e Abreu (2010) afirmam que a linha da Rede de Viação Cearense e o canal do rio Grangeiro serviam como delimitadores em relação ao centro do Crato e os bairros mais pobres. Segundo eles, a medida em que se avançava em direção a periferia da cidade, tornavam-se mais frequentes o aparecimento de mocambos de taipa, em especial nos bairros Pinto Madeira, Seminário (Figuras 12), Alto da Penha, Independência e Batateiras.

Figura 12 – Bairro Seminário em 1941



Fonte: IPHAN/Arquivo do Departamento Histórico Diocesano Pe. Gomes.

Figura 13 – Crato no início do século XX



Fonte: IPHAN/Arquivo do Departamento Histórico Diocesano Pe. Gomes.

A esse respeito, merecem destaque as contribuições de Moreira e Trevizan que, discutindo o processo de reprodução do espaço urbano e as transformações território-ambientais a partir do caso de Teotônio Vilela, um dos bairros mais pobres e populosos da cidade de Ilhéus – BA, afirmam:

A concentração da riqueza, característica própria do sistema (capitalista), e a expansão urbana não planejada levam à supervalorização de alguns espaços, forçando a retirada deles aqueles que não conseguem caminhar *pari passu* com este processo. Por sua vez, estes se deslocam desbravando espaços ainda não tão valorizados. É nessa lógica que atuam as migrações rural-urbanas e intra-urbanas (MOREIRA; TREVIZAN, 2005, p. 81).

Na área da cidade onde estava situado o Seminário São José, no início do século XX (Figura 13), além das estruturas referentes ao prédio da diocese, foram construídas algumas casas de palha no lado sul do referido prédio (Figura 14). Com o tempo, essas casas foram se multiplicando, tendo em comum o fato de serem desprovidas de pavimentação e demais serviços públicos (SILVA; PEREIRA, 2005).

Figura 14 – Encosta do Seminário em 1941

Fonte: IPHAN/Arquivo do Departamento Histórico Diocesano Pe. Gomes.

Nos anos quarenta, do século XX, com uma relativa melhoria nos serviços de abastecimento de água e no fornecimento de energia elétrica, o bairro em questão passou a atrair novos moradores. Em 1950 a Diocese fundou, no bairro, o Liceu Diocesano de Artes e Ofícios do Crato (também conhecido como Escola da Madre), com a finalidade de atender menores necessitados através de educação infantil e formação profissionalizante (SILVA; PEREIRA, 2005).

No final da década de 1960, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e a Fundação Padre Ibiapina organizaram um Conselho de Moradores do Bairro. Entre os objetivos estava o de despertar para a organização comunitária, identificar problemas sociais e buscar soluções por meio da escolha de líderes das ruas através de eleições localizadas. “Com a colaboração de alguns religiosos, vinte e um líderes de ruas fundaram, em pleno Natal de 1969, a Sociedade Pró-Melhoramento do Bairro Seminário” (SILVA; PEREIRA, 2005, p. 26).

Oliveira Filho e Mitidiero Junior (2014) destacam a importante contribuição da Igreja Católica aos movimentos sociais no Brasil, em especial através das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Destacam ainda que na cidade do Crato, especialmente no bairro Seminário, as CEBs desempenharam relevante papel na consolidação de lutas sociais ligadas, principalmente, a questão da moradia entre os anos de 1980 e 1990.

As ações da Igreja em relação às ocupações e manifestações da classe trabalhadora na cidade do Crato foram sempre movidas pelo grande número de pessoas, o que possibilitava a anuência de uma forte mobilização social, culminando numa maior vitalidade dos movimentos sociais naquele período. Essas ações marcaram a trajetória da luta na cidade do Crato, principalmente devido as fortes contribuições que a ala progressista da Igreja deu aos movimentos sociais contribuindo fortemente na organização, assessoria espiritual e ideológica para os movimentos sociais (OLIVEIRA FILHO; MITIDIERO JUNIOR, 2014, p. 47).

Destacam, entretanto, a contradição existente no fato de que grande parte dos terrenos ocupados no bairro Seminário entre 1980 e 1990 serem pertencentes à Diocese Cratense. “Isso referenciou vários conflitos internos dentro da Igreja, principalmente entre as alas progressistas e conservadoras” (OLIVEIRA FILHO; MITIDIERO JUNIOR, 2014, p. 47).

4.5 O papel do Estado

Corrêa (2014; 1989) destaca a multiplicidade de papéis desempenhados pelo Estado na produção do espaço urbano. Segundo ele, o Estado pode atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaço, proprietário fundiário, promotor imobiliário, provedor de serviços públicos, sem deixar de ser agente de regulação do uso do solo e alvo dos movimentos sociais urbanos.

Em 1966, no Bairro Seminário, foi inaugurado o Grupo Escolar Coronel Virgílio Távora, em homenagem ao então governador do Estado do Ceará. Em 1974, o bairro recebe o Centro Comunitário Governador César Cals, uma parceria entre o Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura Municipal do Crato. Posteriormente, passou a funcionar no local o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade – CEMIC, que respondia pela tentativa de reintegrar a criança marginalizada à sociedade (SILVA; PEREIRA, 2005).

Em 1978, foi inaugurado no bairro a Escola de 1º Grau Polivalente Governador Aduino Bezerra, destinada ao ensino profissionalizante. Silva e Pereira (2005) ressaltam que a instituição contribuiu com o crescimento educacional e profissional da população local, além de proporcionar o povoamento e a expansão de ruas. É necessário destacar ainda que o estabelecimento da referida instituição, envolveu, além das três esferas de poder, a Diocese do Crato.

A gestão de Pedro Felício adquiriu no Bairro Seminário, através de uma permuta com o bispo Dom Vicente de Matos, um terreno medindo 26.580 m². [...] a Diocese cedeu o terreno mediante troca por outro, medindo 16.000 m², entestando com o Tiro de Guerra 10-004 mais um acréscimo de vinte e dois mil cruzeiros (SILVA; PEREIRA, 2005, p. 28).

Corrêa (1989.p. 27) adverte para o fato de ser uma tradição latino-americana a criação de núcleos urbanos a partir do zero pelo planejamento estatal. E alerta para o fato de que “a segregação residencial pode resultar também de uma ação direta e explícita do Estado através de planejamento”.

O autor destaca ainda que uma das estratégias dos promotores imobiliários é contar com a ajuda do Estado para viabilizar a construção de residências para as camadas populares. Órgãos como o Banco Nacional da Habitação (BNH) e as Cooperativas de Habitações (COHABs) foram criados com esse intuito, assim como mecanismos jurídicos e financeiros como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CORRÊA, 1997). Para ele:

Esta estratégia é viável em razão da importância da produção de habitações na sociedade capitalista. Cumpre ela um papel fundamental, que é o de amortecer as crises cíclicas da economia através do investimento de capital e da criação de numerosos empregos (CORRÊA, 1989, p. 23).

Construído em 1981, e financiado pelo Sistema Nacional de Habitação (SNH), o Conjunto Residencial Novo Crato contribuiu de forma significativa para a expansão do Bairro Seminário. O referido conjunto, surge no intuito de atender a população de renda média¹⁰ que ainda não possuía casa própria. A população que se estabeleceu no conjunto era oriunda de outros bairros da cidade o que contribuiu também com o acréscimo populacional na área (SILVA; PEREIRA, 2005).

Em 1985, próximo ao conjunto Novo Crato, foi construído o Conjunto do IPEC, com casas financiadas pelo Instituto de Previdência do Estado do Ceará para atender aos funcionários estaduais. Silva e Pereira (2005) ressaltam que com a mesma frequência em que eram construídas as habitações no Seminário, chegavam pessoas de municípios vizinhos ao Crato.

Paralelo a isso, em 1981, a Prefeitura Municipal do Crato, por meio de mais uma permuta, repassou a uma agremiação esportiva a posse de um terreno no bairro em questão, correspondendo a quatro quarteirões. Em troca, a prefeitura utilizou a antiga sede da referida agremiação para instalar o Centro Administrativo Regional do Crato, em uma área próxima ao centro da cidade (SILVA; PEREIRA, 2005).

Vale salientar que nas cidades onde a atividade industrial é expressiva, uma das estratégias dos proprietários industriais é a criação de amplas áreas fabris, se distanciando das

¹⁰ Entre os grupos beneficiados pela obra em questão estavam funcionários dos Correios, de empresas de telefonia e da Receita Federal (SILVA; PEREIRA, 2005).

áreas nobres da cidade e se aproximando das proletárias. “Deste modo, a ação deles modela a cidade, produzindo seu próprio espaço e interferindo decisivamente na localização de outros usos da terra” (CORRÊA, 1989, p. 15).

Assim, a chegada da Indústria de Calçados Grendene no Bairro Seminário (atraída por benesses estatais) por volta de 1996, provocou significativos impactos no bairro e na cidade. Inicialmente, a referida empresa gerou cerca de 2.000 empregos, impactando diretamente na economia, no contingente populacional, e na infraestrutura do bairro, bem como fomentando impactos socioambientais.

Em decorrência da instalação da Indústria de Calçados Grendene nas proximidades do atual Bairro Seminário, a partir do ano de 1996, muita coisa mudou. Mesmo dotada de tecnologia moderna e produção para o exterior, ela gerou, inicialmente, emprego para um contingente de quase duas mil pessoas. Isso acelerou o aumento populacional desse lado da cidade e melhorou o padrão de vida de muitas famílias, mas em contrapartida, agravou os problemas relacionados à infraestrutura do bairro (SILVA; PEREIRA, 2005, p. 42).

“Com olho nos interesses empresariais e nos problemas da população, em algumas ruas do bairro, as autoridades municipais investiram em pavimentação e criaram uma linha de ônibus” (SILVA; PEREIRA, 2005, p. 42). Posteriormente, foram construídos mais dois conjuntos habitacionais, agora, em direção a indústria. Os conjuntos Vitória Nossa e o Nova Conquista abrigaram pessoas oriundas de outras partes da cidade e de municípios vizinhos.

4.6 Os grupos sociais excluídos

As diferenças sociais inerentes ao sistema capitalista no que tange ao acesso a bens e serviços, não são exclusividade dos países da América Latina, no entanto, apresentam-se ainda mais profundas nessa parte do continente. Entre os muitos sintomas da exclusão social está a ausência de moradia digna e/ou própria (CORRÊA, 1989).

A terra urbana e a habitação são objetos de interesse generalizado, envolvendo agentes sociais com ou sem capital, formal ou informalmente organizados. Estabelece-se uma tensão, ora mais, ora menos intensa, porém permanente, em torno da terra urbana e da habitação. Se isso não constitui a contradição básica, transforma-se, contudo, em problema para uma enorme parcela da população (CORRÊA, 2014, p. 47).

Como alternativas à população desprovida de moradia resta a possibilidade de residir em cortiços próximos aos centros das cidades, as construções em regime de mutirão localizadas em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e

geralmente distantes do centro, ou atuarem como agentes efetivos na produção do seu próprio espaço (CORRÊA, 1989).

No Bairro Seminário há um histórico de resistência e sobrevivência ligado aos movimentos sociais. Sua configuração socioespacial está diretamente ligada a processos de ocupação e de lutas travadas ao longo do tempo, resultando em diversas comunidades dentro do Bairro. Entre os anos de 1980 e 1990, o bairro Seminário registrou, pelo menos, quatro ocupações (OLIVEIRA FILHO; MITIDIERO JUNIOR, 2014).

Em 1983, cerca de 150 famílias ocuparam as casas do Conjunto do IPEC, onde foram construídas 93 casas destinadas à funcionários públicos do Estado. Oliveira Filho e Mitidiero Junior (2014) ressaltam que a ocupação tem origem no fato de as residências ficarem fechadas por dois anos após a sua construção em virtude da inexistência de critérios de seleção para as 93 famílias diante de um universo de 1.000 famílias inscritas.

Assim, passando dois anos do abandono das residências por parte do poder público, movimentos sociais de moradia, apoiados por partidos políticos de esquerda, em especial, Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido dos Trabalhadores (PT), além da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), organização ligada a ala progressista da Igreja Católica organizaram a ocupação dessas casas (OLIVEIRA FILHO; MITIDIERO JUNIOR, 2014, p. 48).

Por ordem do então prefeito municipal Walter Peixoto, a polícia foi autorizada a invadir as residências e expulsar as famílias (Figura 15). Aquelas em que algum membro era funcionário do Estado do Ceará conseguiram se fixar no referido conjunto, enquanto as demais foram despejadas e sublocadas em outro conjunto habitacional (OLIVEIRA FILHO; MITIDIERO JUNIOR, 2014).

Silva e Pereira (2005) afirmam que em 1990, famílias de baixa renda, desprovidas de residência, ocuparam um terreno localizado atrás do Seminário São José, terreno este pertencente a Diocese. Cerca de 200 pessoas construíram barracas de palha ou plástico, representando o domínio sobre aquele espaço. Como resultado, as famílias foram retiradas em troca de um terreno oferecido pela Prefeitura Municipal na periferia do Conjunto Novo Crato e nas Cacimbas¹¹. A Diocese logo tratou de lotear e vender o terreno que fora ocupado (SILVA; PEREIRA, 2005).

¹¹ Em 1999 O Bairro seminário foi dividido em quatro, sendo estes: Seminário, Novo Crato, Cacimbas e Franca Alencar (SILVA; PEREIRA, 2005). Em virtude da elaboração do Plano Diretor Municipal, em 2005, o Novo Crato, as Cacimbas e o Franca Alencar deixaram de ser bairros. Por sua vez, a área onde se encontra a indústria de calçados Grendene tornou-se Bairro Misericórdia (CRATO, 2005).

Figura 15 – Momento em que a polícia chegou ao conjunto para expulsar os militantes



Fonte: Mara Guedes, 1983. Disponível em: Oliveira Filho; Mitidiero Junior (2014).

Oliveira Filho e Mitidiero Junior (2014), analisando o papel da Igreja Católica e dos movimentos sociais em Crato, ressaltam que a referida ocupação, denominada como ocupação do campo do Seminário, caracterizou-se como a maior ocupação na história da luta pela moradia na cidade¹², refletindo na efervescência dos movimentos sociais no Crato.

Em 1996, mais uma ocupação ocorre no bairro, desta vez em um terreno pertencente a Prefeitura Municipal. Como resultado dessa nova ocupação, muitas pessoas conseguiram se estabelecer no local, enquanto outras comercializaram seus lotes (SILVA; PEREIRA, 2005).

Nesse lado da cidade, a ação dos Sem-teto acompanha a trajetória delineada pela expansão do bairro. [...] nos últimos anos, o movimento expandiu-se na direção sul, onde um contingente de famílias transferidas de outros bairros, construía em regime de mutirão, o Conjunto Vitória Nossa. Após a definição dessa área, o movimento social popular gerou os conjuntos N.S. da Penha e Nova Conquista (SILVA; PEREIRA, 2005, p. 36).

Em 2004, as ocupações tornam a ocorrer. Mais uma vez, o terreno ocupado pertencia a Prefeitura Municipal, localizando-se nas proximidades do Riacho das Piabas. “Lá, as pessoas lotearam a área, construíram barracas e iniciaram alicerces enquanto reivindicavam uma decisão favorável” (SILVA; PEREIRA, 2005, p. 36).

¹² Segundo os autores, a ocupação contou com a participação de 700 famílias.

4.7 Considerações gerais do capítulo

É possível destacar que a formação do Bairro Seminário está diretamente ligada ao crescimento econômico e ao processo de urbanização do Crato, substancializados na fundação do primeiro estabelecimento de ensino superior do interior nordestino, e na exclusão socioespacial e ocupação desordenada.

Em relação aos elementos produtores do bairro, percebe-se uma multiplicidade de papéis exercidos pelos agentes envolvidos. A atuação da Igreja Católica pode ser considerada como determinante, pois versa desde a instalação do marco embrionário do bairro, o Seminário São José, até o exercício de proprietário fundiário e promotor imobiliário, pelo fato de ter sido uma das principais proprietárias de terras no local. Destaca-se ainda o papel exercido por essa instituição no tocante a assistência à população e ao incentivo a organização comunitária.

Como não poderia deixar de ser, o Estado (em sua multiplicidade de interpretações) foi, e continua a ser, fulcral na produção do espaço urbano em estudo. Este agente exerceu, de acordo com a ocasião, papel de proprietário fundiário, promotor imobiliário, proprietário dos meios de produção, agente regulador do uso do solo, provedor (ou não) de serviços públicos, e alvo dos movimentos sociais. Além de ser o principal aliado dos proprietários dos meios de produção.

Os grupos sociais excluídos podem ser apontados como exercendo um papel central para a produção/expansão do espaço urbano em foco. Estes, enxergaram nesse recorte espacial uma alternativa de sobrevivência, muitas vezes resultando na formação do que Corrêa (2014) classifica como um espaço vernacular. Através das ocupações de terrenos públicos ou privados, exerceram pressões sobre o Estado e atuaram como agentes produtores do seu próprio espaço.

5 O SEMINÁRIO HOJE: O ESTADO VOLTA À CENA

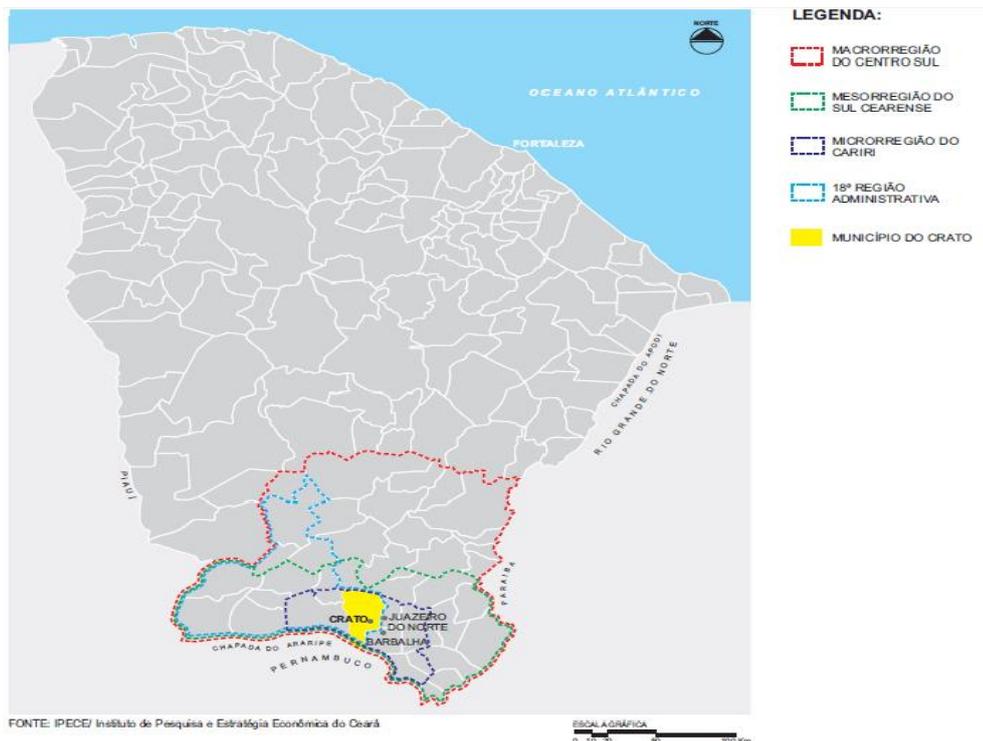
A cidade é visivelmente, uma coisa complicada. Parte da dificuldade que experimentamos em lidar com ela pode ser atribuída à sua complexidade inerente. Mas, nossos problemas podem também ser atribuídos à nossa falha em conceituar corretamente a situação. Se nossos conceitos são inadequados ou inconsistentes, não podemos esperar identificar problemas e formular soluções políticas apropriadas (HARVEY, 1980, p. 13).

O presente capítulo se propõe a caracterizar o Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, bem como a população alvo do mesmo, com ênfase às famílias afetadas pelas remoções. Com esse intuito, considerou-se relevante situar o referido bairro no contexto municipal para, na sequência, discutir em torno das características do mesmo, abordando os motivos que justificaram a implantação do referido projeto, seus impactos e políticas mitigadoras.

5.1 O contexto municipal

Localizado no Estado Brasileiro do Ceará, mais especificamente ao sul desse Estado, o município do Crato está situado na Macrorregião de Planejamento Cariri Centro-Sul, na Mesorregião Sul Cearense e na Microrregião Cariri (Figura 16) (IPECE, 2015).

Figura 16 – Localização do município do Crato no Estado do Ceará



Fonte: Crato (2005).

De acordo com os dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE (2015), o Crato limita-se: ao norte, com os municípios de Caririçu e Farias Brito; ao sul, com o município de Barbalha e o Estado do Pernambuco; a leste, com os municípios de Barbalha, Juazeiro do Norte e Caririçu; e a oeste, com os municípios de Nova Olinda, Santana do Cariri e o Estado do Pernambuco. Apresentando as seguintes coordenadas geográficas: 7° 14' 03" de latitude sul, e 39° 24' 34" de longitude oeste.

Convém destacar que o município do Crato, juntamente com os vizinhos, Barbalha e Juazeiro do Norte, constituem importante concentração urbana e significativa polarização de comércio e serviço. O CRAJUBAR, que possui uma área de influência que transcende as fronteiras do Estado, expandindo-se para os Estados do Pernambuco, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte (Figura 17) (CRATO, 2005).

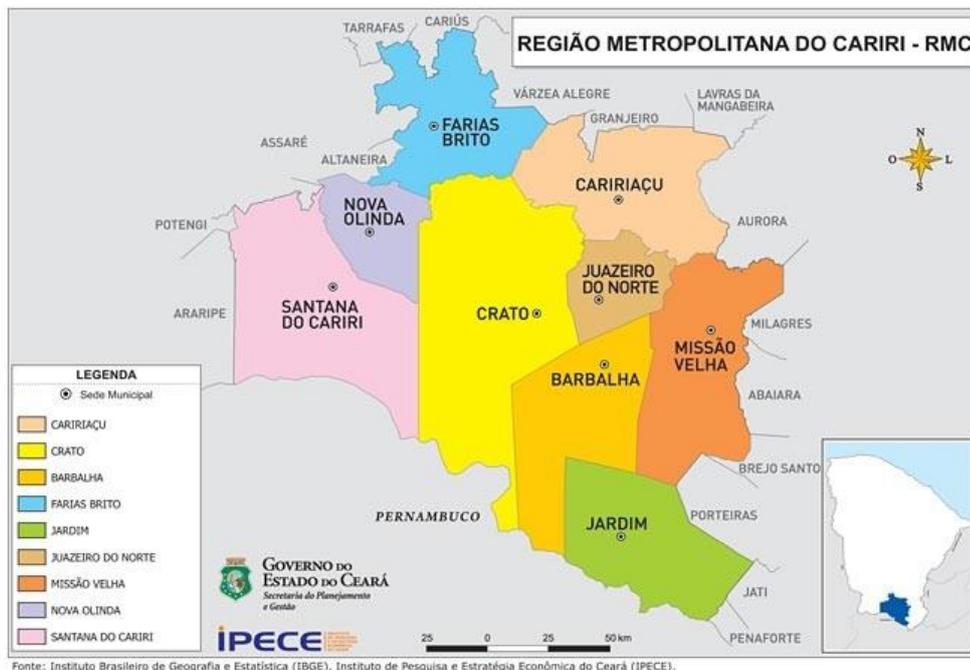
Figura 17 – Localização do CRAJUBAR em relação às capitais nordestinas



Fonte: Crato (2005).

Destaca-se ainda que desde de 2009, esses três municípios somados aos de Caririçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, integram a Região Metropolitana do Cariri (Figura 18), criada pela Lei Complementar Estadual N° 78 de 29 de junho de 2009.

Figura 18 – Região Metropolitana do Cariri - RMC

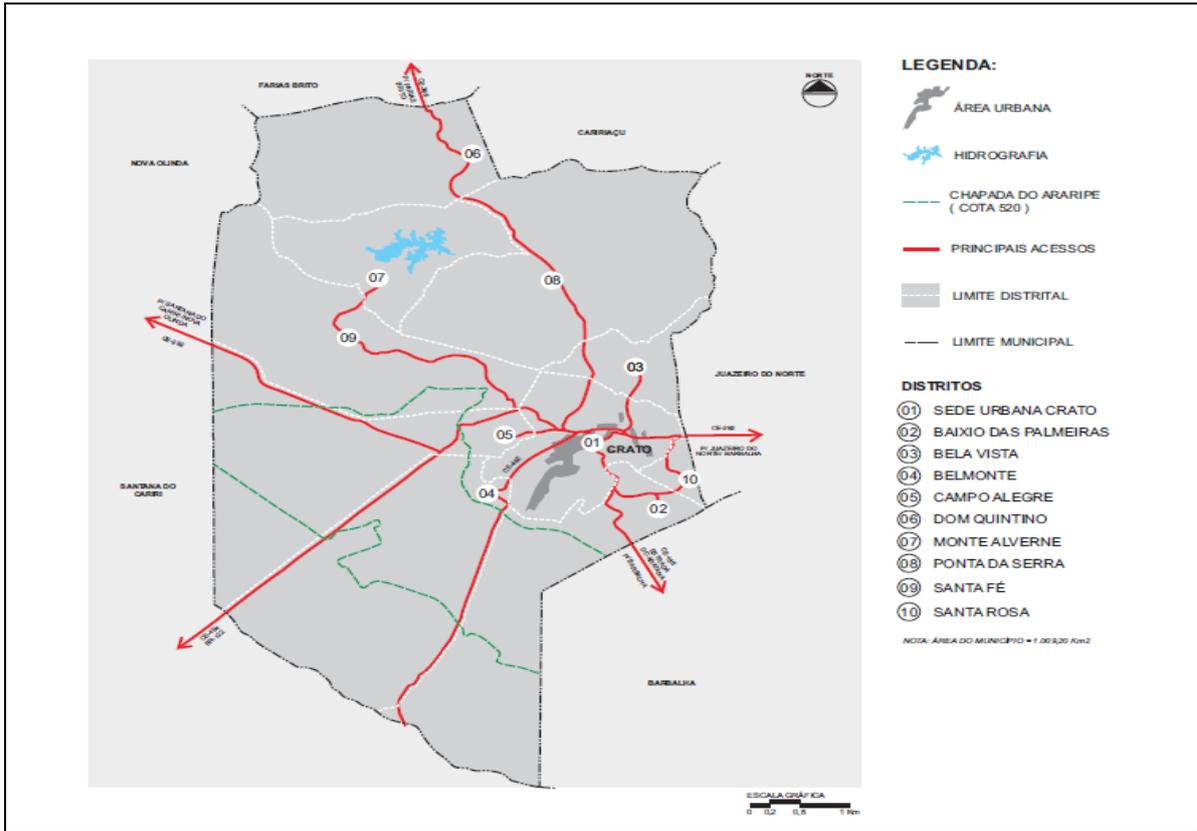


Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE (2012).

Ocupando uma área de 1.009,20 km², o Crato possui uma população de 121.428 habitantes, dos quais 16,89% correspondem a população residente em área rural, e 83,11% correspondendo a população residente em área urbana (IPECE, 2015). De acordo com seu Plano Diretor, o município é composto por 10 distritos e 20 bairros¹³, sendo estes:

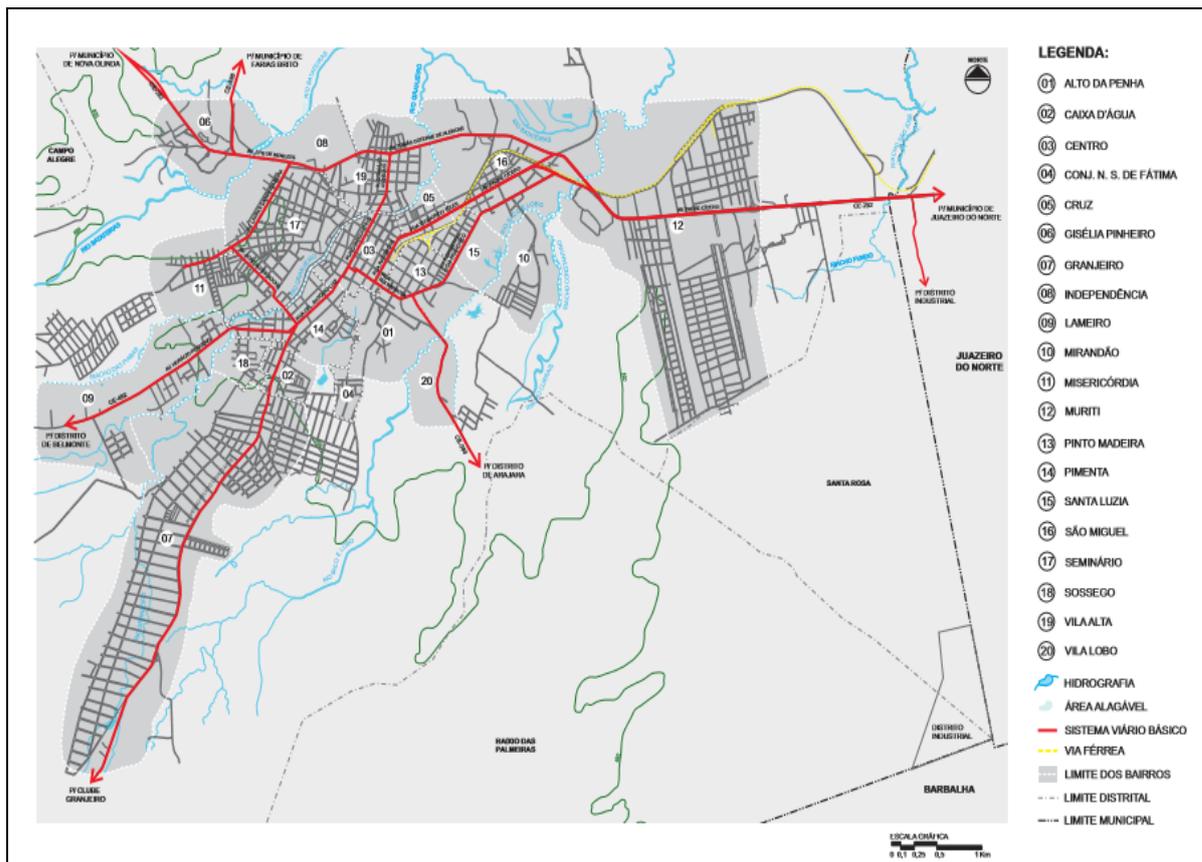
- a) **Distritos:** Crato (sede), Baixio das Palmeiras, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Bela Vista, Ponta da Serra, Santa Fé e Santa Rosa (Figura 19);
- b) **Bairros:** Alto da Penha, Caixa D'água, Centro, Conjunto Nossa Senhora de Fátima, Cruz, Gisélia Pinheiro, Granjeiro, Independência, Lameiro, Mirandão, Misericórdia, Muriti, Pinto Madeira, Pimenta, Santa Luzia, São Miguel, Seminário, Sossego, Vila Alta e Vila Lobo (Figura 20).

¹³ O Plano Diretor Municipal destaca que, mesmo sendo esta a divisão oficial aprovada por lei, outras divisões são utilizadas popularmente e por alguns órgãos públicos, com destaque para a divisão estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que faz referência a existência de 30 bairros.



Fonte: Crato (2005).

Figura 20 – Classificação da sede urbana do Crato



Fonte: Crato (2005).

Entre os vários aspectos elencados pelo referido plano, o presente trabalho destaca a existência de 18 situações especiais referentes a habitação. Os chamados *Assentamentos Subnormais*, que correspondem a áreas com habitações precárias e que, segundo o documento em questão, são os setores que necessitam de maiores demandas de qualificação urbana, dotação de infraestrutura e correções de ocupações indevidas, inclusive em situações de fragilidade ambiental.

São eles: Alto da Penha, Rabo da Gata, Batateiras, Cacimbas, Gesso, Matadouro, Muriti, São Miguel, Vila Lobo, Vila Torta, Vulcão, Pantanal, Pinto Madeira, Vila Novo Horizonte, Seminário, Boa Vista e Maria Amélia no distrito de Dom Quintino e Palmeirinha dos Britos no distrito de Ponta da Serra (CRATO, 2005).

5.2 O bairro Seminário

Com uma população superior a de muitos municípios da Região Metropolitana do Cariri, o Seminário é o maior e mais populoso bairro do Crato. Segundo dados do IBGE, em 2000 sua população era de 11.795 habitantes, em 2009, estima-se que essa população passou à 30.000¹⁴, representando um crescimento de 154.35% (PROEMA, 2014).

De acordo com os dados do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA (2014), do Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do referido bairro, é possível caracterizar o mesmo, de acordo com os dados e as informações a seguir. Ressalta-se ainda que tais informações antecedem a implantação do projeto mencionado.

Existem 17 estabelecimentos educacionais no bairro (Tabela 1), com públicos e capacidades de atendimentos específicos.

Tabela 1 – Estabelecimentos dedicados a educação no bairro Seminário

Nº	Estabelecimento Educacional	Ensino	Nº de alunos atendidos
01	Escola Estadual de Educação Profissional Virgílio Távora	Ensino Médio	355
02	Escola de Ensino Fundamental e Médio Polivalente Governador Adauto Bezerra	Ensino Fundamental e Médio	1829
03	Liceu do Crato Prefeito Raimundo Coelho Bezerra	Ensino Médio	681
04	Escola 8 de Março	Ens. Fundamental I e II Ensino de Jovens e Adultos	538

¹⁴ Embora exista a divisão político administrativa do Seminário em outros bairros, é comum (principalmente à população) considerar toda aquela área como bairro Seminário, sendo o restante, comunidades integradas a ele.

Tabela 1 – Estabelecimentos dedicados a educação no bairro Seminário – conclusão

Nº	Estabelecimento Educacional	Ensino	Nº de alunos atendidos
05	Centro de Educação Infantil José Isaias de Oliveira	Educação Infantil	80
06	Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Liceu Diocesano	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	1129
07	Centro de Educação Infantil Madre Esmeraldo	Educação Infantil	160
08	Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professor Álvaro Rodrigues Madeira	Ensino Fundamental	352
09	Centro de Educação Infantil Madre Esmeraldo	Creche	440
10	Centro de Educação Infantil Liceu Diocesano	Creche	152
11	Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ciranda do Saber (Particular)	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	233
12	Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tia Didi (Particular)	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	153
13	Instituto Educacional Tia Linard (Particular)	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	352
14	Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Sonho de Criança (Particular)	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	125
15	Centro Educacional Nosso Espaço (Particular)	Educação Infantil	34
16	Educandário Fonte da Sabedoria (Particular)	Educação Infantil	380
17	Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA	Educação de Jovens e Adultos	1600*

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA (2014).

*Dados obtidos com a própria instituição (2014)

No bairro, estão instaladas 03 unidades de saúde: o Centro Comunitário César Cals – CEMIC, o Posto de Saúde Fabio Pinheiro Esmeraldo e a Unidade de Saúde Parque São José, que juntos contam com 65 profissionais de diferentes áreas, além do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Entre os serviços mais procurados, estão a prevenção do câncer de mama e colo do útero, além de dores de cabeça e pressão alta, pelas mulheres; e a prevenção de câncer de próstata, estresse, dores de cabeça, insônia, e dores no peito; pelos homens.

Em relação as crianças, as doenças mais comuns são: febre, geralmente associada a viroses e/ou infecção (resfriados e gripes), diarreias, verminoses e doenças causadas por protozoários (giardíase).

Na tabela 2, observa-se a quantidade de espaços (públicos e privados) destinados ao lazer, esporte e práticas culturais no bairro. Além destes destaca-se a existência de pequenos “salões de dança” em associações de classe. Em relação a esses aspectos, a implementação de políticas públicas nesse sentido ainda é escassa, e muitas vezes os locais destinados a essas práticas restringem-se aos espaços escolares.

Tabela 2 - Espaços de lazer no bairro Seminário

Nº	Descrição	Quantidade
01	Praças Públicas	06
02	Campo de Futebol – Público	02
03	Campo de Futebol – Privado	01
04	Clube Privado	01
05	Quadras esportivas	03

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA (2014)

Quanto ao turismo, são apontados como espaços de visitação no bairro: o Seminário São José, a Escadaria Antiga do Seminário, o Parque Ecológico do Sítio Fundão, o Terreiro do Mestre Raimundo Aniceto, o Crato Esporte Clube, o Largo da Praça da Asa, o Largo da Praça do Mirante do Cruzeiro, a Ladeira da Integração, e a Pracinha da Escadaria do Seminário.

Existem 11 associações cadastradas na Secretaria Municipal de Ação Social (Tabela 3), que realizam atividades em conjunto com o objetivo de promover a amizade, a comunicação e cooperação entre os moradores vizinhos. Destinam-se também a solicitar melhorias na infraestrutura, limpeza, urbanização, transporte e lazer junto a prefeitura municipal; acompanhar e assistir pessoas em situação de risco pessoal e social; e oferecer cursos.

Tabela 3 - Associações no bairro Seminário

Nº	Descrição
01	Associação Pró Melhoramento do Bairro Seminário
02	Associação Comunitária de Habitação Popular Nossa Senhora da Penha
03	Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 1º de Dezembro
04	Associação de Amparo às Famílias Carentes do Município do Crato
05	Associação dos Artesãos Renascer do Bairro Seminário
06	Associação AJA – de Jovens e Adultos
07	Associação Comunitária de Artesãos
08	Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Sagrado Coração de Jesus
09	Associação Pró Melhoramento da Comunidade Santo Antônio
10	Associação Centro Pastoral Coração de Jesus
11	Associação dos Moradores do Conjunto São José dos Campos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA (2014)

Em relação à segurança, o bairro em questão não conta com Posto de Segurança ou Delegacia. As ocorrências mais frequentes estão diretamente ligadas a ingestão de bebidas alcoólicas e/ou ao consumo de drogas ilícitas. Crimes de lesão corporal (inclusive com vítimas fatais), furtos, roubos, assaltos a residências e violência contra a mulher ocorrem como frequência.

Quanto as atividades econômicas, o bairro Seminário se caracteriza por pequenas atividades comerciais como mercearias, farmácias, magazine de roupas e papelarias. No setor de serviços é possível encontrar cabeleireiros, postos de gasolina, bares e lanchonetes, entre outros. Convém destacar ainda que no aspecto cultural e religioso, se faz necessário mencionar a “Procissão de São José”, onde a imagem do padroeiro São José é entregue, em procissão, à igreja do Seminário. Tradicional evento que conta com a participação da comunidade local, além de boa parte da população do município.

Em relação aos aspectos habitacionais do bairro, o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA (2014), destaca que:

As moradias, em sua maioria são constituídas em alvenaria, com cobertura de telha vermelha, existindo um distanciamento entre uma casa e outra. Outras casas são construídas em dois andares, muitas vezes em área de risco, nestes casos as casas são construídas umas próximas das outras (PROEMA, 2014, p. 37).

O Plano Diretor Municipal caracteriza o bairro Seminário da seguinte forma:

Com uso predominantemente residencial, de média densidade, padrão habitacional precário e desenho urbano de baixa qualidade, possui comércio eventual do tipo misto. A população sofre com a insuficiência de infraestrutura básica e social, espaços de lazer coletivo, praças e áreas verdes. A população resente-se, também, de insegurança no bairro (CRATO, 2005, p. 139).

Como anteriormente citado, a denominação do bairro tem origem na presença do Seminário São José (Figura 21), fundado em 07 de março de 1875 e patrimônio cultural e arquitetônico do município do Crato. O bairro Seminário está situado na colina entre o Rio Granjeiro e o Rio Batateira, em uma cota de 30m (PROEMA, 2014). Configurando-se como um platô, o bairro em questão ocupa uma extensa área com usos variados e acessos limitados em virtude das dificuldades de vencer a encosta (CEARÁ, 2013).

Figura 21 – Seminário São José antes do processo de intervenção na encosta



Fonte: Memória Histórica do Crato (2014).

O acesso ao mesmo pode ser realizado pela rua Coronel Luiz Teixeira, nas proximidades da Prefeitura Municipal, ou pela rua Nossa Senhora de Fátima. No intervalo de espaço entre as ruas mencionadas, o acesso de “carro de passeio” é possível, de forma precária pela travessa São José (via estreita e declividade acentuada). Além das vias mencionadas, o acesso de pedestres pode ser realizado por uma escadaria popularmente conhecida como “Travessa do Tamanqueiro” ou “Ladeira do Tamanqueiro”, chegando em frente ao Seminário São José. Pode ser realizado ainda pela Travessa São João, e por caminhos e veredas em terra (CEARÁ, 2013).

O acesso pode ser realizado ainda por ônibus oriundos da cidade de Juazeiro do Norte, que transitam pelo bairro, e descem para o bairro Pimenta. Transitam também cinco topiques e cinco kombis, realizando o transporte de passageiros em horários diferenciados (PROEMA, 2014).

Em relação a ladeira do Tamanqueiro (Figuras 22), a escadaria dificulta a circulação de pessoas em virtude de ter uma largura aproximada de 1,5m e também servir como calha de águas pluviais em época de chuva. Nas margens da escada existem habitações que apresentam riscos de desabamento em virtude da possibilidade de desagregação da encosta (CEARÁ, 2010).

Figura 22 – Ladeira do Tamanqueiro vista de baixo para cima



Fonte: Fotografia do autor (2014).

Devido a sua localização, do ponto de vista da visualização, o bairro Seminário encontra-se em uma área privilegiada, possibilitando visualizar a cidade do Crato e o Vale do Cariri (CRATO, 2005). No entanto, seu entorno é marcado pela degradação ambiental e pela ocupação indevida (Figura 23), o que coloca em risco a vida dos moradores, em especial dos que residem próximos às zonas atingidas pela erosão oriunda das águas da chuva e de esgotos (Figura 24) (CEARÁ, 2013).

Entre estas zonas, merece destaque a que era conhecida popularmente como “Buraco do Vulcão” ou simplesmente “Vulcão” (Figura 25). Um processo erosivo que transformou parte da encosta em uma voçoroca, e que possuía uma extensão de aproximadamente 200 metros, com largura média de 35 metros e profundidade máxima da ordem de 25 metros (Figura 26) (PROEMA, 2014; CEARÁ, 2010).

Figura 23 – Edificação nas margens da voçoroca



Fonte: Ceará (2010).

Figura 24 – Canal de alvenaria que desembocava na voçoroca



Fonte: Ceará (2010).

Figura 25 – Voçoroca vista no sentido do escoamento do canal



Fonte: Ceará (2010).

Figura 26 – Avanço da encosta hidráulica direita da voçoroca em direção às casas



Fonte: Ceará (2010).

Silva e Pereira (2005) afirmam que o processo de expansão em todas as direções, fez surgir no bairro deformações de suas características geoambientais. Ribeiro e Guerra (2003) destacam que em virtude de uma ocupação feita de forma desordenada, o bairro Seminário apresenta uma alta densidade de construções e população. No entanto, não dispõe de infraestrutura em esgotamento sanitário, algumas de suas vias não são pavimentadas, além de apresentar uma alta susceptibilidade aos azares geomorfológicos.

Em linhas gerais a superfície das escarpas reage bruscamente quando são mexidas pelo homem. No caso em questão não foi diferente. Com a ocupação do homem na parte superior do morro, de forma desordenada, desmatando e modificando o sistema natural de drenagem e, também, o desmatamento do talude fez com que ocorresse concentração de fluxos de água para descer o morro. Essa água, em grande volume, potencializou a energia erosiva iniciando a formação da voçoroca que cresceu rapidamente carregando milhões de metros cúbicos de terra para o Rio Grangeiro (CEARÁ, 2010, p. 09).

Em relação a esse processo, faz-se necessário destacar as considerações de Moreira e Trevizan (2005, p. 79-80) ao destacarem que processos dessa natureza tem origem no fato de que:

Com raras exceções, o poder público costuma atuar de forma discriminatória, em favor das áreas nobres ou centrais das cidades. Não se priorizam as necessidades da população periférica. Consequentemente, a luta pela sobrevivência leva as categorias sociais menos favorecidas a buscarem nos recursos naturais saídas improvisadas para atenderem as necessidades básicas, tais como, habitação, alimentação, necessidades fisiológicas, entre outras. Consequentemente constroem-se espaços fortemente impactados, especialmente do ponto de vista natural e social.

O Governo do Estado do Ceará, no intuito de resolver um histórico problema que tem origem na implantação de vias com ausência de soluções de drenagem adequadas, além das ocupações habitacionais que abrigam populações de baixa renda em trechos de encosta; lançou, em 2009, o Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário (PROEMA, 2014). Este, por sua vez, parte integrante do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central, que será abordado na sequência.

5.3 O Projeto Cidades do Ceará

Com o objetivo de combater a pobreza e reduzir o desequilíbrio socioeconômico entre a Região Metropolitana de Fortaleza e as demais regiões, o Governo do Estado do Ceará elegeu o desenvolvimento regional como uma de suas prioridades. Como parte dessa estratégia, a Secretaria das Cidades está à frente de um programa de desenvolvimento de

polos regionais, que visa fortalecer regiões e cidades com capacidade de absorver o crescimento urbano e proporcionar o desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, o referido órgão lançou o Projeto Cidades do Ceará Cariri Central¹⁵, que visa estimular a economia, melhorar a infraestrutura urbana e ampliar as capacidades específicas de cada município do Cariri Cearense (CEARÁ, 2009).

De acordo com o manual operativo do referido projeto, entre os critérios utilizados para a escolha dessa região como experiência-piloto, destacam-se os investimentos públicos já existentes; a existência de atividades produtivas competitivas (especialmente a indústria de calçados e o turismo); o elevado poder de atração de investimentos e de geração de empregos formais; e o processo de polarização regional constituído por mais de um município. O que proporcionaria uma capacidade maior de alavancar o desenvolvimento da região.

Reconhecidamente pautada na necessidade de ampliar e fortalecer as ações iniciadas no âmbito do PROURB¹⁶, a implantação do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central envolve recursos da ordem de US\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de dólares americanos), 70% dos quais financiados pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, e 30% constituídos por recursos de contrapartida do Governo do Estado (CEARÁ, 2009).

Entre as principais ações de infraestrutura do projeto, destacam-se: o Aterro Consorciado Regional; a Avenida do Contorno (Juazeiro do Norte); o Roteiro da Fé (Juazeiro do Norte); a Recuperação Ambiental e Urbanização no Bairro Seminário (Crato); a Requalificação Ambiental das Praças Centrais (Crato); a Requalificação da Área Central de Farias Brito; o Centro Multifuncional de Serviços (Juazeiro do Norte); Serviços de Sinalização e Pavimentação do Centro Histórico de Barbalha; Urbanização de vias urbanas nos municípios de Santana do Cariri, Nova Olinda, Caririaçu, Missão Velha e Jardim; Serviços de Sinalização Turística do Geopark Araripe; e Infraestrutura e Melhorias dos Geossítios do Geopark Araripe (CEARÁ, 2009).

Em relação aos impactos do referido projeto, o seu manual operacional afirma que a maioria dos investimentos em infraestrutura são de pequenas dimensões. Entretanto, destaca

¹⁵ O projeto Cidades do Ceará define como Cariri Central os mesmos municípios que hoje compreendem a Região Metropolitana do Cariri.

¹⁶ Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos, desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará entre 1995 e 2003, e financiado pelo Banco Mundial.

que se faz necessário o reassentamento involuntário de famílias que vivem em áreas de risco no entorno do Seminário São José, em Crato, bem como a desapropriação e reassentamento nas obras referentes ao Anel Viário de Juazeiro do Norte.

5.4 O Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário

No âmbito do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central, a Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará propôs o Projeto de recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário. Tal proposta foi pautada no Plano de Requalificação Urbana do Município do Crato – PRU/Crato, quando da sua elaboração em 2005, resultado da revisão e atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal, em vigência desde 2000 (CEARÁ, 2013).

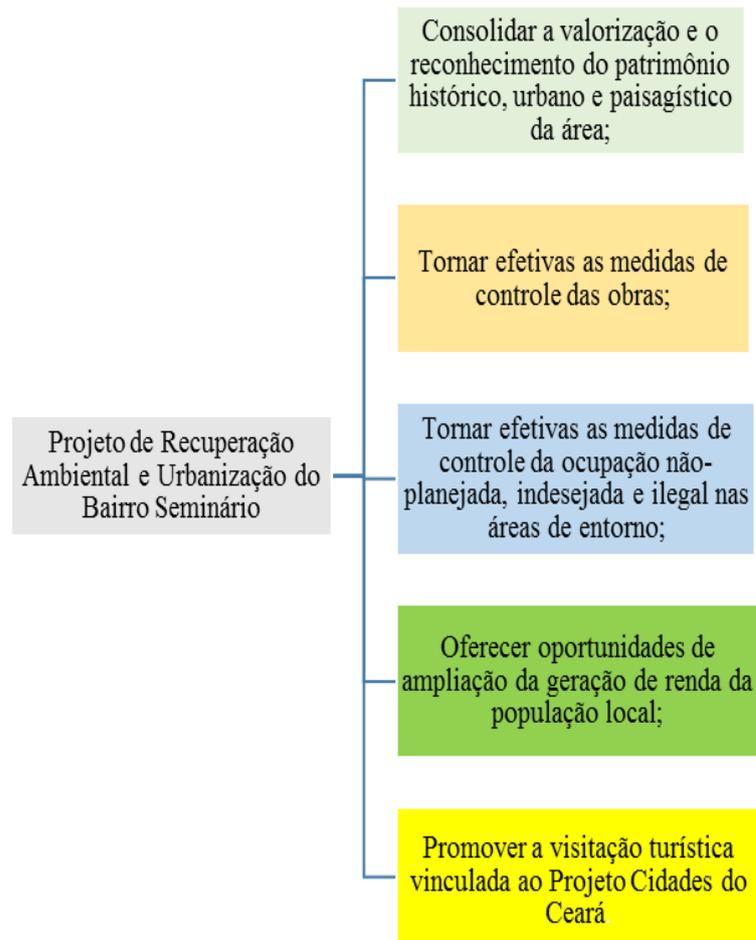
Interessada em resgatar uma dívida com o bairro Seminário, localizado na parte alta da cidade e muito sujeito a erosões, a Prefeitura Municipal do Crato indicou esta área para a carteira de intervenções do Projeto Cidades do Ceará. A proposta inclui o restauro e a recuperação da infra-estrutura existente; a instalação de equipamentos urbanos; a expansão da área pública de lazer; e a recuperação da área da voçoroca, através de intervenções de contenção da erosão ali identificada e de reflorestamento. Enfim, a ideia é que o conjunto de ações propostas permita resgatar a qualidade ambiental do bairro para os seus habitantes, bem como projetá-lo do ponto de vista de uma área potencial para o turismo e para o lazer (CEARÁ, 2008, p. 119).

De acordo com o seu Projeto Executivo (2013), o plano de urbanização do referido bairro envolve recursos da ordem de R\$ 18.925.904,20¹⁷. Entre as metas que a implementação do Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário se propõe a alcançar, destaca-se, na figura 27, os pilares que justificaram a referida intervenção.

Estudos ambientais foram realizados [...] foram diagnosticados vários elementos, entre os quais a desestabilização de encostas; a existência de habitações em área de risco; drenagens mal dimensionadas e desviadas; rede de saneamento precário e insuficiente; assoreamento do Canal do Rio Granjeiro; criação de ambientes insalubres pela deposição e acúmulo de lixo e entulho nas encostas; e vias de acesso e ruas inadequadas e mal conservadas. A análise social, do mesmo modo e complementarmente, detectou carência de áreas de lazer para a população habitante do local da intervenção e de seu entorno; registrou, ainda, alta incidência de desemprego e informalidade, bem como de doenças de veiculação hídrica e de vetores de doenças infectocontagiosas (CEARÁ, 2008, p. 119).

¹⁷ Valor previsto inicialmente. Quando da inauguração da primeira etapa da obra (10/07/2015) foi divulgado que os valores finais da intervenção girariam em torno de R\$ 31.387.448,13 (Anexo A).

Figura 27 – Metas a serem alcançadas pelo projeto



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ceará (2008).

Na tentativa de alcançar tais objetivos, uma série de ações foram propostas, e implementadas, na área, destacando-se entre elas:

- A contenção do avanço do processo de erosão (Figura 28A e 28B) – voçorocas e ravinamento – com o projeto de drenagem (Figura 29A e 29B) e proposta de reflorestamento;

Figura 28A – Intervenção na voçoroca vista no sentido do escoamento do canal



Fonte: Fotografia do autor (2013).

Figura 28B– Intervenção na voçoroca vista com ênfase à sua encosta hidráulica direita.



Fonte: Fotografia do autor (2013).

Figura 29A – Procedimentos relativos a drenagem



Fonte: Fotografia do autor (2013).

Figura 29B – Intervenção e procedimentos de drenagem na voçoroca



Fonte: Fotografia do autor (2013).

- b) A execução do projeto de urbanização, prevendo estrutura de acesso qualificado a partir do sopé da encosta, aproveitamento paisagístico, instalação de mobiliário urbano e de iluminação (Figuras 30 a 33);

Figura 30 – Mobiliário urbano: Iluminação e rampa de acessibilidade



Fonte: Fotografia do autor (2014).

Figura 31 – Mobiliário urbano: Equipamentos para atividades físicas



Fonte: Fotografia do autor (2013).

Figura 32 – Mobiliário urbano: Pista de Skate



Fonte: Fotografia do autor (2013).

Figura 33 – Mobiliário urbano: Espaço para Crianças



Fonte: Fotografia do autor (2013).

- c) Instalação de via paisagística (Figuras 34 e 35) no trecho entre a travessa Aurora, ao longo da Rua Padre Lemos e a Rua Nossa Senhora de Fátima.

Figura 34 – Vista aérea da via paisagística



Fonte: Thallys Moreira (2015).

Figura 35 – Via paisagística



Fonte: Franco Neto/Ceará (2015).

- d) Realização dos procedimentos para a realocação da população habitante em área de risco e/ou afetadas pela obra (Figuras 36 a 41).

Figura 36 – Imóveis demarcados com “X”, em vermelho, informando que as famílias foram removidas por estarem em área de risco



Fonte: Fotografia do autor (2013).

Figura 37 – Imóveis demarcados com “X”, em azul, informando que as famílias serão removidas em virtude do projeto de engenharia



Fonte: Fotografia do autor (2013).

Figura 38 – Residência 1 demarcada com “X”, em azul, informando que será removida



Fonte: Fotografia do autor (2013).

Figura 39 – Residência 2 demarcada com “X”, em azul, informando que será removida



Fonte: Fotografia do autor (2013).

Figura 40 – Residências a margem da voçoroca demarcadas com “X”, em azul, informando que serão removidas



Fonte: Fotografia do autor (2013).

Figura 41 – Imóvel demolido em virtude de estar localizado em área de risco



Fonte: Fotografia do autor (2013).

5.5 Os afetados e as políticas de compensação

De acordo com o Plano de Reassentamento Involuntário – PRI (2013) do Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, as atividades referentes ao trabalho técnico-social na área de intervenção iniciaram-se no final de 2007. Equipes da Prefeitura Municipal do Crato realizaram visitas domiciliares esclarecendo os motivos e objetivos de tais visitas e realizando um cadastro socioeconômico das famílias residentes nas proximidades da encosta do Seminário. Foram cadastradas 200 casas aproximadamente, no entanto, o referido plano destaca que mesmo esclarecidas as situações de risco em que se encontravam, diversos questionamentos por parte da comunidade foram registrados.

Em 2009, com a contratação da empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto, os trabalhos foram iniciados, assim como as atividades sociais foram retomadas com visitas e reuniões no intuito de esclarecer a comunidade, elucidar dúvidas e tranquilizá-la.

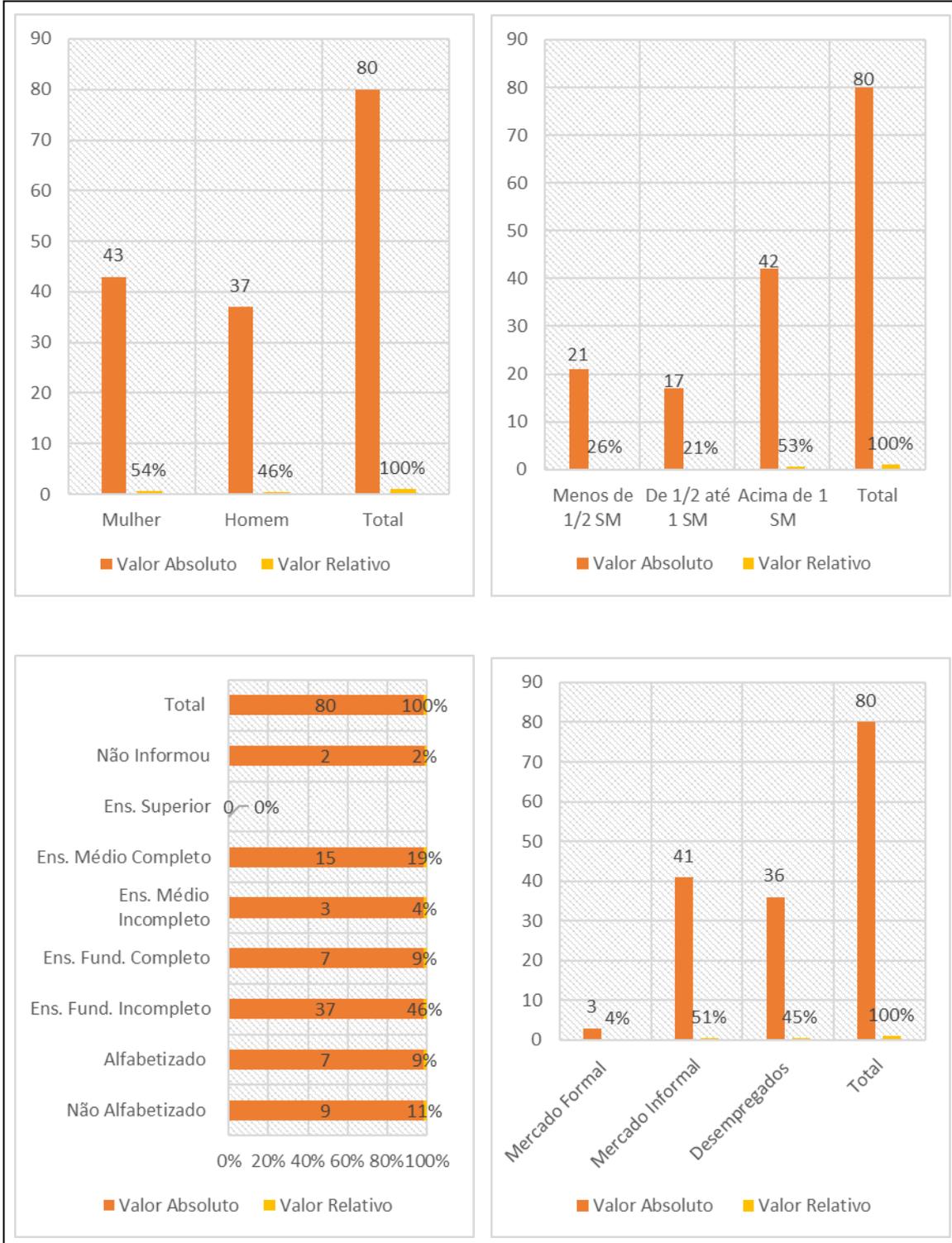
Com a definição da poligonal de intervenção do projeto (143.885,68m²), considerando os aspectos geológicos e o projeto de engenharia, foi detectado que 170 famílias seriam diretamente afetadas sendo 135 proprietários de imóveis e 35 inquilinos. A partir de um cadastro realizado em 2009, numa amostra de 80 famílias, foi traçado um perfil socioeconômico destes, bem como das características dos seus imóveis. Os resultados estão divididos em três categorias: 1. Perfil do Chefe da Família (Gráfico 1), 2. Perfil da Família (Tabela 4) e 3. Perfil da Edificação (Tabela 5) (CEARÁ, 2013).

Tabela 4 – Perfil da Família

Distribuição das famílias afetadas de acordo com o número de membros		
Número de membros	Valor Absoluto	Valor Relativo
Só 1 pessoa	07	9%
De 2 a 4 pessoas	51	64%
De 5 a 6 pessoas	13	16%
Acima de 7 pessoas	09	11%
Total	80	100%
Distribuição das famílias afetadas de acordo com o tempo de moradia		
Tempo de moradia	Valor absoluto	Valor Relativo
Até 02 anos	27	34%
De 03 a 06 anos	24	30%
De 07 a 14 anos	11	14%
De 15 a 30	14	17%
Acima de 30 anos	04	5%
Total	80	100%
Distribuição das famílias afetadas de acordo com a participação no programa Bolsa Família		
Bolsa Família	Valor absoluto	Valor Relativo
Recebe BF	35	44%
Não recebe BF	45	56%
Total	80	100%

Fonte: Adaptado de Ceará (2013).

Gráfico 1 – Perfil do Chefe Familiar em relação ao sexo, renda, nível de instrução e ocupação



Fonte: Adaptado de Ceará (2013).

Tabela 5 – Perfil da Edificação

Distribuição das residências afetadas de acordo com a situação habitacional

Tipo de moradia	Valor Absoluto	Valor Relativo
Própria	43	54%
Alugada	15	19%
Cedida	22	27%
Total	80	100%

Distribuição das residências afetadas de acordo com a tipologia do imóvel

Tipologia do imóvel	Valor absoluto	Valor Relativo
Alvenaria	66	82%
Taipa	09	11%
Mista	05	7%
Total	80	100%

Distribuição das residências afetadas de acordo com abastecimento de água

Abastecimento de água	Valor absoluto	Valor Relativo
Rede geral	61	76%
Vizinho	12	15%
Outros	07	9%
Total	80	100%

Distribuição das residências afetadas de acordo com o tratamento de água

Tratamento de água	Valor absoluto	Valor Relativo
Filtrada	49	61%
Fervida	0	0%
Clorada	11	14%
Sem tratamento	20	25%
Total	80	100%

Distribuição das residências afetadas de acordo o fornecimento de energia elétrica

Energia elétrica	Valor Absoluto	Valor relativo
Padrão	70	87%
Gambiarra	03	4%
Não tem	07	9%
Total	80	100%

Distribuição das residências afetadas de acordo o destino do lixo

Destino do lixo	Valor Absoluto	Valor relativo
Coleta pública	31	39%
Queimado	02	2%
A céu aberto	47	59%
Total	80	100

Tabela 5 – Perfil da Edificação – conclusão

Distribuição das residências afetadas de acordo com a eliminação de dejetos		
Eliminação de dejetos	Valor Absoluto	Valor relativo
Rede de esgoto	21	26%
Fossa	27	34%
A céu aberto	30	38%
Vizinho	02	2%
Total	80	100%

Fonte: Adaptado de Ceará (2013).

Como anteriormente citado, a realização do Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, afetou 170 famílias diretamente, sendo estas submetidas a diferentes formas de compensação. Vale salientar que o órgão financiador do projeto condicionou a uma série de exigências a liberação dos recursos. Entre elas, destacam-se as chamadas “salvaguardas socioambientais”, que correspondem, de acordo com o plano de gestão ambiental da obra, a uma importante ferramenta para o desenvolvimento sustentável.

Desta forma, foram incluídas as seguintes salvaguardas ambientais e sociais ao projeto (CEARÁ, 2008):

- a) Avaliação Ambiental (OP/PB 4.01);
- b) Habitats Naturais (OP/PB 4.04);
- c) Reassentamento Involuntário de Famílias (OP/PB 4.12);
- d) Patrimônio Cultural e Físico (OP 11.03);
- e) Florestas (OP 4.36);
- f) Política de Informação e Consulta Pública (BP 17.50).

Enfatiza-se aqui a salvaguarda referente ao reassentamento involuntário de famílias (OP/PB 4.12)¹⁸, que tem como objetivo “evitar ou minimizar o reassentamento involuntário e as interrupções conexas e onde seja necessário, reassentar as pessoas de tal modo que sejam previstas de recursos e oportunidades suficientes para compartilhar os benefícios do projeto” (CEARÁ, 2008, p. 52).

Os critérios estabelecidos pelo Plano de Reassentamento Involuntário referente a intervenção no Seminário destacam que a forma de compensação estará diretamente ligada a intensidade dos impactos da obra sobre os imóveis, bem como aos valores previamente estipulados, estando, a política de compensação, em consonância com as políticas

¹⁸ OP/PB Correspondem a Política Operacional (OP) e Normas de Procedimento do Banco Mundial (PB).

habitacionais do Estado do Ceará, do município do Crato, e com as recomendações do BIRD (CEARÁ, 2013).

De acordo com o Plano de Reassentamento Involuntário (2013), entre as políticas de atendimento e as compensações ofertadas, estão:

a) *Reassentados Permanentes*: são famílias cujas casas foram demolidas e não poderão retornar após o final da obra, divididas entre:

– *Reassentamento em conjunto habitacional* - podendo escolher entre o Conjunto Habitacional Novo Crato e o Condomínio Residencial do Muriti.

– *Indenização* - para famílias que possuem laudos de avaliação com valor superior a R\$ 30.000 (trinta mil reais).

– *Indenização monitorada* - pagamento no valor de até R\$ 30.000 (trinta mil reais) para as famílias que optem por adquirir uma casa no mercado que apresente condições de habitabilidade (atestado por engenheiro) e que possuam laudo de avaliação de suas casas no valor de até R\$ 30.000 (trinta mil reais).

b) *Inquilinos de casas afetadas*: famílias que não eram proprietários dos imóveis afetados, que serão reassentadas em conjunto habitacional, podendo escolher entre o Conjunto Habitacional Novo Crato e o Condomínio Residencial do Muriti.

c) *Afetação Parcial*: famílias que terão parte de suas casas afetadas em virtude do projeto, divididas entre:

– *Indenização referente à parte afetada* - quando a parte remanescente for suficiente para garantir as funções do imóvel.

a. *Reassentamento em conjunto habitacional* - quando a área remanescente for insuficiente para garantir as funções do imóvel, podendo escolher entre o Conjunto Habitacional Novo Crato e o Condomínio Residencial do Muriti.

b. *Indenização monitorada* - pagamento no valor de até R\$ 30.000 (trinta mil reais) para aquelas famílias que optem por adquirir casa no mercado que apresente condições de habitabilidade (atestado por engenheiro)

para as famílias que possuam laudo de avaliação de suas casas no valor de até R\$ 30.000 (trinta mil reais) quando a área remanescente for insuficiente para garantir as funções do imóvel.

d) Reassentadas temporariamente: famílias que serão realocadas durante a obra e poderão retornar após a execução do projeto, sendo pago um aluguel social durante a execução da mesma.

e) Co-habitações: As famílias que vivem em regime de co-habitação, poderão escolher entre o Conjunto Habitacional Novo Crato e o Condomínio Residencial do Muriti; indenização e/ou indenização monitorada, respeitando as regras anteriormente mencionadas e o número de imóveis afetados.

5.6 O bairro Misericórdia ou conjunto Novo Crato

Como mencionado anteriormente, as famílias afetadas de forma permanente pelo projeto, poderiam escolher entre indenização, indenização monitorada ou reassentamento em conjunto habitacional. Em relação ao reassentamento, as famílias poderiam optar em residir em 24 unidades habitacionais (apartamentos) no Conjunto Habitacional Novo Crato, distante cerca de 600 metros da área de intervenção do projeto; ou residirem no Condomínio Residencial do Muriti, distado, aproximadamente, 5 km do centro do Crato, com 476 unidades habitacionais (casas).

Os sujeitos do presente trabalho localizam-se em uma área denominada como Conjunto Novo Crato, Bairro Novo Crato, ou casas populares. Segundo o Plano Diretor Municipal, apesar de ser popularmente conhecida como conjunto ou bairro Novo Crato¹⁹, esta área é parte integrante do bairro Misericórdia, formado em virtude da expansão do bairro Seminário.

Predominantemente residencial, o bairro Misericórdia apresenta um padrão habitacional precário, onde habitam populações de baixa renda, ocupando, inclusive, áreas de risco. A instalação da indústria de calçados Grendene no local provocou o seu adensamento. “Surgiram alguns núcleos de habitações desordenadas e estabelecimentos comerciais no entorno deste, que é o maior estabelecimento industrial do Crato” (CRATO, 2005, p. 132).

¹⁹ Divisão estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Merecem destaque a existência da maior reserva ambiental da sede urbana do Crato²⁰ e a instalação de uma área de assentamento do Projeto PROURB/CE, com 268 unidades habitacionais no bairro.

De acordo com o Plano de Reassentamento da obra em questão, em relação aos serviços destinados a população do “bairro” Novo Crato, o abastecimento de água e a iluminação pública são ofertados pela Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato – SAAEC, e pela Companhia Energética do Ceará – COELCE, respectivamente. A área é pavimentada e a coleta de lixo ocorre de forma sistemática.

Em relação a mobilidade, o serviço de transporte envolve ônibus intermunicipal (Crato a Juazeiro do Norte); topiques e kombis como transporte alternativo; além do serviço de moto-taxi. No tocante aos equipamentos disponíveis para esta população, segundo o Plano de Reassentamento Involuntário (2013), destacam-se os estabelecimentos destinados à educação (Tabela 6), à saúde (Tabela 7) e os programas e projetos de assistência social (Tabela 8).

Tabela 6 - Estabelecimentos dedicados a educação no Conjunto Novo Crato

Nº	Estabelecimento Educacional	Ensino	Nº de alunos atendidos
01	Escola 8 de Março	Ens. Fundamental I e II Ensino de Jovens e Adultos	538 (cada sala possui 25 alunos, mas com capacidade para 30)
02	Colégio Liceu do Crato	Ens. Médio	685 alunos matriculados (com 700 vagas disponível para o turno da tarde)
03	Creche Madre Esmeralda	Ed. Infantil	150 Crianças, sendo 58 de 0 a 3 anos e 92 de 4 a 5 anos (com capacidade para atender mais 30)
04	Creche Nossa Senhora Aparecida	Ed. Infantil	52 crianças (capacidade para atender mais 40)
05	Escola Sonho Infantil (Privada)	Ed. Infantil e Ens. Fundamental I	123
06	Escola Ciranda do Saber (Privada)	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	233

Fonte: Plano de Reassentamento Involuntário – PRI (2013).

²⁰ O Sítio Fundão, com aproximadamente 90 hectares (CRATO, 2005).

Tabela 7 - Estabelecimentos dedicados aos cuidados com a saúde no Conjunto Novo Crato

Nº	Área	Nº de Famílias atendidas	Unidade Básica de Saúde
01	Seminário I	1.075	Centro de Saúde Dr. Fabio Esmeraldo – Bairro Seminário, mas com cobertura em parte do bairro Novo Crato
02	Seminário II	1046	Posto de saúde Maria menino de Sousa
03	Misericórdia	906	Centro de Saúde Dr. Fabio Esmeraldo
04	Parque São José	1683	Posto de Saúde COHAB (esta unidade pertence ao Bairro Novo Crato e atende a maioria das famílias deste)

Fonte: Plano de Reassentamento Involuntário – PRI (2013).

Tabela 8 - Programas e projetos de assistência social desenvolvidos no Conjunto Novo Crato

Nº	Assistência Social	Especificações
01	Programa ProJovem Adolescente	Atendendo 25 adolescentes
02	Programa de Atenção do Idoso	Grupo de convivência atendendo a 70 idosos
03	Acompanhamento contínuo dos beneficiários dos programas de transferência de renda	Bolsa Família e Benefícios de Prestação Continuada
04	Projeto CRAS em CASA	Para pessoas com deficiência
05	Polo de atendimento	Atendendo a 300 crianças e adolescentes

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Plano de Reassentamento Involuntário – PRI (2013).

5.7 O Conjunto Habitacional Novo Crato

Em uma área com uma forte presença de conjuntos habitacionais e poucos vazios urbanos, o Conjunto Habitacional Novo Crato está localizado a aproximadamente 600 metros da área de intervenção do projeto (Figura 42), em um terreno ao lado de um dos maiores colégios estaduais do município, o Liceu do Crato, e da maior indústria da região do Cariri, a Grendene (CEARÁ, 2013).

O projeto de reassentamento envolveu a construção de 24 habitações do tipo duplex, com 55,51 m² de área construída (Figura 43). O Conjunto habitacional é formado por 03 blocos com 08 apartamentos cada, contendo sala, cozinha conjugada, banheiro e dois quartos. É possível acessar aos dois lados dos lotes, com as unidades de pavimento térreo tendo acesso pela frente e as do pavimento superior acessíveis pelos fundos (CEARÁ, 2013).

Figura 42 – Reassentamento Novo Crato

Fonte: Plano de Reassentamento Involuntário – PRI (2013).

Figura 43 – Bloco de apartamentos no Conjunto Habitacional Novo Crato

Fonte: Fotografia do autor (2014).

Entre as famílias residentes nas 24 unidades habitacionais do referido conjunto, a pesquisa em questão optou por constituir como sujeito 16 destas famílias. O motivo pela escolha desse grupo reside no fato de estarem entre as famílias diretamente afetadas pelo Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, sendo estas submetidas a reassentamento involuntário por residirem em áreas de risco no entorno da encosta, e/ou por terem suas residências comprometidas em virtude do projeto de engenharia da obra. Entretanto, no decorrer da pesquisa, percebeu-se a necessidade de adequação dos números, o que resultou na adoção de 12 famílias como sujeitos da pesquisa.

No tocante as 08 famílias restantes, que residem no conjunto habitacional, e que não constituíram sujeitos do referido estudo, o motivo do seu reassentamento se deve as enchentes provocadas pelo transbordamento do canal do rio granjeiro em 2011.

5.8 Considerações gerais do capítulo

Com o intuito de caracterizar o Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, além das famílias diretamente afetadas pelo processo de remoção, o presente capítulo se propôs a refletir em torno de alguns aspectos específicos. Inicialmente procurou-se inserir o Seminário no contexto municipal do Crato, para, em seguida, apresentar as particularidades sócio-econômicas-espaciais do bairro e os motivos que justificaram a intervenção mencionada.

Na sequência dedicou-se a refletir em torno do projeto, seus impactos e políticas mitigadoras. Ressalta-se que embora tenha-se versado em torno dos objetivos a serem alcançados pela intervenção, em especial as obras de infraestrutura, não é questão nesse estudo discutir sua relevância ou eficiência. Entretanto, acreditou-se ser relevante apresentá-los como forma de enriquecer o referido estudo e contribuir com o seu aspecto didático.

Em relação especificamente aos objetivos do capítulo, percebe-se que a obra em questão surge como uma tentativa de resposta para alguns dos históricos problemas socioambientais presentes no maior e mais populoso bairro da cidade. Embora seja majoritariamente conduzida pelo Estado, pelo menos em relação a infraestrutura, percebe-se que a intervenção tem origem em reivindicações do município.

No que tange a população diretamente afetada pela obra, especialmente aos que serão submetidos a remoção e/ou reassentamento por estarem localizados na encosta,

analisando o perfil socioeconômico de 80 famílias cadastradas, algumas informações merecem destaque, mesmo se tratando apenas de uma amostragem.

Com relação ao perfil do chefe da família, observou-se uma leve predominância do número de mulheres nessa função, ao mesmo tempo em que se percebe um reduzido nível de escolaridade. Apenas 19% desse grupo (Chefe de família) chegou a concluir o ensino médio, estando a maioria na categoria de fundamental incompleto.

No que tange a distribuição do chefe da família por ocupação, o grupo analisado divide-se predominantemente entre desempregados e trabalhadores do mercado informal. Em relação a renda, um pouco mais da metade dos chefes de família apresenta renda superior a um salário mínimo, entretanto, 26% destes sobrevivem com menos de meio salário mínimo e 21% apresentam uma renda entre meio e um salário.

Estes números são ainda mais graves se considerada a quantidade de membros por família, estando a maioria entre 2 e 4 pessoas (64%), seguidos de 5 a 6 pessoas (16%) e acima de 7 pessoas por família (11%). Em relação ao tempo de moradia, verifica-se que predomina uma ocupação relativamente recente por parte das famílias cadastradas, predominando o número de famílias que vivem na área há até dois anos. Predominam também o número de residências declaradas como próprias na área.

Em relação ao perfil da edificação, predominam as residências em alvenaria. No que tange aos serviços públicos, o que chama a atenção é o fato de que 25% das famílias não possuem tratamento de água e 9% não dispõem de energia elétrica. Todavia, o quadro mais alarmante se apresenta em relação a quantidade de famílias que destinam o lixo e eliminam dejetos a céu aberto, 59% e 38% respectivamente.

6 DIÁLOGO COM OS INTERLOCUTORES

A complexidade do processo de desenvolvimento envolve inúmeros fatores, relativos a cada realidade espacial à qual se aplicam, e que devem ser considerados em conjunto para alcançarem a efetividade dos objetivos propostos. Assim, um olhar crítico é necessário para aquilatar os verdadeiros impactos, tanto positivos quanto negativos, dessa nova visão posta em prática pelos fazedores de políticas (CHACON, 2007, p. 210).

Este capítulo dedica-se a apresentar os resultados do trabalho de campo balizado, principalmente, no diálogo com os principais interlocutores da pesquisa. A referida interlocução justifica-se em dois objetivos específicos. No primeiro, buscou-se identificar as particularidades do processo de desapropriação e posterior reassentamento das famílias afetadas pelo projeto. No segundo, procurou-se debater em torno da percepção dos atores sociais em relação ao reassentamento no Conjunto Habitacional Novo Crato.

Complementarmente, foram ouvidos representantes do poder público municipal diretamente envolvidos com o processo, no sentido de enriquecer o diálogo e evitar um caráter parcial ao estudo em questão. Destaca-se ainda que, em virtude de a análise central da pesquisa ter por base a perspectiva da sustentabilidade, adotou-se as dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável como elementos organizadores das observações.

6.1 O caso em estudo

No intuito de responder a um histórico problema socioambiental com origem na exclusão social e na ocupação desordenada, o Governo do Estado do Ceará, em parceria com a Prefeitura Municipal do Crato, lançou o Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário.

Entre os principais problemas a que o referido projeto se propõe a solucionar, estão aqueles ligados a ausência de drenagem adequada em área de encosta, a contenção de extensos processos erosivos, e as ocupações habitacionais em áreas de risco.

Durante o processo de intervenção na área foi detectado que 170 famílias seriam afetadas, sendo que 107 de forma permanente, não retornando para o local após o final da obra. Entre as políticas de atendimento ofertadas às famílias afetadas, estão a indenização (e indenização monitorada), o aluguel social (temporário) e o reassentamento em conjunto habitacional.

Em relação a política de reassentamento, as famílias afetadas poderiam escolher entre o Condomínio Residencial do Muriti²¹, distando, aproximadamente, 5 Km do centro do Crato, com 476 unidades habitacionais (casas), e o Conjunto Habitacional Novo Crato, localizado próximo ao bairro, a cerca de 600 metros da área de intervenção do projeto, com 24 unidades habitacionais (apartamentos). Destaca-se, entretanto, que o Condomínio Residencial do Muriti encontra-se em fase (final) de construção, enquanto o Conjunto Habitacional Novo Crato encontra-se finalizado.

Em relação as famílias que optaram pelo Condomínio Residencial do Muriti, os mesmos encontram-se em condição de aluguel social²² pago pela Prefeitura Municipal do Crato até o término das obras no referido condomínio. Em relação as famílias que fizeram a opção pelo reassentamento no Conjunto Habitacional Novo Crato, os mesmos encontram-se reassentados desde o ano de 2013.

No intuito de analisar, na perspectiva da sustentabilidade, os efeitos do processo de reassentamento involuntário – desterritorialização-reterritorialização – provocado pelo Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário na vida da população a ele submetida, o referido estudo adotou como sujeitos da pesquisa as famílias reassentadas no Conjunto Habitacional Novo Crato, em virtude de já se encontrarem reassentadas.

Na tentativa de alcançar seus objetivos, o referido estudo se propôs a contrapor os objetivos e ações contidos, especialmente, no Plano de Reassentamento Involuntário da referida obra, com a visão apreendida a partir das entrevistas com os afetados. Promoveu-se ainda uma triangulação a partir de um debate com autores dedicados a temática.

Destaca-se que a organização das observações foi pautada nas dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável (CHACON, 2007), sendo estas a dimensão sociocultural, que busca apreender o nível de inclusão da população residente, bem como o grau de respeito aos costumes locais; a dimensão econômica, que avalia as principais variáveis relativas ao emprego e à renda, bem como aos índices de pobreza da região; a dimensão ambiental, que engloba as informações sobre as condições naturais do espaço

²¹ Hoje Denominado Residencial Filemon Rodrigues Lima Verde

²² Segundo a equipe de assistentes sociais da Secretaria das Cidades não se trata de aluguel social, tendo em vista que este é um benefício do Governo Federal de, no máximo, R\$180,00 válido por três meses e prorrogável por igual período. No caso dos aluguéis aos afetados do referido estudo, trata-se de um valor que varia entre R\$ 300,00 e 1.000,00, pago pela prefeitura municipal, e que teve que passar pelo crivo da Câmara Municipal, até o final da obra. Ainda segundo a referida equipe o custo com os aluguéis gira em torno de R\$ 70.000,00 mensais.

estudado; e a dimensão institucional e política, que analisa a capacidade das instituições que atuam localmente, bem como a interferência de instituições externas e a atuação do governo.

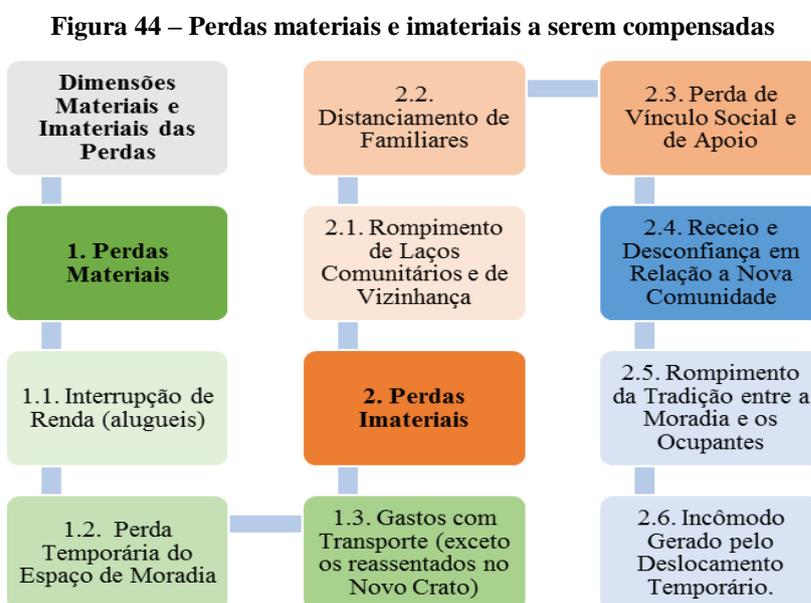
6.1.1 Dimensão sociocultural

Esta dimensão compreende as relações entre os seres em sociedade, sendo percebida de forma mais adequada no âmbito local. Isso se deve pelo fato de que os aspectos da organização local tornam-se fundamentais para qualquer iniciativa que tenha o desenvolvimento sustentável como objetivo (CHACON, 2007).

Saber como vivem as pessoas que devem ser beneficiadas com um determinado projeto é primordial para o planejador ou para a autoridade pública. Suas condições de vida e seus valores culturais são os primeiros pontos a serem conhecidos e considerados (CHACON, 2007, p. 211).

Segundo o Plano de Reassentamento Involuntário do Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, durante o processo de elaboração do Projeto Técnico Social, destinado às famílias residentes na área de encosta, realizou-se um “criterioso estudo prévio na tentativa de levantar as necessidades habitacionais da referida comunidade, no intuito de preservar ou melhorar a qualidade de vida da população” (CEARÁ, 2013, p. 15).

De acordo com o referido documento, foram detectadas perdas materiais e imateriais a serem compensadas (Figura 44), o que resultou na construção dos objetivos do PRI e nas recomendações (deveres) da Prefeitura Municipal do Crato, em relação a população afetada.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ceará (2013).

Em relação aos objetivos do Plano de Reassentamento Involuntário, estão:

- a) Compensar adequadamente os atingidos pelas perdas de bens e propiciar sua realocação de forma menos traumática;
- b) Ouvir, entender e atender as necessidades dos afetados;
- c) Mitigar o impacto da obra;
- d) Minimizar o número de famílias afetadas devido as obras;
- e) Possibilitar a manutenção das condições socioeconômicas dos afetados;
- f) Auxiliar na restauração do nível de vida dos impactados;
- g) Realizar o acompanhamento dos processos de desapropriação e de pós-deslocamento;
- h) Realizar o monitoramento social pós-deslocamento dos afetados.

Assim, o referido documento aponta para as diretrizes que devem ser seguidas pela Prefeitura Municipal do Crato, no sentido de amenizar as perdas da população afetada. Ressaltando ainda que, “a presente política de atendimento almeja possibilitar a reconstrução dos laços comunitários e a recuperação e melhoria da capacidade produtiva, além de proporcionar qualidade de vida, compensando, ao máximo, todas as perdas possíveis (CEARÁ, 2013, p.16). São elas:

- a) Garantir a oferta de diferentes opções de atendimento adequado a cada realidade e necessidade das famílias;
- b) Garantir liberdade de escolha quanto à oferta das políticas de atendimento;
- c) Iniciar as obras somente após a realocação das famílias diretamente afetadas por determinada frente/etapa da obra;
- d) Ouvir e considerar as reivindicações das comunidades envolvidas diretamente pelo projeto;
- e) Não pressionar a população para atender ao cronograma da obra, caso venham a ocorrer atrasos no cronograma de reassentamento.

Nesse sentido, serão analisados a seguir os aspectos relacionados ao nível de inclusão da população reassentada no Conjunto Habitacional Novo Crato, bem como aspectos relacionados a saúde, interação social, educação, condições de habitação e violência no referido conjunto.

Para a Organização das Nações Unidas – ONU, remoções e despejos (desterritorializações) podem ter origem em diferentes causas. Tratando especificamente de remoções e despejos causados por obras de infraestrutura e urbanização, o referido órgão alerta que quando ocorrem de forma forçada, tratam-se de questões de direitos humanos, pois envolvem, muitas vezes, violência, indivíduos e famílias desabrigados e/ou sem acesso a meios de sobrevivência.

Para a referida instituição, remoções e despejos devem ser evitados ao máximo, sendo realizados apenas em casos de remoções absolutamente necessárias. Nesses casos, especialmente quando envolvem interesse público, este deve sempre ser estabelecido de forma participativa, levando-se em consideração as visões daqueles que serão afetados (ROLNIK *et al*, 2007).

Projetos que determinam a remoção sem que os envolvidos tenham previamente a oportunidade de conhecer, participar e, inclusive, propor alternativas que impliquem em menor impacto não cumprem com os padrões internacionais de direitos humanos [...] Informar e envolver a população em todo planejamento e em toda decisão é uma exigência durante todo o processo [...] Todos e todas devem ter voz assegurada e considerada, sem qualquer tipo de intimidação e com respeito às formas de expressão das comunidades atingidas (ROLNIK *et al*, 2007, p. 9-12).

Analisando os efeitos da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, na qualidade de vida da população rural, mais especificamente no Projeto de Reassentamento do Cambeba, Monte (1999) ressalta que diferente das tradicionais abordagens dos planos de desenvolvimento, o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – IDACE, utilizou o método participativo para trabalhar com as famílias afetadas. Esse método consiste em um estudo da realidade da comunidade, a fim de que esta identifique seus problemas e possíveis soluções, intitulado autodiagnóstico ou Intervenção Participativa dos Atores (MONTE, 1999).

Para a autora, o trabalho de intervenção adotado tornou a população mais participativa do que antes da implantação do CIPP, originando, inclusive, a Associação do Desenvolvimento Comunitário das Famílias Reassentadas no Sítio Cambeba, em 1998.

Nas reuniões, a população não se limitava a ouvir, pois participou da definição dos critérios de seleção para as famílias a serem reassentadas, indicou terras para serem adquiridas para o reassentamento, participou da elaboração do Plano de Ação Imediata para a exploração inicial da área do reassentamento e estava participando da elaboração do Plano de Ação Definitivo, a partir dos quais seriam elaborados planos específicos para os próximos cinco anos do reassentamento (MONTE, 1999, p. 110).

Em relação às comunidades litorâneas do distrito praieiro do Pecém, localizado no município de São Gonçalo do Amarante, o Estado, no intuito de inibir maior recusa e estranhamento por parte dos desapropriados, negociou com a população afetada pela construção do CIPP e permitiu que a mesma participasse na escolha do local onde iria morar. Entretanto, o processo de desapropriação, iniciado em 1997, esteve marcado pela falta de informação, e pela desvalorização das propriedades por parte do Governo, o que acarretou preocupações nos habitantes do Pecém, contribuindo em alguns casos com o agravamento de doenças cardíacas (ALBUQUERQUE, 2005).

Durante toda a elaboração do projeto e a implantação do porto e de algumas indústrias, com as conseqüentes desapropriações, pouco foi considerada a população local. Faltou informação, comunicação. Eles não foram indagados se queriam ou não essa reterritorialização. Não foram perguntados sobre o “progresso” que, para muitos deles, não passava de uma “ameaça”. As reuniões que foram feitas, de acordo com os moradores, serviam apenas para mostrar o projeto e os benefícios que ele, possivelmente traria. As conseqüências negativas, como a desapropriação, só foram mostradas para alguns moradores quando os técnicos do IDACE chegaram nas suas propriedades para fazer as medições e avaliações do preço das terras (ALBUQUERQUE, 2005, p. 136).

Ainda em relação a implantação de grandes empreendimentos no Estado do Ceará, no caso da construção do Açude Castanhão, Câmara e Frota (2011) enfatizam o compromisso governamental com os temas sociais e as questões econômicas de interesse das comunidades deslocadas. Segundo eles, tais aspectos foram tratados adequadamente e as soluções levaram em conta o desejo e as necessidades das famílias atingidas, garantidas pela participação popular no Grupo de Trabalho Multiparticipativo.

O Governo do Estado asseverou com o compromisso participativo na implantação da Barragem do Castanhão, de modo a assegurar a justa compensação da comunidade em todas as atividades e, adicionalmente criar condições para a participação destas nas oportunidades de negócios e progresso decorrentes do empreendimento. Com esta finalidade, através do Decreto nº 23752 de 18 de julho de 1995, o Governo do Estado criou o Grupo de Trabalho Multiparticipativo – GM, para acompanhamento das obras da Barragem do Castanhão, dando ênfase principalmente a realocação da cidade de Jaguaribara e o reassentamento de sua população (CÂMARA; FROTA, 2011, p. 127-128).

Para Monte (2005), a instalação do Grupo de Trabalho Multiparticipativo representou um avanço se comparada às demais estratégias adotadas na construção de grandes obras de infraestrutura, no entanto, afirma que este funcionou muito mais no sentido de legitimação de ações governamentais do que como fórum efetivo de participação da sociedade civil. Para ela, a participação da sociedade não influenciou nos resultados, tendo em vista que a mesma só poderia decidir questões que não implicassem em realocação de recursos, como

por exemplo nos valores das indenizações, que eram apresentadas e não discutidas, cabendo a população aceitar ou migrar.

Analisando as políticas de reassentamento da Administração Municipal de Belo Horizonte, a partir do estudo de caso nas vilas Acaba Mundo e UFMG, e na favela da Serra, Gustin; Merladet; Miranda (2013), destacam que a efetividade das políticas públicas nesse município tornou-se não-efetiva ou efetiva às avessas, e enfatiza que:

Políticas públicas efetivas devem ser democráticas e participativas para não provocarem injustiças óbvias a famílias que já tinham vida estruturada em dado setor urbano, mesmo sem a qualidade de vida que merecem. Um reassentamento de famílias deve decorrer de um diálogo amplo e deve considerar todos os fatores de melhoria de vida dessas populações, sem o uso de forças externas ou argumentos falaciosos (GUSTIN; MERLADET; MIRANDA, 2013, p. 23-24).

O trabalho técnico social na área em estudo, realizado pela equipe da Prefeitura Municipal do Crato, tem início em 2007, sendo realizado o cadastro socioeconômico e o levantamento das famílias na área da encosta²³. Segundo o plano de reassentamento da obra em questão, durante essa etapa, mesmo sendo esclarecidos os perigos de viverem em área de risco, diversos questionamentos foram registrados.

Com a contratação da empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto²⁴, em 2009, foram iniciados os trabalhos e retomadas as atividades sociais. O plano de reassentamento destaca que novamente houve uma rejeição inicial ao projeto, mas que por meio das visitas dos técnicos, engenheiros e arquitetos, das audiências públicas, de reuniões e visitas domiciliares e atendimentos individuais a população entendeu e aceitou a obra.

Monte (1999), ressalta que quando as famílias atingidas tiveram notícia da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, entre as reações percebidas, 28% dos entrevistados destacaram a insegurança em relação ao futuro. 12% destes destacaram o medo e a sensação de impotência, enquanto 27% destacaram a tristeza e o descontentamento.

No diálogo com a população reassentada no Novo Crato, entre as principais reações ao saberem que teriam que sair da área de intervenção, destacam-se a felicidade ou satisfação, em primeiro lugar; o conformismo com a necessidade da saída, em segundo; e a rejeição e tristeza em terceiro. Destaca-se ainda que a felicidade ou satisfação não era um sentimento unânime entre os membros da família, provocando divergências principalmente entre cônjuges.

²³ Inicialmente o número de famílias afetadas diretamente pela obra era superior a trezentas.

²⁴ Guimarães Arquitetura e Urbanismo – GAU

No entanto, entre essas reações, destacou-se a descrença inicial com a efetivação do projeto, como pode ser observado na fala do entrevistado:

A questão dessa obra era muito antiga, desde criança que a gente ouvia falar que ia acontecer essa obra, só que nunca acontecia né? Aí então, quando eles dessa última vez começaram a falar dessa obra ninguém acreditou, porque era uma história muito velha, que todo mundo já tava cansado de ouvir, mas aí, depois que começaram a trabalhar lá, que decidiram tirar a gente de lá, a gente se surpreendeu e viu que realmente dessa vez ia sair mesmo, ia pra frente (AMANDA).

Em relação as reuniões e audiências, a comunidade em questão destaca que inicialmente eram realizadas no sentido de apresentar a obra de intervenção na encosta, os problemas de viverem em área de risco e as opções de compensação e reassentamento. Após a escolha pelo Conjunto Habitacional Novo Crato, como forma de reassentamento, as reuniões passaram a mostrar como seria o condomínio e os apartamentos, bem como a importância da convivência em harmonia nesse novo tipo de moradia.

A respeito do direito de voz durante as reuniões, a população destaca que todos os moradores tinham o direito à fala, bem como a esclarecer toda e qualquer dúvida em relação ao condomínio, apartamento, ou ao processo de reassentamento. Entretanto, alguns destacam que as decisões se restringiram a escolher entre as políticas de compensação da obra, sendo que em relação ao condomínio e/ou aos apartamentos especificamente isso não ocorreu: *“foi do jeito deles, nem cor de parede ninguém deu palpite” (CRISTINA).*

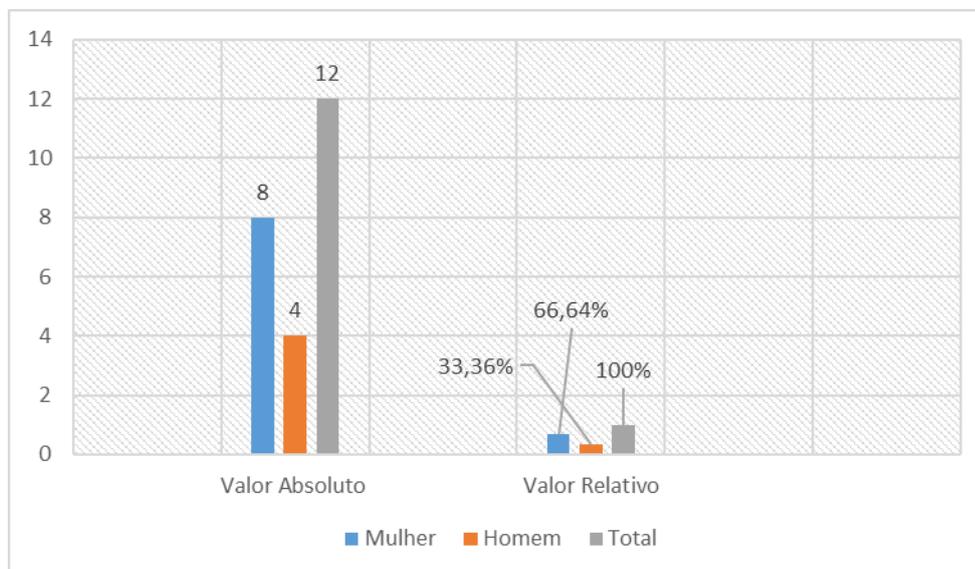
Questionados se haviam sofrido algum tipo de pressão por parte da prefeitura ou empresa responsável pela elaboração ou construção da obra, a população quase que unanimemente respondeu que não, como pode ser observado no depoimento abaixo:

No começo eu não queria vir, eu gostava de lá, você morar assim, 23 anos num canto, e de repente você sair assim, e saber que ia ter vizinho em cima, vizinho de um lado, vizinho de outro; você não ia ter quintal, eu chorava, eu brigava, eu dizia coisa, mas depois eu fui ver que era para o bem dele (filho), e para a gente também, que lá tinha muito rato, muito inseto, apesar que aqui tem também, mas em uns pontos eu achei melhor por causa dele também (filho). Também eu vou dizer, eles não me forçaram ou obrigaram não, de jeito nenhum, nenhum lá me obrigou a vir pra cá não. Nas reuniões a gente conversava, e tudo, eu sou a mais zoadenta, mas assim, elas me forçaram a vir? NÃO! Não tive pressão nenhuma, de jeito nenhum (NAIRA).

A partir do depoimento mencionado, alguns aspectos merecem ser destacados de acordo com o diálogo com os interlocutores, bem como da aplicação dos questionários socioeconômicos. A princípio faz-se necessário destacar a predominância de chefes das famílias do sexo feminino, como pode ser observado no gráfico 2. Esse fato pode estar

relacionado com o que recomendam as diretrizes dos programas habitacionais no país, em especial do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

Gráfico 2 – Distribuição das famílias reassentadas de acordo com o sexo do chefe familiar

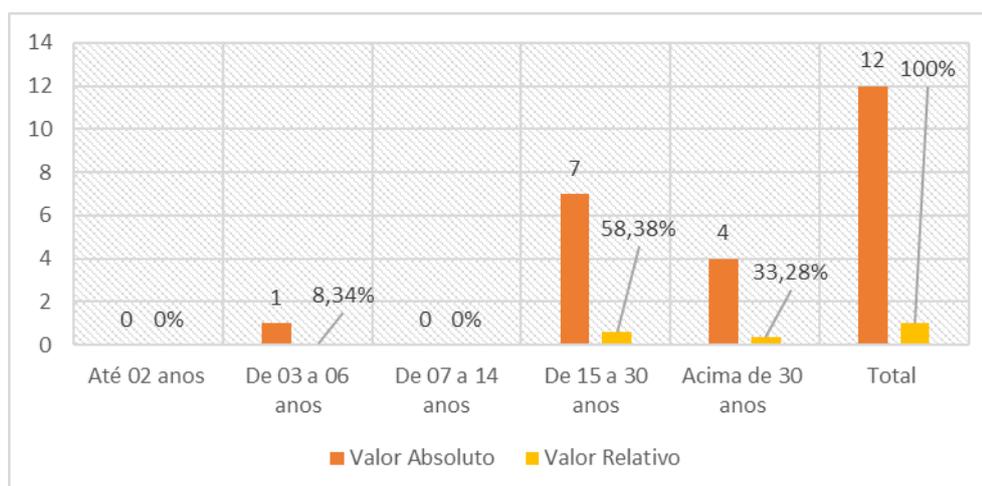


Fonte: Elaborado pelo autor.

Em seguida destaca-se o tempo de moradia da população reassentada no bairro Seminário, com predominância para as famílias que já residem entre 15 e 30 anos no mesmo (Gráfico 3). Correlato a esses dados, ressalta-se que em relação a naturalidade do chefe familiar, 50% destes afirmam ser naturais do Crato, entretanto oriundos de outros bairros da cidade. Dois (16,68%) afirmam ter nascido no Seminário. Três (24,98%) são oriundos de outros municípios da região, enquanto um (8,34%) afirma ser oriundo da zona rural do município.

Assim, observa-se que dos 12 chefes familiares entrevistados, 10 não são originários do bairro Seminário. Entre os motivos que levaram a residir no bairro em questão os referidos chefes alegam, principalmente, a oportunidade de aquisição (compra ou negócio) de casa no bairro em virtude dos preços, além de maiores oportunidades na zona urbana, proximidade da família e dificuldades em virtude das secas no município anterior. A esse respeito, faz-se necessário retomar as discussões do capítulo 5, em relação ao processo de urbanização do Crato e o deslocamento da população pobre para a periferia da cidade por meio de migrações rural-urbanas e intra-urbanas.

Gráfico 3 – Distribuição das famílias reassentadas de acordo com o tempo de moradia no bairro



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação a necessidades específicas, foi questionado aos reassentados se haviam feito algum tipo de solicitação à equipe da Prefeitura Municipal em relação ao processo de reassentamento. Metade dos entrevistados afirmou ter feito algum tipo de solicitação. Entre elas, destaca-se o pedido para ficarem próximos dos familiares quando da distribuição dos apartamentos, a localização do apartamento no condomínio (em cima ou em baixo), além da instalação de armadores de rede nas unidades habitacionais.

Questionados se haviam sido atendidos, três dos entrevistados afirmaram que sim, dois destes disseram que não, enquanto um afirmou ter sido atendido parcialmente. É possível apreender melhor tais percepções de acordo com os depoimentos a seguir:

Quando me perguntaram eu disse menina eu quero ir pros apartamento, que meu marido é doente, em também não tenho saúde, e aí fica perto do posto, já fica perto do hospital, eu quero no apartamento. Aí deixa que minha neta tava com o nome para ir lá pro Barro Branco (Muriti), aí ela ficou chorando e dizendo: vó, e agora? Eu é que sempre olho pra vó e vô, e agora eu vou morar lá naquele mundo. Aí teve uma reunião lá e eu falei com ela (assistente social), ela foi e botou ela (a neta) pra vir pra aqui também. Eles atenderam e eu agradei muito (JOANA D'ARC).

Aí nessas casas não tem armador, é obrigado a pessoa botar, num quarto aqui eu mandei botar, e eu falava na reunião que queria armador, mas não botaram. Eu mandei botar aí e ficou pelo menos dois pra botar a rede aí (CHICO).

Em relação ao entrevistado que afirmou ter sido atendido de forma parcial, seu questionamento principal decorre da distribuição dos apartamentos em relação aos antigos vizinhos e aos familiares. A respeito dessa distribuição, faz-se necessário destacar que ocorreu, a princípio, com a prioridade para que pessoas idosas e/ou com algum problema

físico ou de saúde ocupassem as unidades localizadas no pavimento térreo, enquanto as demais ocupassem as unidades do pavimento superior. Na sequência procedeu-se com o sorteio das unidades. Após esse processo foi realizado ainda uma adequação para que familiares pudessem ficar perto uns dos outros.

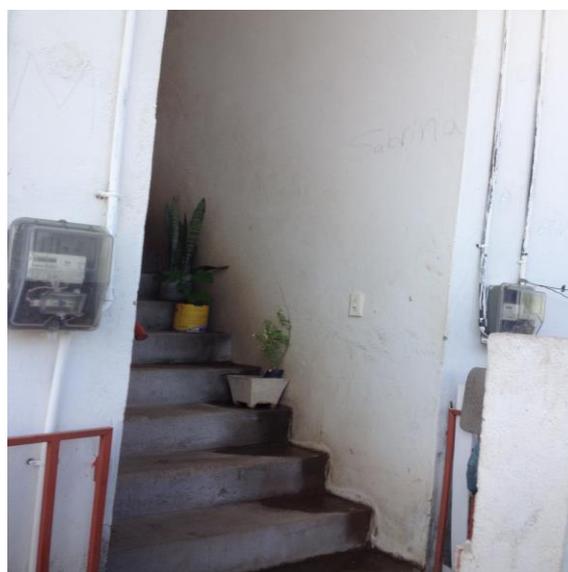
Mesmo considerando relevante a seleção estipulada na distribuição das residências aos reassentados, destaca-se que 25,02% dos entrevistados afirmaram que existem membros com deficiência na família. Nesse sentido, entende-se como falha grave na concepção do projeto, a inexistência de unidades habitacionais adaptadas a pessoas com necessidades especiais, assim como a ausência de estruturas de acessibilidade para as unidades localizadas nos pavimentos superiores (Figura 45-46), tendo em vista que a tendência da população é o envelhecimento, e que ninguém está imune a eventuais contratempos que comprometam a integridade física.

Figura 45 – Acesso a área de serviço de unidade do pavimento superior



Fonte: Fotografia do autor (2015).

Figura 46 – Acesso à unidade habitacional localizada no pavimento superior



Fonte: Fotografia do autor (2015).

Vale salientar que das 24 unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Novo Crato, destinadas às famílias afetadas pelo Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, apenas 16 destas foram ocupadas pela população alvo da obra²⁵. As demais unidades foram ocupadas por famílias que perderam suas habitações em virtude da enchente provocada pelo canal do Rio Granjeiro, em 2011.

²⁵ A maioria das famílias optou pelo reassentamento no Condomínio Residencial do Muriti, o que gerou um crédito 08 unidades habitacionais no CHNC.

Para Leão (2015), entre os problemas decorrentes de um processo de deslocamento está a desarticulação do mecanismo de sobrevivência das famílias, especialmente quando ocorre para áreas distantes e periféricas em relação a moradia anterior. De acordo com os interlocutores da pesquisa, entre os principais motivos que levaram a escolha das referidas unidades estão: a proximidade dos familiares; a proximidade do centro da cidade; o fato de já conhecer o local e as pessoas; o fato de sempre ter vivido no bairro; a proximidade de escolas, postos de saúde, igrejas, do trabalho e de estabelecimentos comerciais.

Ressalta-se ainda que, a partir dos depoimentos, percebe-se que, como não poderia deixar de ser, os motivos tomam por base o estabelecimento da relação, a comparação, entre o Conjunto Habitacional Novo Crato, e o Condomínio Residencial do Muriti, onde a população ainda não está reassentada. Nesse sentido, questionados se haviam feito a melhor escolha em relação as opções de reassentamento, 11 dos 12 chefes familiares afirmam que sim.

Aqui, em 20 minutos eu tô no meu trabalho. Minha filha atravessa aqui a rua do outro lado é a escola. A gente tem posto de saúde. Eu sei que lá (Muriti) eles não iam jogar a gente ser ter posto, sem ter escola, eu sei que lá também tem, mas eu optei aqui por isso, porque eu acho que aqui fica mais perto, fica mais fácil (AMANDA).

Eu ia sair daqui com meu marido doente pra ir morar lá no barro branco, acolá, sozinha. Tá certo que disse que lá é muito bom, disse que os terrenos é muito bom, mas pra quem tem carro, morar pra acolá é pra quem tem carro, quem tem transporte né? aí eu preferi aqui (JOANA D'ARC).

Inclusive ontem eu soube que o pessoal que ia ganhar as casas lá, e que a prefeitura tava pagando o aluguel social, eles não vão pagar mais, não sei se é boato, mas eu encontrei com a menina e ela tava até chorando e me dizendo que eles não vão mais dar as casas para eles não. E nem a prefeitura vai mais pagar o aluguel social. Disse que eles alegam que eles não tem porque ganhar, porque lá já tinha sido indenizado aquele terreno. Quer dizer, eu tive sorte, porque se eu tivesse ficado para ganhar lá? (AMANDA).

Em relação ao último depoimento, vale salientar que não é a primeira vez que a população que ocupa a área de encosta do bairro Seminário é alvo de projetos que envolvem o reassentamento da mesma. Durante a década de 1990, por meio do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos – PROURB/CE, parte da população que ocupava essa área foi reassentada, em regime de mutirão, na área denominada de Conjunto Vitória Nossa (citado no capítulo 5) próxima aonde hoje localizam-se os apartamentos do Conjunto Habitacional Novo Crato.

Entretanto, parte da população continuou a residir na área da encosta, e como não houve um controle sobre os terrenos após o reassentamento, novas ocupações ocorreram.

A primeira vez que lá foi indenizado foi pra esse conjunto, Vitória Nossa, eu acho que a uns 15 ou 16 anos atrás, aí porque ainda ficou gente? Teve gente que se recusou a vir, não veio, então o pessoal continuou lá. E esses terrenos que tinham lá de sobra, que o pessoal fizeram casa, inclusive eu fiz a minha, foi terreno já indenizado, que os antigos donos hoje em dia são os donos dessas casas do Conjunto Vitória Nossa (AMANDA).

Segundo os interlocutores este fato estaria sendo um entrave para o reassentamento de algumas famílias no Condomínio Residencial do Muriti.

Para Cernea e McDowell (2000), proporcionar melhores condições de habitação é uma das melhorias relativamente mais fáceis de se alcançar em relação aos meios de vida de reassentados. Rolnik (*et al*, 2011) destaca que o direito à moradia adequada não se limita a um teto e quatro paredes, devendo ser compreendido de forma ampla, levando-se em consideração o território, os aspectos culturais e o acesso a determinados recursos, inclusive naturais.

Analisando a eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, a partir de um caso empírico, Carvalho e Stephan (2016, p. 304) concluem que:

O provimento de habitação de interesse social pelo poder público municipal limita-se à provisão da unidade habitacional, desvinculada de uma política urbana que vise a localização adequada das moradias destinadas à população de baixa renda. [...] ainda que os moradores estejam mais satisfeitos com as casas atuais do que com as anteriores, entende-se que a habitação – que abrange todos os elementos que circunscrevem a vida cotidiana dos moradores e, portanto, extrapola a mera unidade habitacional – não atende aos critérios de eficiência social.

Refletindo em torno dos processos de remoção e reassentamento em projetos de urbanização de baixadas em Belém – PA, Leão (2015) destaca os consideráveis avanços em relação a políticas de reassentamento no país. Entretanto a autora enfatiza que remoções e reassentamentos em projetos urbanos continuam questionáveis por apresentarem problemas durante e após o processo de deslocamento.

Tratando especificamente do reassentamento proveniente de obras de drenagem e urbanização da Bacia da Estrada Nova, lançado, em 2006, pela Prefeitura de Belém – PA, a autora afirma que:

Foram detectados problemas como deficiência na informação sobre o processo de reassentamento, coerção para os moradores aceitarem o deslocamento, atraso na entrega da unidade habitacional, auxílio-aluguel e indenizações baixas que impossibilitaram a permanência na área e não contribuem para a melhoria nas condições de vida do morador deslocado. Situações retrógradas frente ao debate sobre remoções e reassentamentos (LEÃO, 2015, p. 15).

Diante das diversas reclamações por parte dos interlocutores, a partir do diálogo com estes, dividiu-se as principais insatisfações manifestadas em categorias de percepção, sendo estas:

a) A percepção dos atores sociais em relação a saúde e a educação;

Nessa categoria ressalta-se os aspectos relacionados as condições de saúde e educação no Conjunto Habitacional Novo Crato, estabelecendo um paralelo em relação a habitação anterior.

Sen e Kliksberg (2010) ressaltam que em qualquer discussão que envolva equidade e justiça social, doença e saúde devem ser preocupações de extrema relevância. Para eles:

Qualquer concepção de justiça social que aceite a necessidade de uma distribuição equitativa e também de uma exploração eficiente das capacidades humanas não pode ignorar o papel da saúde na vida humana e as oportunidades de as pessoas obterem uma vida saudável, sem doenças e sofrimentos evitáveis ou mortalidade prematura. Equidade na realização e na distribuição de saúde, portanto, está incorporada e embutida em uma ampla noção de justiça (SEN; KLIKSBURG, 2010, p. 76).

Rolnik (*et al*, 2011), reafirmando que o direito à moradia adequada não se restringe a habitação, destaca que tanto no meio rural como no urbano, a noção de moradia adequada deve incluir, entre outros, o acesso à educação, saúde, lazer, transporte, energia elétrica, água potável e esgoto, coleta de lixo, áreas verdes e um meio ambiente saudável. Além de priorizar as necessidades de grupos específicos, como as mulheres e grupos vulneráveis como crianças, idosos e deficientes.

Analisando os efeitos da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, na qualidade de vida das famílias do Reassentamento Cambeba, Monte (1999) destaca que em relação a saúde houve uma relativa melhoria, comparativamente a situação anterior. No que tange a educação, a autora ressalta que a implantação do CIPP “não contribuiu nem para melhorar nem para piorar a educação das famílias do Reassentamento Cambeba” (MONTE, 1999, p. 87).

De acordo com os sujeitos da pesquisa entre os principais problemas relacionados com a saúde no Conjunto Habitacional Novo Crato destacam-se a presença de larvas e de insetos na água proveniente das caixas d’água dos apartamentos; a ausência de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Endemias; e o atendimento médico deficiente.

Em relação a presença de larvas e de insetos na água, os interlocutores destacam que o problema ocorreu após o reparo de vazamentos nas caixas de água. Os mesmos afirmam

que, por um lado o problema dos vazamentos foi parcialmente resolvido, entretanto, alegam que a partir de então passaram a notar a presença de larvas e insetos na água.

A água tá cheia de mosquito da dengue, e como você sabe já tem essas outras doenças né? as caixas d'água são assim, eu acho que elas não tem um tela em cima, então, tá saindo umas larvazinhas pela torneira, a gente vai botar água no fogo quando enche a panela d'água vê, tá lá cheio. Eu só não lhe mostro porque eu botei um paninho, mas se você quiser eu tiro e espero sair pra você ver (SÔNIA MARIA).

Como mencionado no depoimento alguns moradores tentam se proteger através da filtragem da água das torneiras por meio da improvisação de um pano como filtro (Figura 47). Vale salientar que os sujeitos da pesquisa informaram que alguns dos moradores contraíram dengue recentemente, e que a situação torna-se ainda mais grave pelo fato de alguns deles não possuírem filtros, e consumirem a água direto das caixas.

Eu não bebo água dessas caixas, Deus me defenda, eu pego água lá de fora, a gente cozinha com água da rua, Deus me livre de eu beber água de uma caixa dessa aí. E outra, a gente nem sabe como é que essas caixas estão. Eu bebo é da rua mas tem gente que bebe, ela aí bebe (vizinha), com preguiça de encher lá de fora (NAIRA).

Figura 47 – Panos improvisados como filtros nas torneiras



Fonte: Fotografia do autor (2016).

Em relação a ausência de Agentes Comunitários de Saúde, os interlocutores destacam que mesmo quando habitavam a área de risco na encosta do Seminário, com toda a condição de insalubridade existente, recebiam a visita desses agentes. Os mesmos consideram o desempenho destes profissionais como sendo de extrema relevância para os cuidados com a saúde.

Agora eu acho ruim aqui é que a gente não tem agente de saúde, ela (filha) grávida, precisa de um agente de saúde, não tem. Ela (mãe) idosa, doente, não tem um agente de saúde, tudo tem que a gente ir de madrugada pro posto. Lá (na encosta) a

gente tinha uma ótima agente de saúde, pegava no pé de qualquer um, gente boa mesmo. Aqui não tem ninguém (NAIRA).

Aqui a gente não tem assistente social nem agente de saúde não. Lá na encosta tinha, toda a semana ia na porta da gente lembrar, amanhã é seu dia, vá pegar seus remédios. Tinha vez que até trazia os remédios da gente e vinha entregar em casa (JOANA D'ARC).

A esse respeito, de acordo com o Ministério da Saúde (2009), o trabalho do Agente Comunitário de Saúde é fundamental na implementação do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente no fortalecimento e na integração entre os serviços de saúde da Atenção Primária à Saúde e a comunidade. Para o referido ministério, o Agente Comunitário de Saúde deve estar sempre atento as famílias do seu território, identificando os fatores que interferem na saúde destes, e os encaminhando à unidade de saúde para avaliações mais detalhadas. “Todas as pessoas de sua comunidade deverão ser acompanhadas, principalmente aquelas em situação de risco” (BRASIL, 2009, p. 26).

O trabalho do Agente Comunitário de Saúde é uma extensão dos serviços de saúde dentro das comunidades, em virtude de este, geralmente, ser um membro da comunidade e com ela possuir um envolvimento pessoal. Assim, sua atuação pode favorecer a resolução de problemas que afetam a qualidade de vida das famílias, como em questões relacionadas ao saneamento básico, destinação do lixo, condições de moradia, exclusão social, desemprego, violência intrafamiliar, acidentes e drogas lícitas e ilícitas (BRASIL, 2009).

BOX 1 – SAÚDE NO CONJUNTO HABITACIONAL NOVO CRATO

Em relação aos agentes de saúde elas disseram que iam organizar e iam mandar uma agente só pra aqui, pra gente né? Mas eu nunca vi a cara dessa agente de saúde. Aqui é cheio de crianças, de idoso, mas eu vou lá. As vezes a gente sai duas horas, três, a gente olha tem um papel dizendo que não vai ter doutor. Se tivesse uma agente de saúde ela ia informar a gente né? Você acordar duas horas da manhã pra poder pegar a ficha, aí a gente chega lá: médico tal não vem hoje, dentista tal não sei o que, aí quer dizer...como agora a gente não tá mais sendo burra, quando quer alguma coisa lá no posto, a gente sai daqui de tarde, cinco horas, seis horas, olha lá o papel que tem, que eles botam avisando, aí é que a gente vai. Eu espero que eles mandem um a gente de saúde, eu tô rezando (NAIRA).

De acordo com os moradores, assim que o reassentamento foi efetivado, e as famílias passaram a residir no Conjunto Habitacional Novo Crato, a equipe de assistentes sociais da Prefeitura Municipal do Crato, responsável pelo trabalho social com as famílias, se dirigiu aos postos de saúde mais próximos da área e informaram que as famílias reassentadas estavam vivendo em uma área momentaneamente descoberta e que deveriam ser atendidas nos referidos postos.

Entretanto, mesmo após quase três anos de reassentamento, ainda não foi providenciado um Agente Comunitário de Saúde – ACS, para a área, e embora sejam atendidos nos postos de saúde próximos, a população mencionou enfrentar grandes dificuldades para conseguir atendimento.

Nós tamo aqui descoberto ainda, desde esses três anos que a gente ta aqui, nós não temos agente de saúde, nós não tem um médico da família, nós não tem nada aqui. Aí chega no posto eles ficam humilhando, dizendo que não é hoje, que a gente volte amanhã. Sim, e a menina disse até assim: se a senhora quiser dormir aqui ou então a senhora pague a uma pessoa para dormir aqui. [...] Acontece com todo mundo aqui, não só com quem é reassentado, mas parece que quando sabe que a gente é daqui desses apartamentos aí eles fazem o cão (SÔNIA MARIA).

Eu vou no posto e ainda digo que sou da Travessa Bonfim (antigo endereço) pra poder me receitar, aonde você mora? Eu digo na Travessa Bonfim, porque quando eu morava lá tinha (Agente Comunitário de Saúde). Nunca teve, e já vai fazer três anos que a gente mora aqui e ainda não veio não (CRISTINA).

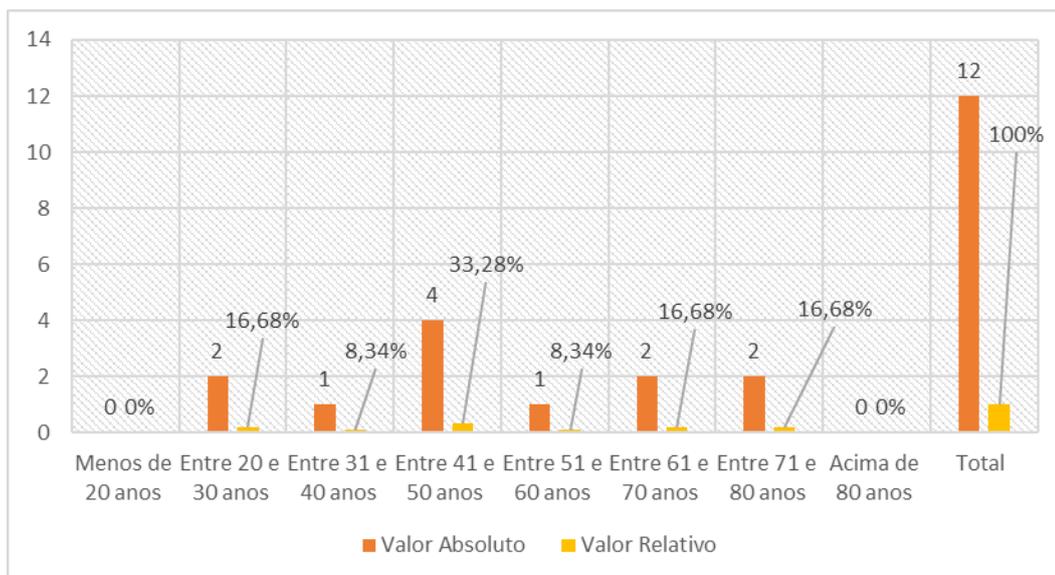
Agente vai se receitar aí diz: não, encerrou, é só seis pessoas, não tem doutor, isso aquilo outro, aí a pessoa volta, nem tem agente de saúde aqui né? Precisava né? Lá onde a gente morava tinha[...]. Aí uma moça velha com 60 anos vai pra acolá pro posto de madrugada, vou nada (SIMONE).

Em relação aos Agentes de Endemias, os interlocutores destacam que estes apareciam no prédio, entretanto, em virtude da greve por melhores salários e condições de trabalho, pararam de atender a população.

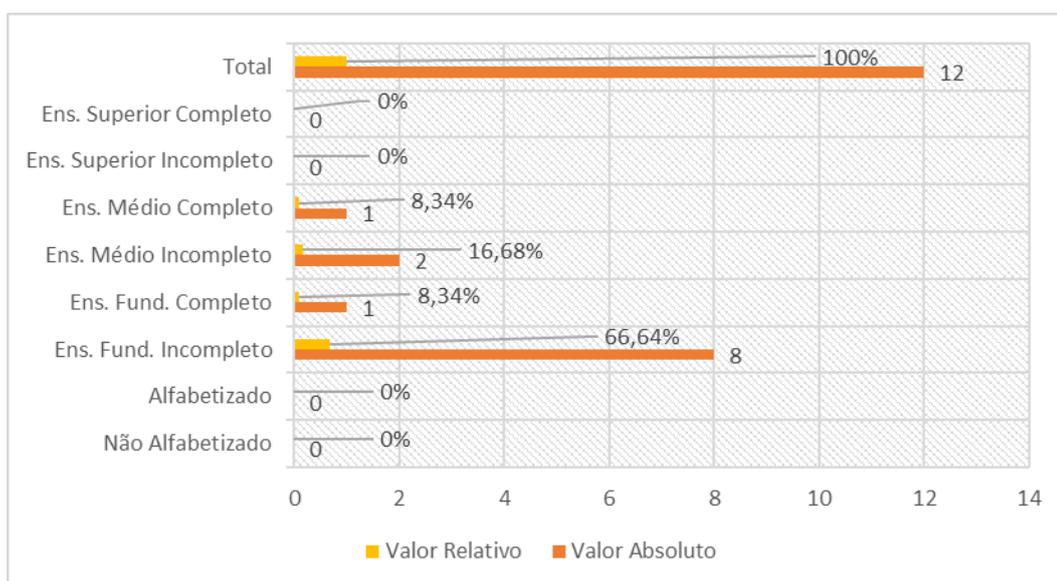
Partindo do princípio de que moradia adequada não se restringe a habitação especificamente, e que deve incluir, entre outras coisas o acesso à saúde adequada, e priorizar grupos específicos como mulheres, idosos e deficientes, a ausência de Agentes Comunitários de Saúde, a problemática relacionada a presença de larvas e insetos na água, bem como o atendimento médico deficiente, corroboraram com aspectos extremamente negativos relacionados ao processo de reassentamento das famílias. Especialmente se considerado que 75%, aproximadamente, dos chefes familiares tem idade superior a 40 anos, e que 35% destes possuem idade superior a 60 anos (Gráfico 4).

No que concerne à educação, a análise do gráfico 5 permite observar que em relação ao chefe familiar, o maior grau de escolaridade corresponde a um único entrevistado que possui o ensino médio completo (8,34%), sendo que dois (16,68%) possuem o ensino médio incompleto, mas a maioria (8 = 66,64%) situa-se na condição de ensino fundamental incompleto²⁶.

²⁶ O décimo segundo chefe familiar enquadra-se na condição de ensino fundamental completo.

Gráfico 4 – Famílias reassentadas de acordo com a idade do chefe familiar

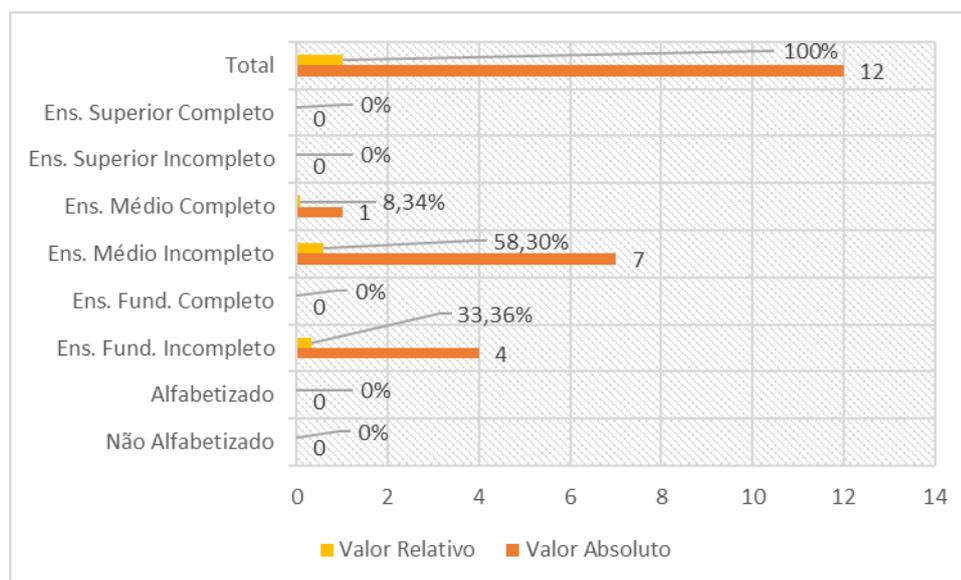
Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 5 – Escolaridade do chefe familiar das famílias reassentadas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Passando à análise do gráfico 6, quando foi questionado o maior grau de escolaridade entre todos os membros da família reassentada, permanece como o maior grau o único chefe familiar que concluiu o ensino médio, entretanto, a quantidade de pessoas na categoria de ensino médio incompleto passa à sete (58,30%). Isso se deve, especialmente a inclusão dos filhos dos chefes familiares ao questionário, que estão em idade escolar.

Gráfico 6 – Maior Grau de escolaridade entre os membros das famílias reassentadas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Um ponto relevante mencionado pelos moradores no que diz respeito ao Conjunto Habitacional Novo Crato, foi a proximidade com estabelecimentos de ensino, em especial do Colégio Liceu do Crato. Percebe-se, no entanto, que nos dois gráficos, apesar de não existirem situações de analfabetismo nem de apenas alfabetização, igualmente não existem casos de ensino superior, sequer incompleto.

b) A percepção dos atores sociais quanto a moradia;

Essa categoria se dedica a discutir as percepções dos reassentados em relação às características da moradia no Conjunto Habitacional Novo Crato comparativamente a habitação anterior.

Antes de dedicar-se a análise das percepções mencionadas, o presente estudo destaca que, assim como ocorrera na construção do conjunto do IPEC, discutida no capítulo 5, a demora na entrega dos apartamentos do Conjunto Habitacional Novo Crato despertou o interesse de comunidades do entorno da área de reassentamento em ocupar as habitações.

A entrega das casas (apartamentos) foi na base da ameaça, inclusive eu chamei a imprensa pra entrega poder ser feita, aí o secretário entregou as chaves e pediu pra gente cancelar, eu liguei pra lá e pedi pra eles cancelar, pra eles não passar, não colocar a reportagem no ar. Porque o que é que tava acontecendo? As casas estavam aqui fechadas, o pessoal desse conjunto tava ameaçando invadir, e eles nem tomava decisão de entregar, só diziam que não tava pronta [...]. E a gente tava com medo de perder nossas casas. A gente se reuniu, os moradores aqui, e eu chamei a imprensa, ela veio e eu falei. Eles filmaram tudo, e eu fui e liguei pra ele

(secretário) e disse: eu chamei a imprensa e vai passar amanhã, tal hora. Quando foi no mesmo dia, aliás, em questão de horas, ele chegou, e aí entregou a chave com a condição que não era pra ninguém fazer mudança. Era só pra cada um tomar de conta da sua casa né? (AMANDA).

Com receio de perderem suas casas, os moradores passaram a residir nos imóveis como forma de garantir a propriedade, e, mesmo com a recomendação do poder público em não proceder com a mudança, alguns já iniciaram os trabalhos nesse sentido.

Meu menino chegou e disse assim: mãe, vão invadir as casas, já tão tudo lá pra invadir, e a minha não vão invadir não, ele disse desse jeito, a minha não vão invadir, e pegou a chave e começou a carregar as coisas, carregou cama, carregou mesa, arrumou aqui na sala, dormiu aqui [...] aí quando foi no outro dia carregou as coisas dele tudinho. O povo tava tudo aqui pra invadir, aí nós fizemos isso, carregamos logo as coisas (JOANA D'ARC).

O fato de as famílias terem mudado, segundo a prefeitura, antes de as obras estarem finalizadas é motivo de discórdia entre a população e o poder público em relação aos problemas detectados pelos moradores nas unidades habitacionais, que serão tratados a partir de agora.

Os depoimentos obtidos a partir do diálogo com a população reassentada demonstram que os interlocutores reconhecem que houveram avanços em relação as condições de moradia se comparada a situação em que viviam, próximos da voçoroca.

BOX 2 – MORADIA ANTES DO REASSENTAMENTO

De qualquer maneira eu achei bom, agora quem achou um pouco ruim foi a mulher, porque gostava muito de lá, mas lá era meio difícil, tinha que tomar banho na calçada, fazia as necessidades no mato, mas ela achava mais perto da mãe dela. Aqui é bom porque tem um banheiro pra gente tomar banho aí, tranquilo aí né? Lá já era diferente (CHICO).

Lá era uma grotta que jogavam tudo que não prestava dentro. Era uma grotta horrível, uma vez tinha um caixão de defunto dentro, não sei nem se o defunto não tava dentro (CRISTINA).

Minha mãe adorava aqui, porque ela, a situação dela era diferente, ela morava num quartinho de taipa na beira da grotta mesmo, o quintal dela, não tinha quintal, era a grotta, aí pra ela que morava num quartinho de taipa pra uma casa assim, só pra ela e ele (irmão) né? Ela adorava, adorava mesmo, mas não teve o gosto de morar muito né? (CARMELA).

Entretanto, os interlocutores ressaltam uma série de insatisfações e problemas existentes nas habitações. Entre as insatisfações mencionadas, é possível citar o fato de não terem sido casas ao invés de apartamentos, a relação entre o tamanho do terreno anterior e o

tamanho do apartamento, o valor das indenizações, a impossibilidade de escolha de reassentamento em outros bairros, além da demora na entrega dos apartamentos.

Em relação a estrutura das unidades habitacionais os moradores relatam que há problemas com infiltrações no teto e na estrutura dos apartamentos, porém, destacou-se, a partir do diálogo com estes, quatro problemas fulcrais no conjunto em questão, que estão relacionados a uma série de consequências na vida da população.

O primeiro destes é a ausência do termo de posse das unidades habitacionais que ainda não foi entregue pela prefeitura municipal. Em relação a isso, percebe-se uma ansiedade por parte das famílias em ter uma garantia de propriedade sobre os imóveis. Ao mesmo tempo, como dito anteriormente, muitos dos problemas concernentes aos apartamentos, segundo a população, são mencionados como de responsabilidade deles por terem feito a mudança antes do previsto.

Agora isso aí me preocupa com certeza, preocupa mesmo, meu receio é de não receber, sei lá, porque é assim, quando você tá com o documento na mão é uma coisa, quando você tá sem o documento você não confia, não tem aquela certeza de dizer não, é meu né?(PAOLLA OLIVEIRA).

Aí eles culpam a gente dessas coisas acontecerem, eles culpam a nós porque eles dizem que a gente veio antes das casas estarem terminadas, só que no meu ponto de vista, eu acho que não, essas coisas, esses reparos que faltam aqui é obrigação deles, acontecem em toda casa, uma casa nova, quando uma casa é nova acontece essas coisas, a obrigação deles era ajeitar (AMANDA).

Correlato ao primeiro, o segundo problema diz respeito a uma ausência de acompanhamento pós reassentamento no que tange a problemas que as unidades habitacionais apresentem. Segundo os moradores, após o reassentamento, algumas reuniões ainda aconteceram, entretanto, em uma dessas, foi informado que a reunião em curso seria a última, e que qualquer problema que surgisse daquele momento em diante seria de responsabilidade dos moradores e não mais da prefeitura ou empresa que construiu as unidades habitacionais.

Enquanto eles não entregar um documento a nós, a gente não pode abrir a boca e dizer que isso aqui é nosso, e eles também não pode lavar as mãos com a gente nem tão cedo, enquanto a gente não tiver com um documento, eu acho que nós aqui ainda somos responsabilidade deles lá em baixo, eu creio que seja né?(NAIRA).

Não foram concluídas todas as atividades, aconteceu a entrega das casas, e ficou delas continuarem com as atividades com a gente, mas não apareceu mais ninguém aqui. E foi assim, quando a gente veio morar aqui, ficou certo que, tipo assim, a gente ia ter uma garantia, igual você compra um eletrodoméstico, você tem aquela garantia de dois, três anos? Então, com a gente era pra ser do mesmo jeito, qualquer coisa que acontecesse eles tinha por obrigação vir resolver (AMANDA).

O terceiro problema central em relação a moradia diz respeito a uma série de promessas que, segundo os interlocutores, foram feitas em relação ao conjunto habitacional e aos apartamentos especificamente, que não foram cumpridas. Entre as promessas, os moradores relataram que foi dito que o piso dos apartamentos seria na cerâmica, as portas e janelas seriam de melhor qualidade, que haveria uma área de lazer para as crianças, e que o condomínio seria fechado, murado.

Danado foi naquela reunião que teve aí, com o encarregado desse trabalho aqui. A gente perguntou: sim, e disse que essas casas aí vão ser na cerâmica? Ele disse vai ser na cerâmica, vai ser porta de ferro, vai ter pia inox, porque tem dinheiro de sobra pra fazer isso aí. Ele disse desse jeito, tem dinheiro de sobra. E ninguém viu nada disso (JOANA D'ARC).

Logo no começo não era assim não, disse que eram portas boas e é isso aqui. O material é muito ruim das portas. Aqui é assim, eu não sei nem se a gente pode dizer isso, mas parece um pouco que teve muito desvio de muita coisa, da verba daqui, que teve esse tipo de desvio (CARMELA).

Assim como, geralmente, quando há um terremoto de grandes proporções, réplicas do tremor (abalos secundários) podem seguir por um longo período, o quarto problema desencadeou uma série de outros problemas na vida da população reassentada. A ausência do muro que fecharia, isolaria, o condomínio está ligado a diversos outros problemas citados pelos interlocutores.

A primeira réplica diz respeito ao projeto de engenharia que foi executado para que os botijões de gás das residências ficassem do lado de fora dos apartamentos como pode ser observado nas figuras 48 e 49. O problema, segundo a população, é que o entorno do conjunto habitacional é uma área com graves problemas ligados a criminalidade. E estes, por sua vez, não confiaram em deixar seus botijões do lado de fora das residências por questões econômicas (financeiras) e de segurança.

A esse respeito um entrevistado destaca: “isso aqui é pra botar botijão, você já imaginou a gente todo dia tá comprando um botijão novo, morando num lugar desse?” (DANIEL). Outra comenta que:

Quando a gente vinha pra cá eles disseram que era obrigado a gente deixar o botijão lá. Aí nós pegamos e dissemos não é obrigado não, que nós não vamos deixar nossos botijões do lado de fora, aí isso aí a gente não aceitou não. Disseram que era obrigado deixar lá, mas ninguém usa, quem é que vai usar um botijão no meio da rua? Tem o negócio do botijão aí, tem a gradezinha pra botar o cadeado, aí aqui atrás tem dois, aí no caso era pra ficar o meu e o dela (apartamentos de baixo e de cima), aí quer dizer, 24 botijões no meio da rua, olha o pensamento deles né? Só que quando a gente disse que não ia botar eles disseram aí é com vocês (CARMELA).

Figura 48 – Localização dos espaços para botijões em relação aos apartamentos



Fonte: Fotografia do autor (2016).

Figura 49 – Estrutura de suporte para os botijões



Fonte: Fotografia do autor (2016).

A segunda réplica está relacionada com as lavanderias dos apartamentos (Figura 50). Para os moradores, além do fato de serem descobertas e terem que lavar roupa expostos ao sol, e a péssima qualidade do material com que foram feitas as pias; o fato de o condomínio não ser fechado faz com que esses espaços sejam frequentados por diferentes grupos alheios ao prédio. Acrescente-se a isso o fato de terem que atuar como vigias das roupas quando estendidas nos varais com receio de que sejam roubadas (Figura 51).

As vezes, a noite os meninos tão brincando de esconder, marginal usando droga, as vezes você ta aí fazendo suas ocupações, escuta um barulho, aí eu olho pela janela e já vejo a presença de alguém. Os casais que não tem pra onde ir eles ficam nessas escadas mesmo. Pra estender roupa eu coloco aí nas árvores, mas tem que ficar pastorando. Eu lavava roupa de fora pras pessoas, e era lavando e de olho, aí pronto, só saía daqui da rua quando tirava tudo (DANIEL).

Na tentativa de obterem uma maior segurança, e proteção em virtude do sol, alguns moradores, por conta própria, colocaram grades em torno dessas áreas (Figura 52), bem como na entrada das unidades habitacionais. Outros ainda não o fizeram por afirmarem não ter condições financeiras para isso.

Se eu pudesse já tinha subido esse muro, que agora nesse inverno a gente lava roupa e não enxuga, a gente poderia deixar aqui fora, estendida. Se eu pudesse já tinha levantado o muro e ter levantado essas grades mais altas e mudado essas portas (NAIRA).

Figura 50 – Parte externa das lavanderias com roupas estendidas sobre elas



Fonte: Fotografia do autor (2016).

Figura 51 – Roupas estendidas nos varais com acesso à rua



Fonte: Fotografia do autor (2016).

Figura 52 – Área de serviço protegida por grades e coberta em virtude do sol



Fonte: Fotografia do autor (2016).

A terceira réplica relativa a ausência do muro diz respeito ao espaço destinado as garagens. No projeto de engenharia, os espaços em frente aos apartamentos seriam utilizados como garagens para os veículos dos moradores que fossem proprietários (Figura 53). A ausência do muro inviabiliza que sejam colocados carros ou motos no local durante a noite por questões de segurança. A não ser que se pague um vigia para cuidar desses veículos.

Além disso os interlocutores alegam que tais espaços são utilizados pela população do entorno do prédio.

Para os reassentados no pavimento superior, essa tarefa é ainda mais complicada, pelo fato de não existir, como já foi dito, um acesso que permita que se coloque, pelo menos, uma moto para dentro das residências, o que ocorre com os moradores do pavimento térreo. *“Aqui se você comprar um carro, ou uma moto, não tem como você botar aqui em cima, não tem garagem não tem nada, não tem como. Uma coisa que uma pessoa podia ter, uma pessoa normal pode ter em sua casa, aqui não pode” (CRISTINA).*

A quarta, e não menos importante réplica relacionado a ausência do muro diz respeito a violência. Segundo os interlocutores, diversos apartamentos já foram arrombados, sendo que os crimes não ocorrem apenas quando os moradores estão ausentes. Roubos, furtos e tentativas de homicídio foram citados pelos reassentados.

Ainda assim, questionados se, ao receberem os termos de posse dos apartamentos pretendiam vender os imóveis, onze dos doze chefes familiares afirmaram que não: *“Deus me livre, aqui é de Maroca, nem se vende, nem se troca, eu vou passar logo é pra meus filhos, quando eu morrer é dele e dela” (SÔNIA MARIA).*

Figura 53 – Espaços destinados aos veículos das famílias reassentadas



Fonte: Fotografia do autor (2016).

BOX 3 – VIOLÊNCIA NO CONJUNTO HABITACIONAL NOVO CRATO

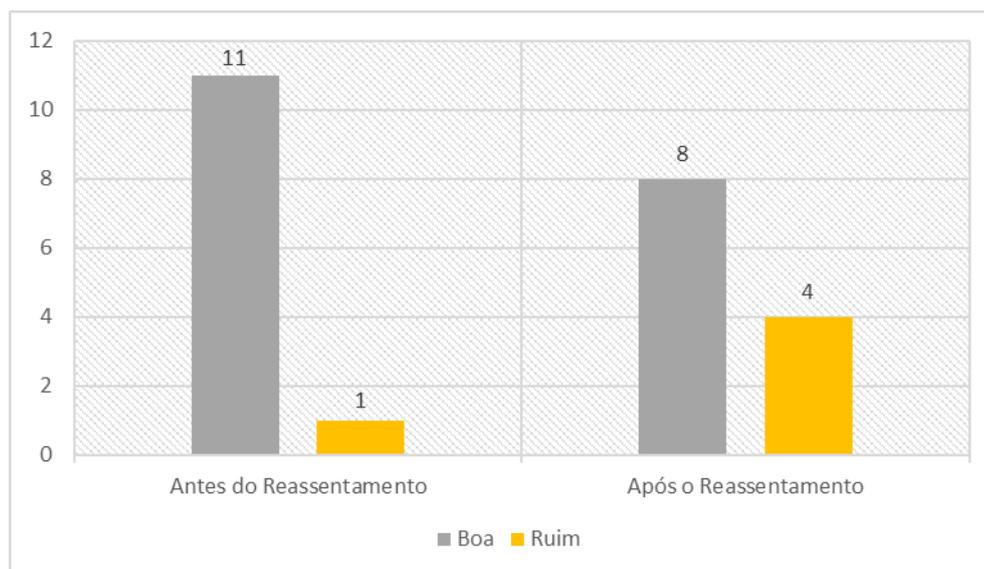
Foi no dia 08 de agosto de 2013, foi a pouco tempo que tinha vindo pra cá [...], eram seis horas da tarde, não era madrugada, não era nada, e simplesmente minha casa estava totalmente fechada, não tinha a grade, mas estava fechada com as duas voltas de chave, o quarto onde eu me instalei assistindo a televisão também estava trancado. Eu sei que quando eu olhei eu já vi foram os três rapazes dentro do quarto, aí um com uma faca bem grandona, aí um já foi me segurando e o outro dando chute em mim. Aí tome murro, tome chute no pé da barriga e tudo, aí o outro foi entrando dentro do quarto lá pra olhar aí foi e disse: ah! Aqui tem notebook e tal e não sei o que, aí já tava com ele na mão, aí pegou prancha de secador e tudo, essa coisa aí de material de trabalho. O outro me segurando, e um deles passando a faca em mim, chega eu arrepiava assim, sabe? Não a gente tem que matar porque ele vai entregar a gente pra polícia, e eu não vou entregar vocês pra polícia não, me deixe vivo pelo amor de Deus. E isso, a minha filha não estava, nem ele também, tava sozinho, ela tinha saído pra casa de umas amigas. E ele tava no trabalho que ele tava trabalhando lá no Juazeiro. Foi o pior momento da minha vida. Porque eu morei em São Paulo cinco anos e ninguém nunca me assaltou, ninguém nunca me roubou, a sensação desse assalto foi muito horrível. Aí quando ele me levou pro hospital o doutor lá falou, que ele fez a operação no meu coração, botou a válvula, ele disse a mim que o que seria mais difícil não era a minha recuperação sobre o coração, o enfarte, eram as pancadas no pé da barriga, porque foram muitas joelhadas. E isso eu gritava muito, mas só que todas as pessoas estavam com seus sons ligados, e eu estava com a televisão também ligada. Dentro do meu quarto que eu tava assistindo a novela, aí foi muito ruim. O problema do enfarte foi por causa desse assalto, eu nem sabia que tinha problema de coração. Aliás, a gente foi pro hospital São Francisco, e nem sabia que eu tinha enfartado. Aí foi que me deram um remédio lá, aí foi o médico que tava de plantão veio olhar, aí disse: não, tem que levar pra Barbalha, que é problema de coração. Eu não sentia os meus braços nem minhas pernas. É tanto que quando eles foram embora, eu não conseguia subir pra cima da cama, quebraram meu nariz, me bateram muito, aí eu achava que aquilo tava esquisito por que era que eu não conseguia levantar meu braço, porque quem me levou arrastando foi ele pro hospital, aí de lá foi feito essa angioplastia, cateterismo né? Aí fiquei bem! Arrombaram as duas portas, a da entrada e a do quarto, que como eu disse né, eu me trancava. Antes de acontecer isso, eu já tinha isso de se trancar, imagina agora (DANIEL).

c) A percepção dos atores sociais em relação a interação social.

Nessa categoria destacam-se as percepções concernentes as relações com os vizinhos, com os moradores do entorno do conjunto habitacional, espaços de convívio e de lazer.

A análise do gráfico 7 permite observar que, assim como antes do reassentamento, o número de moradores que afirmam ser boa a relação com os vizinhos do próprio conjunto é superior aos que afirmam o contrário. Observa-se, entretanto, uma elevação no número de moradores que declaram ser ruins as relações após o reassentamento. Percebe-se ainda, a partir do diálogo com os interlocutores, que muitos declaram ser boas as relações de vizinhança, entretanto enfatizam: “*Eu na minha casa, eles nas deles*” (SIMONE), como se a relação fosse inexistente.

Gráfico 7 – Relação com os vizinhos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Embora alguns moradores ressaltem que o fato de habitarem esse novo tipo de moradia fortaleceu os laços de vizinhança, outros apontam ser esta a principal insatisfação em relação ao reassentamento, e destacam que conflitos entre os moradores são constantes, alguns beirando vias de fato e/ou resultando em questões judiciais.

Lá a gente só convivia, não tinha a convivência profunda, muito próxima. Aqui a gente tem muito mais proximidade. Aqui em casa mesmo, pelo fato de eu não estar trabalhando, teve vez de eu passar necessidade, só que eles todos se reuniram e não deixaram isso. Um trazia uma coisa, outro trazia outra, tinha gente que trazia até prato já feito. Essa amizade foi o que eu mais adquiri aqui, porque lá a gente se conhecia: oi dona não sei quem, oi dona não sei quem, sabe? Mas aqui não, a gente senta, conversa, ri, brinca e tudo (DANIEL).

Lá as casas eram distantes uma das outras, mas a gente se dava bem. Aqui é porque tem vizinho em cima, o cão em forma de gente. Quando ela discute com ele, aí fica aquelas pisadas de propósito, de propósito mesmo, uma vez a gente foi falar ele mandou a gente dar aquele negócio acolá, a gente foi obrigado a subir um bocado de caba lá em cima pra mostrar que aqui tem homem né? Aí quer dizer, ele mandou a gente fazer uma coisa acolá quase que acontece uma desgraça (NAIRA).

Entre os principais motivos geradores de conflitos entre os moradores estão: som alto, criação de animais, brigas entre crianças e a presença de pessoas alheias ao conjunto. Em relação aos conflitos, os moradores ressaltam que buscam constantemente a equipe responsável pelo trabalho social durante o reassentamento, que enfatizavam a necessidade da boa convivência. Entretanto, afirmam que os profissionais orientam que estes procurem as autoridades competentes em relação a cada problema em particular.

Na tentativa de compreender a reconstrução das identidades dos ribeirinhos, deslocados pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias – PR, Derrosso e Ichikawa (2014) ressaltam que os ribeirinhos, através de organização e resistência, conseguiram ser reassentados em um local que lhes proporcionou definir construtivamente suas identidades.

Para os autores, a qualidade da terra recebida, a proximidade com familiares e conhecidos e a proximidade de uma cidade considerada próspera (Cascavel) contribuíram para que o processo de desterritorialização pudesse ser superado. Entretanto, destacam que:

Na fala dos entrevistados, uma questão recorrente foi a preocupação em saber em quem eles se transformaram a partir do reassentamento. Em função das mudanças, muitas foram as dúvidas sobre quem eles são realmente, principalmente pelas perdas que sofreram. Antes, eles eram os ribeirinhos, pois moravam na beira dos rios. Eram ribeirinhos e eram agricultores, pois seu sustento vinha do trabalho com a terra. Hoje, por morarem em um assentamento, é comum ouvirem os outros se referirem a eles como os sem-terra, os reassentados, termos que muitas vezes parecem pejorativos aos próprios entrevistados (DERROSSO; ICHIKAWA, 2014, p. 108).

A respeito da relação com os moradores do entorno do Conjunto Habitacional Novo Crato, as percepções são variáveis, tendo em vista que alguns já conheciam parte dos moradores, pois residiam na mesma área antes de serem reassentados. Todavia, a percepção que prevalece é que nem os reassentados do Conjunto em questão se sentem membros da comunidade ao seu entorno, nem os habitantes da comunidade, do Conjunto Vitória Nossa, sentem que estes pertencem a mesma.

Eles dizem: antes dessa favela vir pra cá, que eles chamam é favela em pé, eles de lá, antes desse povo dessa favela em pé vir pra cá, aqui era bom demais, era bom de mais, a gente vivia em paz, esse povo faz tanta zoada. Se reclama da gente também. Eles dizem que a gente veio tirar o sossego deles. É como se a gente fosse os invasores, invadindo, porque aqui antes era um terreno baldio, era deles botar lixo, botar animais, fazer o que eles queriam. Aí veio a prefeitura, fez isso aqui (DANIEL).

Aí no Vitória Nossa tem uma líder comunitária, ela faz as coisas, dá feira aí pro pessoal do Vitória, mas pra eles aqui não faz parte do vitória. Aqui é Conjunto Novo Crato, eles não falam que aqui faz parte do Vitória. Aqui é tipo assim, como se a gente fosse excluído, não tem? Nós não faz parte do Conjunto Vitória Nossa (CRISTINA).

Em relação a sociabilidade entre os moradores, Carvalho e Stephan (2016) ressaltam que esta pode ser construída ou fomentada a partir do encontro em locais de lazer para as crianças e os adultos. No conjunto habitacional não existem espaços destinados a essas práticas (salões de festas, reuniões de condomínios, ou espaços para crianças), embora, no seu entorno haja equipamentos públicos como praças e quadras esportivas, ainda que precários.

6.1.2 Dimensão econômica

As variáveis escolhidas para a análise da dimensão econômica da sustentabilidade em relação as famílias reassentadas no Conjunto Habitacional Novo Crato são: emprego, renda e número de membros por família.

Cernea (2000) destaca que deslocamentos forçados acumulam a exclusão física de um território geográfico com a exclusão econômica e social a partir de um conjunto de funcionamento das redes sociais. Para ele, todos os deslocamentos forçados estão propensos a riscos socioeconômicos, entretanto, este resultado não deve ser tolerado como inexorável.

Há muitas maneiras de reduzir os riscos de deslocamento e efeitos socioeconômicos negativos. Corrigir as injustiças causadas pelo deslocamento e permitir que as pessoas afetadas possam compartilhar os benefícios do crescimento não é apenas possível, mas imperativo, tanto por razões econômicas como morais. Um reassentamento socialmente responsável, ou seja, o reassentamento genuinamente guiado por uma bússola-equidade pode neutralizar o empobrecimento e gerar benefícios tanto para a economia nacional como local (CERNEA, 2000, p. 13).

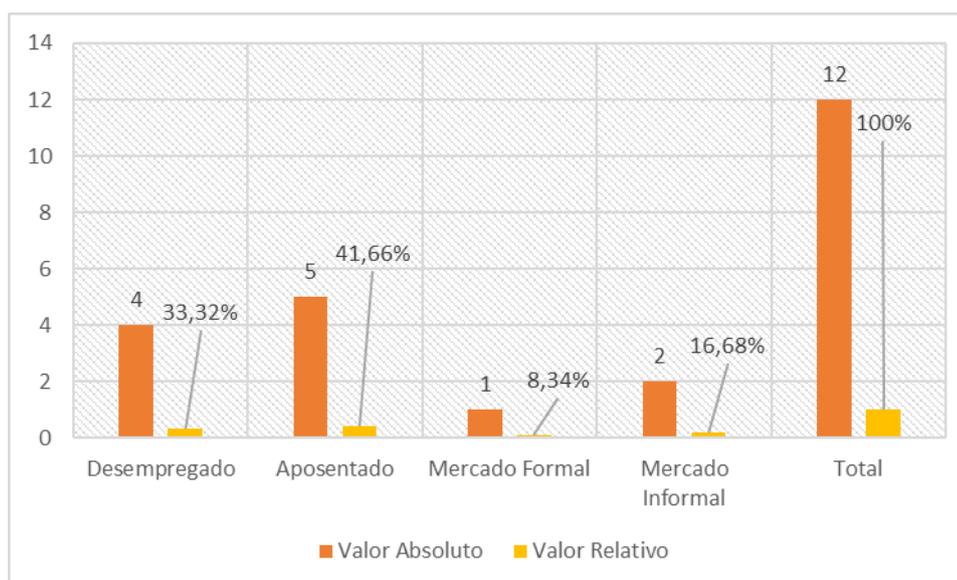
Moacir Gadotti (2012) ressalta que a noção de justiça supõe que todos e todas tenham acesso a qualidade de vida e a dignidade. Para ele, falar em redução de demandas de consumo ou atacar o consumismo para aqueles que ainda não tiveram acesso ao consumo básico, ainda que tivesse como pano de fundo uma ideia de sustentabilidade, não passaria de cinismo.

Monte (1999) destaca que na análise dos efeitos da implementação do CIPP na qualidade de vida das famílias do Reassentamento Cambeba, houve uma melhoria acentuada do indicador aspectos econômicos. Adotando como variáveis a renda, a disponibilidade de terra para atividades agrícolas e a titulação destas, a autora afirma que “sem a presença desse indicador, o ganho de qualidade de vida das famílias teria sido insignificante” (MONTE, 1999, p. 111).

A análise da dimensão econômica das famílias reassentadas no Conjunto Habitacional Novo Crato permite apreender a condição de vulnerabilidade dos mesmos. Um estudo do gráfico 8 permite observar que, em relação a ocupação, dos doze chefes familiares do referido conjunto, cinco encontram-se aposentados. Em relação aos demais, quatro destes estão desempregados, enquanto dois exercem suas atividades na informalidade. Portanto, apenas um dos chefes familiares em idade economicamente ativa está inserido no mercado formal, estando assim amparado na legislação trabalhista.

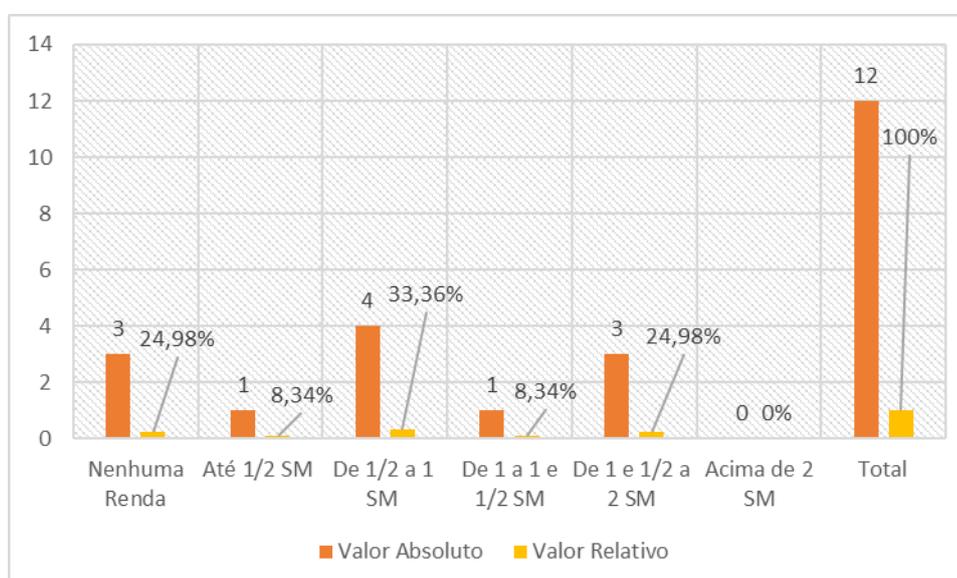
Em relação a renda do chefe familiar (Gráfico 9) percebe-se que a maioria destes (33,36%) possui renda de, no máximo, um salário mínimo (R\$ 880,00). Embora, aproximadamente, 25% dos chefes familiares afirmarem possuir renda entre um salário mínimo e meio e dois salários, o mesmo quociente se aplica aos chefes familiares que afirmaram não possuir renda alguma (25%). Destaca-se ainda que nenhum dos chefes familiares reassentados no CHNC declarou possuir renda superior a dois salários mínimos.

Gráfico 8 – Distribuição das famílias reassentadas de acordo com a ocupação do chefe familiar



Fonte: Elaborado pelo autor.

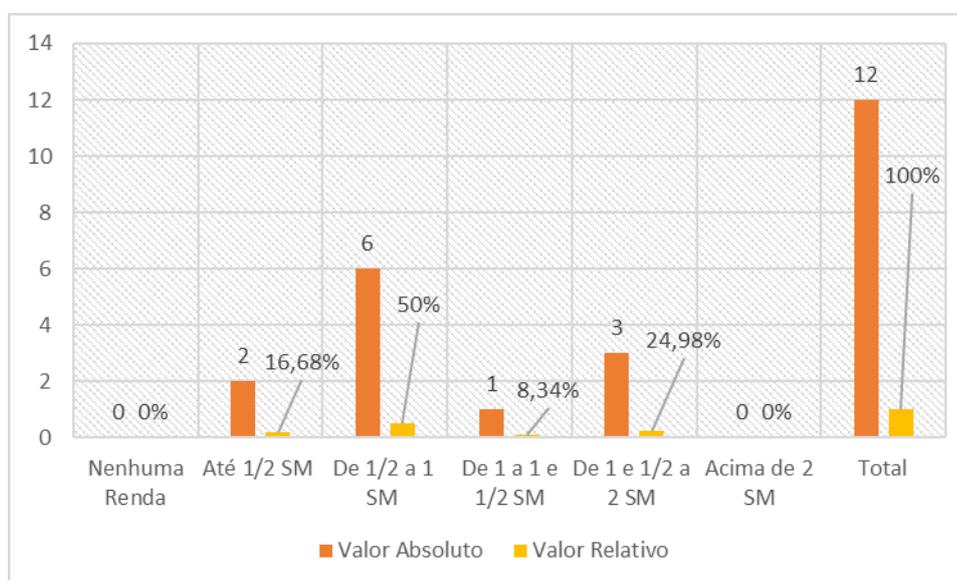
Gráfico 9 – Famílias reassentadas de acordo com a renda do chefe familiar



Fonte: Elaborado pelo autor.

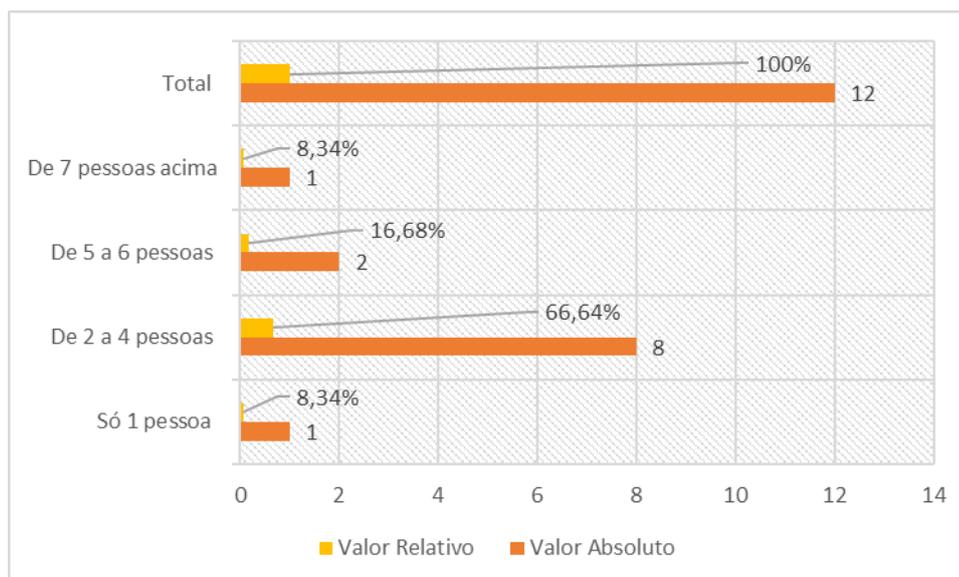
Passando à análise do gráfico 10, quando foi questionada a renda total da família, onde se incluía a renda proveniente de todos os membros, percebe-se que nenhuma família afirmou não dispor de algum tipo de renda. Entretanto, comparando-o com o gráfico anterior, percebe-se que essa alteração não interfere na renda dos chefes familiares com renda entre um e dois salários mínimos, modificando apenas os números relacionados aos chefes que recebiam até meio salário mínimo e de meio salário a um. Nesse caso vale salientar que muitas das famílias reassentadas dependem dos programas de transferência de renda do Governo Federal, em alguns casos, chefes familiares afirmam estar sobrevivendo em virtude destes. Faz-se necessário ainda enfatizar que mesmo considerando a renda proveniente de todos os membros da família, nenhuma destas apresenta renda superior a dois salários mínimos.

Gráfico 10 – Famílias reassentadas de acordo com a renda total



Fonte: Elaborado pelo autor.

No que tange a quantidade de membros por família reassentada (Gráfico 11), verifica-se que predominam as famílias onde residem entre duas e quatro pessoas (66,68%), ainda que existam casos extremos onde residem, de um lado, acima de sete pessoas por apartamento, enquanto de outro, apenas uma.

Gráfico 11 – Famílias reassentadas de acordo com o número de membros

Fonte: Elaborado pelo autor.

BOX 4 – EMPREGO E RENDA NO CONJUNTO HABITACIONAL NOVO CRATO

Esse homem da bodega sempre oferece pra gente comprar as coisas fiado, eu é que não gosto. Porque eu não trabalho, não tenho serviço certo e nem ele também, então a gente já come e compra aquilo que a gente tá com aquele tostãozinho guardado. Não vai pegar e tá fazendo loucura né? Já não basta esse negócio dessa energia que deu pane, o gás que deu pane. A gente tem que saber manejar né? Porque não é a primeira vez que eu moro só, que eu moro em uma casa, então o que houve realmente nesse negócio da energia foi um descontrole por falta de dinheiro. Eu trabalhava na casa de uma criatura e ela me despediu e não me pagou, aí começou daí. Nos dois primeiros meses não foi paga a luz, aí foi juntando. Aí no outro mês a gente só conseguia se fosse o de comer, não conseguia o de pagar a luz. Quando juntou quatro papel cortaram. Dá R\$ 211,00 a conta total. Eu fui segunda feira na prefeitura pra ver se alguém dava pelo menos alguma coisa certa pra mim ou pra ele, pra gente ir pagando e tudo. Não tinha simplesmente vereador nenhum, não tinha prefeito nenhum na prefeitura, não tinha nada (DANIEL).

No diálogo com os interlocutores, fica claro que nenhum deles associa a condição de pobreza, ou o agravamento desta, ao processo de reassentamento.

Tinha um negócio que a doutora disse que ia fazer e não trouxe, [...] era assim, tipo cursos profissionalizantes pra gente, gratuito. Ela disse que ia fazer um negócio de um convenio com o SENAC e tudo, mas isso não aconteceu. E era importante, porque são 24 famílias né? e tem adolescente e tudo, porque hoje em dia meu amigo, eu digo uma coisa a você, ou você dá uma ocupação legal a um adolescente ou ele vai pro mundo do crime (DANIEL).

Inclusive prometeram cursos para os moradores, ainda aconteceu, eles ainda providenciaram um curso, que era de culinária, de doces e salgados, algumas pessoas fizeram, eu não fiz porque não tinha tempo, mas aconteceu no CRAS do bairro. Mas também só foi esse mesmo. Apareceram aqui mais não. Só foi um curso (AMANDA).

Entretanto, como visto nos depoimentos, os mesmos destacam que durante as reuniões com a equipe da prefeitura responsável pelo trabalho social, foi prometido que haveriam cursos profissionalizantes para os moradores do conjunto. No entanto, estes ressaltam que tal promessa não foi colocada em prática, pelo menos de forma satisfatória.

6.1.3 Dimensão ambiental

Para Gadotti (2012), a sustentabilidade está diretamente associada a relação que mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza. Segundo esse autor:

Os governos comprometidos em incluir temas relacionados com a sustentabilidade precisam levar em conta níveis de pobreza, a construção da paz, da justiça e da democracia, a segurança, os direitos humanos, a diversidade cultural, a equidade social e a proteção ambiental (GADOTTI, 2012, p. 24).

Em relação as condições naturais do Conjunto Habitacional Novo Crato, bem como do seu entorno, as informações fornecidas pelas famílias reassentadas balizaram a referida pesquisa. Embora localizado, relativamente, próximo a maior reserva ambiental da sede urbana do Crato, com aproximadamente 90 hectares, o Conjunto Habitacional Novo Crato está situado em uma área predominantemente residencial, inclusive com ocupações desordenadas e em área de risco.

Em relação ao Conjunto habitacional especificamente, os interlocutores destacam que durante as reuniões que antecederam o reassentamento, houveram diversas orientações, entre elas as que abordavam a questão da reciclagem, da preocupação com o meio ambiente, os cuidados com o lixo e a necessidade de plantar árvores na área.

Um dia, em uma reunião, que foi aqui mesmo, elas mostraram que era pra gente plantar árvore, deram até umas mudas de nim, porque diziam que aqui tinha que ter árvore, porque ia ser muito quente, porque as de cima é forrada com forro PVC. Aí elas disseram que era pra gente colocar planta, plantar árvore, aí teve uma mulher que ela ensinava, ela ensinou a gente onde era que tinha que plantar as árvores, onde não podia, por causa de encanação, teve isso também, aí a gente plantou (CARMELA).

Entretanto, os interlocutores afirmam que, em virtude da ausência do muro em torno do conjunto habitacional, crianças alheias aos apartamentos quebram as plantas, assim

como animais comem as plantas e as árvores que foram cultivadas (Figura 54). Ainda assim percebe-se que algumas árvores estão se desenvolvendo no CHNC (Figura 55 e 56).

Figura 54 – Animal se alimentando na área do conjunto habitacional



Fonte: Fotografia do autor (2016).

Figura 55 – Árvores na lateral do CHNC



Fonte: Fotografia do autor (2016).

Figura 56 – Árvores entre os blocos de apartamentos do CHNC



Fonte: Fotografia do autor (2016).

6.1.4 Dimensão institucional e política

Como visto no capítulo 4, Sachs (2009) enfatiza a relevância dos distintos critérios de sustentabilidade na promoção de uma harmonia entre objetivos sociais, ambientais e econômicos. Entre estes critérios, destaca-se a Política Nacional e a Internacional, onde, a primeira está relacionada a noção de democracia e de direitos humanos, com ênfase no papel desempenhado pelo Estado nesse contexto. E a segunda que relaciona-se com a garantia da paz e da proteção ambiental, com ênfase na cooperação internacional para o desenvolvimento.

Para a análise da dimensão institucional e política do referido estudo, buscou-se destacar a atuação das principais instituições envolvidas. Assim, buscou-se compreender o papel do Governo Federal, do Governo do Estado do Ceará, do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, e da Prefeitura Municipal do Crato, em relação ao reassentamento das famílias.

Buscou-se ainda avaliar se organizações do terceiro setor, movimentos sociais, igrejas e/ou sindicatos e associações, estiveram envolvidos, especialmente, no processo de reassentamento no Conjunto Habitacional Novo Crato. Destaca-se que, nessa etapa, representantes do poder público municipal diretamente ligados ao reassentamento das famílias no referido conjunto passam a fazer parte do diálogo.

Em relação ao papel desempenhado pelo Governo Federal, sua atuação está diretamente relacionada ao Ministério das Cidades, e, especialmente, da Caixa Econômica Federal. Esta atuação diz respeito aos recursos obtidos junto a esses órgãos, pela Prefeitura Municipal do Crato, para a construção das unidades habitacionais destinadas ao reassentamento das famílias.

Assim, sendo a Caixa Econômica Federal, instituição financiadora das unidades habitacionais do reassentamento no Conjunto Habitacional Novo Crato, atuou também como fiscalizadora dos projetos e das atividades realizadas junto as famílias por meio de assistente social.

O Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria das Cidades, principal responsável pela intervenção no bairro Seminário, atuou de diversas formas, que vão desde a abertura de licitações e contratações de serviços, até o pagamento de indenizações aos afetados e contrapartidas em relação a obra e as unidades habitacionais. Como principal instituição envolvida no processo, também atuou como agente fiscalizador e regulador das atividades, entretanto, não esteve diretamente ligado aos processos de reassentamento.

Entre as principais instâncias relacionadas ao Projeto Cidades do Ceará Cariri Central, o manual operativo elaborado junto a Secretaria das Cidades destaca:

- a) A UGP – Unidade de Gerenciamento do Projeto: composto pela Secretaria das Cidades;
- b) O CCP – Comitê Consultivo do Projeto: composto pela secretaria das cidades e os representantes dos nove municípios envolvidos;
- c) O CONDIRC – Conselho de Desenvolvimento e Integração Regional do Cariri: composto pelos prefeitos dos nove municípios;
- d) O NGSA – Núcleo de Gestão Socioambiental do Cariri Central: composto pela sociedade civil, com o objetivo de fiscalizar, monitorar e acompanhar o projeto.

Vale salientar que o mesmo documento ressalta que a execução dos processos de reassentamento, apesar de serem de inteira responsabilidade dos municípios, devem ser supervisionados pela UGP e pelo NGSA, com o apoio de técnicos do Banco Mundial. Em relação ao Núcleo de Gestão Socioambiental, composto pela sociedade civil, segundo a Secretaria das Cidades (Estado) funcionou apenas na fase inicial do projeto.

De acordo com a equipe responsável pelo trabalho social com as famílias reassentadas, no início do processo, quando foi apresentado o projeto e suas consequências, o nível de rejeição e de descrença para com o mesmo foi muito alto. Em virtude disso, a referida equipe valeu-se da tentativa de estabelecer parcerias com agentes que pudessem auxiliar, pelo menos, na abertura para que a equipe de assistentes sociais pudesse se aproximar das famílias.

Entre estas parcerias, destaca-se a Igreja Católica, por meio dos padres do Seminário São José, que auxiliou a equipe cedendo espaços, no próprio seminário, para que fossem realizadas algumas reuniões. Outra parceria importante, destacada pela referida equipe, foi a estabelecida com as associações do bairro e com as lideranças da área, que permitiram uma aproximação maior com a população afetada.

A equipe destaca ainda que foi estabelecida uma comissão de acompanhamento das obras, formada, e eleita, por membros das famílias afetadas pelo projeto, cuja a atuação compreendia a fiscalização da obra e o levantamento de possíveis problemas e/ou irregularidades.

No que tange a atuação dos movimentos sociais, destaca-se, como já citado, a tentativa de ocupação da população do entorno do conjunto habitacional, em virtude da demora na entrega das unidades habitacionais. Fato esse que resultou em uma maior

celeridade no processo de reassentamento na área em estudo, classificado como precipitação pelo poder público.

O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, organismo financiador e regulador do projeto, desempenhou papel determinante em relação ao processo de desterritorialização-reterritorialização das famílias. Entre a multiplicidade de papéis desempenhados pelo referido organismo, destacam-se três destes.

O primeiro diz respeito a confiabilidade, credibilidade do projeto junto as famílias afetadas. Famílias estas descrentes das promessas do poder público, especialmente municipal.

Quando falaram nesse Banco Mundial, aí foi que eu fiquei mais alegre. Eu digo: rapaz, agora sai. Que ia ser uma coisa que eles (Prefeitura) não iam pegar no dinheiro dali, o povo diz que todo mundo que pegava o dinheiro dali desviava né? Alí já vem de muitos anos, o povo prometendo de fazer e nós sempre tinha esse sonho né, que ia fazer aquilo alí né? (LUIZ GONZAGA).

O segundo está relacionado ao papel de intermediador entre as questões, problemas, entre Governo do Estado do Ceará e Prefeitura Municipal do Crato, que por vezes ameaçaram comprometer a execução da obra e o processo de reassentamento.

BOX 5 – ESTADO X PREFEITURA, E O BANCO MUNDIAL

Infelizmente a questão política hoje ultrapassa muito as questões técnicas, então o Estado, a gente sempre teve uma parceria muito grande, mas eu acho que por questões políticas, eles começaram a fazer...a questão da hierarquia é respeitada, Federal, Estadual e Municipal, mas o Estado sempre quis aparecer sozinho, então, de muito tempo pra cá, de a gente entregar todo o mel bem gostosinho, bem docinho na boca deles, então a gente acabou ficando de escanteio, não se chamava o município para as reuniões, não se apresentava mudança de cronograma, isso foi muito forte, eu entrego a população um cronograma de obra, e, de repente, chego e digo: tu não vai mais sair, porque o Estado disse isso e aquilo outro. Então essa parte não era compartilhada conosco, então muitas das informações chegavam a população através deles, de último momento. Então a partir do momento que o Banco chega, o Banco cobra a presença do município, porque o Banco entende que a gente participou do processo, e o processo, querendo ou não, só aconteceu porque o município trabalhou, dia a dia, noite a noite alí. Aí hoje a gente tem essas questões de mudanças no projeto estrutural, que o município não acompanhou. A falha no projeto que vejo é essa.

Assistente Social 1

O terceiro está relacionado a experiência da sua equipe de técnicos e consultores em reassentamento involuntário. Segundo a equipe responsável pelo trabalho social com as famílias afetadas, essa consultoria foi primordial em relação ao processo de reassentamento das famílias. Entre as questões com interferência direta do Banco e de sua consultoria, estão a localização dos reassentamentos e o valor das indenizações às famílias.

Houve a proposta de construir 24 casas no Sertãozinho, aí ninguém aceitava, nem o Banco Mundial também não deixou. Teve também a proposta de construir lá no Muriti, bem mais longe, o Banco também não aceitou e disse que ficava muito longe, e que tem que ser urbanizado, esse povo tem que estudar...Aí foi quando o secretário conseguiu esse terreno (próximo ao Vitória Nossa) da prefeitura (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Cada casa tinha um valor, foi feito laudo, fazia o levantamento do valor, o engenheiro ia, via a casa, o telhado tudo, aí fazia o cálculo baseado na ABNT. Mas isso não foi obedecido não, foi pago acima do valor. Foi definido um mínimo de valor de indenização, que as vezes uma casinha de taipa, sem você ter a propriedade da terra, ela não vale nada, que o Estado não paga indenização de terreno, ele paga a indenização da benfeitoria, aí tinha casa que valia seis mil, quatro mil, aí o que foi que o Banco Mundial disse: Não, vamos determinar um mínimo, aí o mínimo foi 30 mil reais. Então nenhuma família que optou pela indenização saiu com menos de trinta mil reais (ASSISTENTE SOCIAL 2).

No que tange ao papel desempenhado pela Prefeitura Municipal do Crato, especialmente da equipe de assistentes sociais diretamente envolvidos com o processo de reassentamento, percebe-se que boa parte das famílias reassentadas reconhecem o esforço da referida equipe. Entretanto, como já citado, apresentam uma série de insatisfações que vão desde a estrutura física dos imóveis e do condomínio, até a prestação de serviços.

A esse respeito, no sentido de evitar um caráter parcial a pesquisa, enriquecer o diálogo e buscar respostas aos principais questionamentos, insatisfações, das famílias, o presente estudo dedicou-se a ouvir representantes do poder público municipal envolvidos com o processo de reassentamento no Conjunto Habitacional Novo Crato.

Em relação ao fato de serem unidades habitacionais sobrepostas, apartamentos, o Secretário das Cidades do município do Crato²⁷ informou que se deve a necessidade de possibilitar o reassentamento de parte dos afetados em uma área próxima a anterior, causando um impacto social reduzido. Entretanto, segundo ele, em virtude da ausência de terrenos disponíveis e da dimensão reduzida do terreno mais próximo disponível, optou-se por construções verticais.

No Conjunto Habitacional Novo Crato sempre foi ofertado apartamento porque não era viável a construção de habitações horizontais lá, porque se construiriam cinco ou seis casas, no máximo, porque eu precisava abrir um arruamento, então diminuiria a área para a construção do tipo horizontal (SECRETÁRIO DAS CIDADES).

Sobre a insatisfação das famílias reassentadas em relação ao valor das indenizações, principalmente, comparando as dimensões do terreno anterior às do

²⁷ Secretário de Infraestrutura na época em que foram iniciadas as construções do CHNC.

apartamento, a equipe de Assistentes Sociais da Secretaria das Cidades destaca que houveram indenizações cujo valor ultrapassou cem mil reais. Entretanto, no caso das famílias reassentadas, além de um elevado número de invasões na área, muitas famílias possuíam apenas o contrato de compra e venda do imóvel, e não do terreno.

No que tange a demora na entrega das unidades habitacionais às famílias do Conjunto Habitacional Novo Crato, o Secretário das Cidades destaca que as principais dificuldades estiveram relacionadas a demora no repasse de recursos oriundos do Governo Federal associado a redução do número de funcionários da empresa responsável pela obra²⁸.

Em relação aos problemas de infraestrutura das unidades habitacionais após o reassentamento, o Secretário destaca que alguns realmente foram detectados, e que, após o contato da prefeitura, a empresa responsável teria resolvido. Destaca também que, como se passaram os períodos de testes, os problemas nos imóveis são de responsabilidade das famílias. Destaca ainda que muitos dos problemas estavam relacionados a utilização por parte dos moradores.

Então a empresa tinha um período lá, foi passado, feito os testes das entregas, agora é com eles lá, danificou...que a gente identificava também que tinha vandalismo, informava que o vaso sanitário tava quebrado, chegava lá, não era problema técnico, de execução nem no material, foi um vandalismo que aconteceu. Caixa de descarga quebrada, então foi o manuseio. Tem coisa que é técnica, que a empresa tem que garantir o serviço, dar continuidade, mas também fazer a análise se foi um problema de execução ou foi vandalismo ou a parte de manutenção deles mesmos (SECRETÁRIO DAS CIDADES).

Semelhante a questão anterior, a equipe social da secretaria das cidades destaca que foi realizado um trabalho antes, durante e depois do reassentamento, com atividades socioeducativas. Segundo a referida equipe, o projeto aprovado junto a Caixa Econômica Federal previa o acompanhamento das famílias reassentadas por um período de doze meses, após o reassentamento.

Em relação aos cursos profissionalizantes mencionados pelas famílias, a referida equipe destaca que:

Não foi feito apenas o curso de doces e salgados não. Houve capacitação do SEBRAE para a questão do microempreendedor individual, foi feito de material reciclado, a gente orientou que eles fizessem uma feirinha junto ao CRAS, o CRAS oferta cursos pelo PRONATEC [...] eu acho que as vezes, as pessoas querem as coisas, mas elas querem prontinhas, elas não querem ter o trabalho de ir para o CRAS, se inscrever, eles querem que o instrutor vá lá. Agente fez o que tinha que ser feito dentro do projeto de financiado pela Caixa, agora, a partir daí, é como se a gente tivesse dito assim: o caminho é esse, agora vocês têm que seguir. Mas eles

²⁸ NGR – Construções Ltda.

ainda esperam que a gente empurre com o bracinho assim e encaminhe (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Na mesma linha seguem as orientações quanto aos problemas de relacionamento entre os vizinhos. Segundo a equipe de assistentes sociais, durante o processo de reassentamento, foram feitas reuniões, acordos de convivência, inclusive com a construção de uma cartilha (de convivência), e que hoje as orientações são que procurem as autoridades competentes à cada problema.

Sobre os problemas relacionados a saúde das famílias (larvas na água, ausência de ACS e de Endemias e atendimento médico deficiente), a equipe destaca que os problemas enfrentados pelas famílias reassentadas no Conjunto Habitacional Novo Crato são os mesmos presentes na vida da maioria das famílias não só no Crato, mas no país inteiro. Entretanto, tanto a equipe de assistentes sociais como o secretário comprometeram-se em tentar solucionar os problemas das larvas nas caixas, e no atendimento por parte do Agente Comunitário de Saúde e de Endemias.

As promessas mencionadas pelas famílias em relação a infraestrutura dos apartamentos (portas, pias de inox, cerâmica) e do condomínio (praças, áreas de lazer), segundo os interlocutores responsáveis pelo reassentamento, não existiram. No primeiro caso em virtude de o projeto, após a aprovação na caixa, ter sido apresentado pronto. No segundo, em virtude do espaço físico da área.

BOX 6 – O OUTRO LADO DO MURO

Nós tínhamos um debate no início do projeto, quando conseguimos concluir os projetos verticais, a gente tinha uma tendência de fechar a parte do condomínio, mas um condomínio fechado, ele cria um transtorno imenso com a população de classe média baixa, porque na medida que eu fecho um condomínio daquele ali, vai criar taxas, então eu não posso nem coletar o lixo dentro do condomínio, eles teriam que retirar o lixo e colocar na parte externa do condomínio. Iluminação pública, eu não poderia estar investindo lá dentro, então eles teriam que custear essa parte de iluminação pública. Iriam ter várias despesas, vigilância também, então lá é um projeto popular, nós temos um exemplo nessa discussão, eu fui visitar o conjunto habitacional em Juazeiro do Norte, que foi iniciado próximo ao aeroporto, com 1.280 unidades habitacionais, eles fizeram um condomínio fechado. Lá a repercussão é imensa. Se tiver uma briga de faca a polícia não pode entrar no condomínio. Só pode entrar mediante uma autorização judicial, porque lá já é um ambiente privado, particular, então criar um ambiente desse, condomínio fechado, eles iam ter que se adaptar na parte do condomínio, que é muito difícil um convívio de condomínio, a população que reside lá, pra gente trabalhar lá é uma dificuldade imensa, ia se criar tarifas financeiras para ser feita, então adotamos deixar em aberto, e foi repassado para eles, e colocamos toda a infraestrutura, foi feita a pavimentação, foi feita a rede de esgoto, foi feita uma rede de água, foi feita a rede de iluminação, nós colocamos lá dentro e a prefeitura faz todo esse serviço de manutenção, limpeza, coleta de lixo, por lá estar aberto. Mediante quando eu fecho um condomínio, eu tiro a responsabilidade do poder público. Então eu ia criar um transtorno para eles e para o município (SECRETÁRIO DAS CIDADES - CRATO).

Em relação a ausência do muro, e suas consequências, o Secretário das Cidades afirma que, realmente, foi passado para as famílias reassentadas que o condomínio seria fechado, entretanto, baseado em experiências de outros municípios, bem como no receio de gerar despesas e transtornos para a população reassentada e para o município, o projeto foi revisto, e desistiu-se da construção do mesmo.

No que se refere a ausência do termo de posse, o referido secretário destaca que problemas burocráticos não permitiram que o termo fosse entregue às famílias. Em primeiro lugar por questões ligadas a Certidão Negativa de Débitos – CND que a empresa executora da obra precisa obter junto ao INSS. Em segundo, devido a necessidade de aprovação de lei junto a Câmara Municipal do Crato, para que o gestor municipal possa doar o que hoje é um bem público para as famílias reassentadas. Segundo ele, essas questões estão sendo resolvidas.

BOX 7 – DIÁLOGOS DE PLATÃO

Eu já disse a esse povo, gente, um dia nós vamos sair, a gente tá mostrando o caminho que vocês tem que andar. Um dia vocês vão ter que saber se virar só. É lógico que a gente enquanto assistente social, a hora que eles chegarem aqui a gente dá orientação e tudo, agora eles têm que saber que como cidadão eles também tem os outros equipamentos sociais para utilizar. No final as atividades que foram feitas eram dentro do CRAS, já pra eles sentirem que pertencem aquele espaço. Inclusive a coordenação dos CRAS, as assistentes sociais foram tudo pra lá. Foi feito com PSF, tudo. Eles, nessa parte aí eles não têm o que reclamar não. Agora aquela questão, nós brasileiros somos muito acomodados, eles querem tudo prontinho. A gente se afastou, foi um baque, mas esse afastamento, esse desmame, foi preparado, agora até eles aceitarem, vão ter que se virar (ASSISTENTE SOCIAL 2).

O que a gente queria era só que eles olhassem pra gente, sem precisar de a gente ir lá, que partisse deles vir aqui. E aí pessoal, como é que vocês estão? Vocês estão precisando de alguma coisa? Tá acontecendo alguma coisa? Sem precisar que a gente tenha que tá correndo atrás deles né? Era isso que a gente queria (AMANDA).

O Secretário adverte ainda que será estipulado um prazo mínimo para que, a partir de então, os proprietários possam, caso queiram, negociar os imóveis. “*Não está estipulado, mas é em torno de 10 anos para que fiquem congelados esses imóveis, por se tratar de um bem público*”.

6.2 Considerações gerais do capítulo

Estruturou-se o presente capítulo no intuito de compreender as particularidades do processo de desterritorialização-reterritorialização verificado a partir da desapropriação e do reassentamento das famílias. Buscou-se também debater em torno da percepção dos atores sociais em relação ao reassentamento no Conjunto Habitacional Novo Crato.

A análise das dimensões do desenvolvimento sustentável, adotadas como elementos organizadores das observações, demonstra que houveram avanços em relação as condições de vida das famílias reassentadas. Notadamente esses avanços estão relacionados a habitação e ao saneamento básico, tendo em vista a precariedade de condições as quais estas famílias estavam submetidas.

Entretanto, mesmo considerando os avanços mencionados e as justificativas oriundas do diálogo com o poder público, uma série de problemas e insatisfações foram detectadas, o que compromete a qualidade do processo de reassentamento das famílias, e consequentemente a qualidade de vida destas pessoas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa parte do princípio de que o fenômeno da desterritorialização, antes de significar dissolução de distâncias, debilidade de fronteiras ou desmaterialização, consiste em um processo de exclusão física de um território, em um processo de exclusão socioespacial. Da mesma forma, compreende-se que o fenômeno da reterritorialização pode ser concebido como a recriação de um determinado território. Nesse sentido, é possível estabelecer uma relação direta entre estes e os processos de desapropriação e remoção de famílias, e o seu posterior reassentamento.

Historicamente, os processos de desapropriação, remoção e reassentamento de comunidades está diretamente relacionado a grandes projetos de infraestrutura e urbanização, que propalam um desenvolvimento pautado no crescimento econômico e na geração de emprego. Ao longo da implementação desses projetos, as populações diretamente afetadas, via de regra, estiveram relegadas a segundo plano, em uma concepção maquiavélica de que os fins justificam os meios. Essa lógica legitimou, e ainda legitima, decisões eminentemente técnicas, estruturadas na análise da relação custo-benefício, desconsiderando as comunidades locais e suas territorialidades.

Tal fato acarretou inúmeros problemas às populações afetadas, especialmente em virtude do empobrecimento destas, de, muitas vezes, estarem envolvidos em ações violentas, e de resultarem em indivíduos e famílias desabrigadas. Essas consequências, somadas as lutas das comunidades afetadas, tornaram-se problemas de proporções mundiais, exigindo respostas imediatas. Nesse sentido, principalmente a partir da década de 1980, governos e organizações internacionais passaram a reforçar políticas e programas de assistências nessa área, com pactos e diretrizes no âmbito de projetos que envolvam reassentamentos involuntários.

A partir de uma análise, que tem por base a perspectiva da sustentabilidade, a pesquisa em questão se propôs a responder quais os efeitos do processo de reassentamento involuntário, provocado pelo Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, na vida da população reassentada no Conjunto Habitacional Novo Crato – CHNC. Sendo norteadada pela noção de que o referido processo de reassentamento fomentou consequências positivas e negativas para as famílias afetadas.

Em relação aos aspectos positivos, em primeiro lugar destaca-se o fato de que além dos proprietários dos imóveis, inquilinos e ocupantes tiveram direito ao reassentamento no referido conjunto, o que condiz com as normas internacionais sobre remoções

involuntárias de projetos públicos e privados de infraestrutura urbana. Em segundo lugar ressalta-se a diminuição no número de famílias afetadas a serem reassentadas comparativamente aos números iniciais.

Outro ponto de extrema relevância se deve a oferta de reassentamento próxima a área anterior. Embora a preferência tenha sido pelo Condomínio Residencial do Muriti, considera-se a localização como um elemento fundamental em um processo de reassentamento, em virtude da proximidade de familiares e amigos, de equipamentos sociais, questões relacionadas a despesas com deslocamentos, além da possibilidade de usufruir dos resultados da intervenção. Considera-se ainda que o fato de serem habitações sobrepostas, verticais, foi determinante para a predileção mencionada.

Embora existam diversas insatisfações em relação ao produto (apartamento) e ao processo, os avanços em relação as condições de moradia e de saneamento básico contam como aspectos positivos no tocante ao reassentamento em questão, comparativamente a precariedade das condições anteriores. Assim como a liberdade de escolha entre as políticas de atendimento e de reassentamento, e a inexistência de pressões sobre as famílias afetadas.

O fortalecimento de laços de vizinhança (em alguns casos), o atendimento parcial às solicitações das famílias durante o processo, o direito a fala e a esclarecer dúvidas em relação as moradias, e a realização de atividades socioeducativas com as famílias, também contribuem com os aspectos positivos do reassentamento no CHNC.

No tocante aos aspectos negativos do processo de reassentamento no Conjunto Habitacional Novo Crato e suas consequências na vida das famílias, destaca-se, inicialmente, a ausência do termo de posse das habitações, o que contribui com a sensação de insegurança para as famílias. Em segundo lugar destaca-se que, embora tenham direito a fala e a esclarecer dúvidas durante o processo, a população foi apresentada ao projeto, ou seja, não houve espaço para sugestões, discussões e decisões, restringindo-se a escolha quanto a forma de compensação e o local de reassentamento.

Outro aspecto negativo diz respeito ao fato de que questões políticas teriam se sobressaído aos aspectos sociais do projeto, quando a guerra de vaidades (e de poder) entre o Governo do Estado e o Município do Crato comprometeram o cronograma e a política de informação antecipada e de esclarecimentos à população afetada pela obra.

Fulcral no que tange aos aspectos negativos estão os problemas relacionados a saúde no CHNC. A presença de larvas e de insetos na água que abastece as residências, a ausência de um Agente Comunitário de Saúde para atender as famílias, a ausência de um

Agente de Endemias e o atendimento médico precário corroboram para que o referido processo não seja condizente com a noção de justiça social, tendo em vista, entre outras coisas, o número crescente de doenças relacionadas, sobretudo, ao mosquito *aedes aegypti* e suas consequências no país, e ao fato de que entre os reassentados constituem-se grupos em condição de vulnerabilidade (idosos, crianças e mulheres grávidas).

Correlato ao aspecto anterior, a ausência de unidades habitacionais adaptadas à pessoas com deficiência, além da ausência de estruturas de acessibilidade aos pavimentos superiores também não condizem com a noção de justiça social, e portanto de sustentabilidade.

Central no debate entre aspectos positivos e negativos do reassentamento e suas consequências na vida da população a ele submetida está a ausência do muro que segregaria o condomínio e as famílias. Embora o referido estudo considere a justificativa do poder público de extrema relevância em relação a opção pela retirada do mesmo, o fato é que toda a estrutura do conjunto foi pensada sob a ótica do muro. Assim sendo, a alteração no projeto inicial está diretamente imbricada na perda da qualidade de vida da população em virtude, principalmente, da susceptibilidade a violência e a insegurança.

Outro ponto central diz respeito ao acompanhamento pós-reassentamento. No que tange aos aspectos relacionados com os problemas na infraestrutura dos apartamentos, desde que sejam de responsabilidade da construtora, é comum que habitações construídas com recursos via Caixa Econômica Federal estejam amparadas por uma garantia de cinco anos. No caso em questão, a execução da obra foi feita via licitação municipal.

No que tange aos aspectos relacionados ao acompanhamento social dos reassentados, considera-se que, em virtude da vulnerabilidade social das famílias, e das mudanças especialmente no tipo de habitação, mesmo após o prazo definido junto a Caixa Econômica Federal ter esgotado, um monitoramento social dos reassentados deveria ser realizado. Nesse caso, a presença de um Agente Comunitário de Saúde – ACS, poderia auxiliar nesse processo.

Percebe-se que, se por um lado não houve empobrecimento da população em virtude do reassentamento no Conjunto Habitacional Novo Crato, por outro também não houve melhoria das condições socioeconômicas dos mesmos. Nesse caso, em virtude da já citada condição de vulnerabilidade das famílias, a manutenção das condições socioeconômicas dos afetados, como prevê o Plano de Reassentamento Involuntário não condiz com a lógica da equidade, da justiça social.

Do ponto de vista da reterritorialização, percebe-se que as famílias reassentadas ainda não se identificam com o novo território, não se sentem membros, especialmente da comunidade do seu entorno. Isso pode estar relacionado com o fato de o processo de reassentamento ser relativamente recente. Percebe-se ainda que a sociabilidade das famílias entre si e com o entorno se dá através da religiosidade, por meio da celebração de cultos e da reza dos terços.

Diante do contexto, mesmo reconhecendo os avanços em relação as condições de vida das famílias reassentadas, notadamente no que se refere a habitação e ao saneamento básico, balizado pela análise dos objetivos e ações previstos no PRI, no diálogo com os autores que se dedicam ao tema – especialmente no que se refere a noção de moradia adequada – e, principalmente, na interlocução com as famílias, a pesquisa em foco conclui que o reassentamento no Conjunto Habitacional Novo Crato não condiz com a perspectiva da sustentabilidade, que se estrutura a partir da qualidade de vida das pessoas, da justiça social, da cidadania e da participação das pessoas no processo de desenvolvimento.

O referido estudo não tem como pretensão esgotar as discussões a respeito da temática proposta. Espera-se, a partir das reflexões mencionadas, contribuir com o debate em torno do reassentamento involuntário e, principalmente, na construção de processos de reassentamento cada vez mais justos, quando estes forem necessários.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. F. C. **Zona Costeira do Pecém**: de colônia de pescadores à região portuária. 2005. 217 f. Dissertação (Mestrado em Análise Geoambiental Integrada no Semiárido e no Litoral) – Universidade Estadual do Ceará – UECE, Ceará, 2005.
- ARAÚJO, M. L. C. de. **Grandes obras...Grandes impactos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001 (Trabalhos para discussão).
- _____. A experiência de organização dos assentados de Itaparica. In: MEDEIROS, L. et al. (orgs.), **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: EDUNESP, 1994.
- BITTENCOURT, M. F. N; FERREIRA, P. A. **As obras na implementação de políticas públicas**: o caso do REUNI. XXXVIII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2014.
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Projeto São Francisco**: água a quem tem sede. Programa de Reassentamento das Populações, PBA-08, 2005.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **O trabalho do agente comunitário de saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BRITO, R. F. de A.; DEUS, J. B. de. A interferência da gestão municipal na produção do espaço, **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 107-120, 2009.
- BURSZTYN, M.; DRUMMOND, J. A.; NASCIMENTO, E. P. **Como escrever (e publicar) um trabalho científico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- BURSTYN, M. O poder dos donos, 20 anos depois...ou a incrível e triste história das populações desfavorecidas e suas elites desalmadas. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. v. 22, n.1, 2003.
- CÂMARA, H. de A. FROTA, F. H. da S. A barragem do Castanhão e sua importância socioeconômica para Jaguaribara e o Estado do Ceará. **Revista Conhecer: debate entre o público e o privado**. ano. 1, n.1, 2011.
- CARVALHO, A. W. B.; STEPHAN, I. I. C.; Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico. **Cadernos Metropolitanos**. São Paulo, v.18, n.35, p. 283-307, abr. 2016.
- CBDB. **A história das barragens no Brasil, séculos XIX, XX e XXI**: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens. Rio de Janeiro: CBDB, 2011. (Coordenador, supervisor, Flavio Miguez de Mello; editor, Corrado Piasentin).
- CEARÁ. Governo do Estado. **Governo inaugura 1ª etapa da obra da encosta do bairro Seminário no Crato**. 2015. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/13290-governador-inaugura-1o-etapa-da-obra-da-encosta-do-bairro-do-seminario-no-crato>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

CEARÁ. Governo do Estado. **Projeto Executivo – Plano de Reassentamento Involuntário**. Março, 2013.

CEARÁ. Governo do Estado. **Projeto Executivo de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário**. Setembro, 2010.

CEARÁ. Governo do Estado. **Projeto Cidades do Ceará: Cariri Central – Manual Operativo**. Dezembro, 2009.

CEARÁ. Governo do Estado. **Cidades do Ceará: Relatório de Avaliação Ambiental**. Janeiro, 2008.

CEARÁ. Governo do Estado. **Projeto Cidades do Ceará: Plano de Gestão Sócio-Ambiental do Cariri Central**. Maio, 2008.

CERNEA, M. Riscos, salvaguardas e reconstrução: um modelo para o deslocamento da população reassentada. In: CERNEA, M. & MCDOWELL, C. (Org.) **Risks and reconstruction: experiences of resettlers and refugees**. Washington, DC: World Bank, 2000.

CERNEA, M. & MCDOWELL, C. **Risks and reconstruction: experiences of resettlers and refugees**. Washington, DC: World Bank, 2000.

CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, v. 22, 2010.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (org.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 41-51.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CRATO. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Municipal**. 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992. (Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz).

DERROSSO, G. S.; ICHIKAWA, E. Y. A construção de uma usina hidrelétrica e a reconfiguração das identidades dos ribeirinhos: um estudo em Salto Caxias, Paraná. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n. 3. p. 97-114. Jul-set. 2014.

DOS ANJOS, K. L.; LACERDA, N. Transformações urbanas e ambientais em áreas pobres da Região Metropolitana de Recife (Brasil), **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVIII, n.1. p. 41-64. Jan-mar. 2015.

FARIAS FILHO, W. A. de. **Crato: evolução urbana e arquitetura: 1740-1960**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

FERNANDES, M. A aula de geografia e algumas crônicas. Campina Grande: Bagagem, 2003.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. **História do Cariri**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1968. (vol. III. e IV).

FIGUEIREDO FILHO, J. de.; PINHEIRO, I. **A cidade do Crato**. Min. da Educação e Cultura, 1953.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v.14, n.02, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012. (Série Unifreire; 2).

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUSTIN, M. B. de S.; MERLADET, F. A. D.; MIRANDA, I. G. Pessoas ou investimentos? A especulação imobiliária, as violências públicas e a expulsão dos mais pobres das grandes metrópoles. *Revista e-metropolis*, ano. 4, n. 13, 2013.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os conglomerados de exclusão. In: CASTRO, I.E. de. et al.: **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. **Revista Território**, ano. 3, n. 4, 1998.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IPECE. **Perfil básico municipal**. 2015. Disponível em:
http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/perfil-basico-municipal-2015.
Acesso em: 09 out. 2015.

IPECE. **Ceará em números 2011**. Fortaleza, 2012.

LEÃO, M. B. M. S. **Remoção e reassentamento em projetos de urbanização de baixadas em Belém: tendências recentes e retrocessos.** XVI ENANPUR. Belo Horizonte, 2015.

LEFEBVRE, H. A. Cidade e o urbano. In: _____. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 79-88.

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MAIA, H. **Memória histórica do Crato.** Identidade. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/292529590877963/photos/a.307985662665689.1073741852.292529590877963/415648478566073/?type=3&theater>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos, SP- Brasil, v. 20, n. 35, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MONTE, F. S. de S. **O uso e controle das águas no processo de modernização do Ceará: o caso da Barragem do Castanhão.** 2005. 388f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Os efeitos da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém na qualidade de vida das famílias rurais da região: o caso do reassentamento Cambeba.** 1999. 144f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 09-18, 2006.

MOREIRA, G. L.; TREVIZAN, S. D. P. O processo de (re)produção do espaço urbano e as transformações território-ambientais: um estudo de caso, **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 3, n. 2, p. 78-90, 2005.

MOREIRA, T. **Bairro Seminário.** 2015. Disponível em: <<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=10204435348435982&set=a.2283862668255.2104427.1599533590&type=1&theater>>. Acesso em: 02 set. 2015.

NETO, L. **Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OLIVEIRA FILHO, J. C. A.; MITIDIERO JUNIOR, M. A. Igreja e movimentos sociais: o papel das CEB'S e a luta pela moradia na cidade do Crato – Ceará. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 03, n. 02, 2014.

OLIVEIRA, J. C. A. de.; ABREU, R. C. Resgatando a história de uma cidade média: Crato capital da cultura. **Revista Historiar**, ano. II, n. I, 2010.

PNUD. **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2016. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Docs/Agenda2030completo_PtBR.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2015.

PROEMA. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**. Relatório de impacto sobre o meio ambiente – recuperação ambiental e urbanização do bairro Seminário. Disponível em: <http://www.semace.ce.gov.br/2012/06/recuperacao-ambiental-e-urbanizacao-do-bairro-seminario/>. Acesso em: 09 de set. 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, S. C; GUERRA, A. J. T. Fatores socioambientais na aceleração de processos erosivos em áreas urbanas: o bairro Seminário, Crato/CE. **Revista do Departamento de Geografia – Geo UERJ**, n. especial, p. 1827-1829, 2003.

ROLNIK, R. et al. **Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?** 2011. Disponível em: <http://direitoamoradia.org/?p=6088&lang=pt>. Acesso em: 13 de fev. 2016.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Disponível em <http://www2.ufba.br/~paulopen/AnalisedePolíticasPublicas.doc>. Acesso em: 06 fev. 2015.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. O dinheiro e o território. In: **Território territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

SEABRA, O; CARVALHO, M; LEITE, J.C. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Ceage Learning, 2014.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA; E. P. da. PEREIRA; M. F. G. **Análise da formação do bairro Seminário em Crato-CE**. Fortaleza: Instituto da Memória do Povo Cearense, 2005.

SOARES, P. **A céu aberto**. Fortaleza: Premium, 2015.

- SOUZA, F. L. M. et al. Estratégias de reassentamento: o caso do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Ceará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, p. 37, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...**Brasília, DF: SOBER, 1999.
- SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de. et al: **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO; M. E. B. (org.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 123-145.
- TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR-BA, 2002.
- VAINER, C. B. Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. **Anais...Workshop Social Movements in the South, Center for International Affairs**, Harvard University, maio, 2002.
- VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.
- VASCONCELOS, P. de A. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 247-278.
- VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- _____. **Como monitorar o desenvolvimento sustentável?** A resposta da Comissão Stiglitz Sen-Fitoussi (CMEPSP) de junho 2009. São Paulo, 2009.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- ZITZKE, V. A. **A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas**. 2007. 316f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas, Sociedade e Meio Ambiente) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC/ Florianópolis, 2007.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA
SEMIESTRUTURADA APLICADA JUNTO AS FAMÍLIAS REASSENTADAS**



PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

1. Iniciais:	2. Data:	3. Entrevista n°	
4. Idade:	5. Sexo: M () F ()	6. Estado Civil:	7. Escolaridade:
8. Natural de:	10. Mora no Bairro seminário desde:	11. Qual motivo o levou a residir no bairro Seminário?	11. Contando com você, qual o total de pessoas que moram na sua casa atualmente?
9. Mora no Crato desde:			12. Contando com você, qual o total de pessoas que moravam na sua casa antes do reassentamento?
13. Exerce alguma atividade remunerada atualmente?		15. Contando com todas as pessoas que trabalham, qual a renda familiar mensal atualmente? () Até ½ salário-mínimo. () De ½ a 1 salário-mínimo () De 2 a 3 salários-mínimos. () Acima de 4 salários-mínimos. () Não sabe	15. Contando com todas as pessoas que trabalham, qual a renda familiar antes do reassentamento? () Até ½ salário-mínimo. () De ½ a 1 salário-mínimo () De 2 a 3 salários-mínimos. () Acima de 4 salários-mínimos. () Não sabe
14. Exercia alguma atividade remunerada antes do reassentamento?			

* Salário-mínimo = R\$ 880,00 (Ano base: 2016)

APÊNDICE B - QUESTÕES NORTEADORAS DAS ENTREVISTAS



1. Quando e como ficou sabendo da existência do Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário?
2. Aconteceu alguma reunião com os moradores para discutir as propostas do projeto e ouvir a população?
3. Como eram as reuniões?
4. Havia a participação de muitos moradores?
5. Qual a reação de vocês ao saberem que seriam reassentados?
6. Houve alguma resistência por parte dos moradores?
7. Vocês foram pressionados de alguma forma?
8. Vocês fizeram alguma exigência, pedido ou solicitação à prefeitura municipal?
9. Foram atendidos?
10. Quais as propostas apresentadas a vocês em relação ao reassentamento?
11. Por que escolheu o Conjunto Habitacional Novo Crato?
12. Acredita que, diante do que foi oferecido, fez a melhor escolha?
13. O que mudou em sua vida após o reassentamento?
14. Como era e como é a relação com os vizinhos?
15. Além das pessoas que moram com você, existem outros parentes que também foram afetados pela obra, e caso sim, aonde estão?
16. Há algum acompanhamento (orientação) por parte da prefeitura municipal após o reassentamento?
17. Considera que o processo de reassentamento ocorreu de forma justa com a população afetada?

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO APLICADO JUNTO AS
FAMÍLIAS REASSENTADAS**



1. Iniciais:		Data:	
2. Idade:			
3. Questionário nº		4. Responsável pela família: () sim () não	
5. Sexo: () M () F	6. Estado Civil:	7. Nº de filhos:	8. Naturalidade:
9. Quantas pessoas moram com você em sua casa? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5.	11. Quem mora com você? () sozinho () Pai () Cônjuge () Mãe () Filhos () Irmãos () outros parentes () outra situação	12. Qual a etnia da sua família? () Branca () Negra () Parda () indígena () Amarela	13. Qual a religião da sua família? () Católica () Evangélica () Espirita () Umbanda/ Candomblé () outra () sem religião
10. Qual a naturalidade de sua família?	15. Qual é a sua renda mensal individual? () Nenhuma () De 3 a 4 salários () Até ½ salário-mínimo () Acima de 4 salários. () De ½ a 1 salário-mínimo () Não sabe. () De 1 a 2 salários-mínimos () De 2 a 3 salários-mínimos		
14. Existe na sua família membro portador de doença física ou mental que necessite acompanhamento sistemático? 14.1. Qual necessidade?			

16. Quem é a pessoa que mais contribui com a renda familiar? () Você mesmo () Cônjuge () Pai () Mãe () Outra pessoa: _____					
17. Qual a renda mensal da sua família considerando todos os integrantes? () Nenhuma () De 3 a 4 salários () Até ½ salário-mínimo () Acima de 4 salários. () De ½ a 1 salário-mínimo () Não sabe. () De 1 a 2 salários-mínimos () De 2 a 3 salários-mínimos			18. Quantidade de pessoas que vivem da renda familiar (incluindo você)? () 1 () 4 () 2 () 5 () 3 () Mais de 5		
19. Qual a sua profissão?	20. Em que trabalhou na maior parte da vida?	Chefe da família	Pai	Mãe	Cônjuge
20. 1. Na agricultura, no campo, em fazenda ou na pesca.					
20.2. Na indústria					
20.3. No comércio formal					
20.4. No comércio informal					
20.5. Em casa (costura, cozinha)					
20.6. No lar					
21. Qual item abaixo há em sua casa? () TV () Vídeo Cassete () DVD () Rádio () Computador () Videogame () Automóvel () Máquina de lavar () Motocicleta () Geladeira () Telefone Fixo () Telefone Celular					
22. Qual o seu grau de escolaridade? () não alfabetizado () ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo () ensino médio incompleto () ensino médio completo () ensino superior incompleto () ensino superior completo.					
23. Qual o maior grau de escolaridade entre todos os membros da família (moram com você)? () não alfabetizado () ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo () ensino médio incompleto () ensino médio completo () ensino superior incompleto () ensino superior completo.					

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Prezado Sr. (a).

Eu, **Bruno Ferreira Soares**, inscrito no CPF de nº ---.---.--- --, aluno regularmente matriculado no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri – UFCA, sob a orientação da Prof. Dra. Suely Salgueiro Chacon, estou realizando a pesquisa intitulada **“Desterritorialização e Sustentabilidade: um estudo de caso sobre a população submetida a reassentamento involuntário no Conjunto Habitacional Novo Crato, em Crato – CE”**, que tem como objetivo principal: analisar, na perspectiva da sustentabilidade, os efeitos do processo de reassentamento involuntário, provocado pelo Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, em Crato, na vida da população a ele submetida. Como objetivos específicos, o referido estudo pretende: apresentar a relação entre território, políticas públicas, reassentamento e sustentabilidade; caracterizar o Projeto de Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário, bem como a população alvo do mesmo; e entender como se deu o processo de desapropriação e posterior reassentamento das famílias impactadas pelo projeto.

Na tentativa de alcançar os objetivos propostos, o estudo em questão é composto das seguintes etapas: definição do tema e objetivos; levantamento do referencial teórico; escolha do local do estudo; elaboração de um roteiro de entrevistas (e questionário) como instrumento de coleta de dados; cadastramento no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Cariri – UFCA; contato com a Prefeitura Municipal do Crato para informar da realização da pesquisa em foco; contato com as famílias reassentadas no Conjunto Habitacional Novo Crato para esclarecer o intuito do estudo e convidá-los a participar; agendamento do horário e local de realização das entrevistas e da aplicação do questionário; transcrição, na íntegra, das respostas dos entrevistados; análise e discussão dos dados com o referencial da literatura; elaboração da dissertação e apresentação em banca dos dados obtidos à professores Doutores do Programa de Pós-Graduação ao qual estou vinculado, bem como a professores Doutores Convidados de outras instituições de Ensino superior.

Diante do exposto, venho convidá-lo(a) a participar da pesquisa em questão. Sua participação consistirá em ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e assinar o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido, concordando em participar do estudo, e responder a um roteiro de entrevista, que será gravada, sob a temática exposta nos objetivos da pesquisa.

Os procedimentos utilizados ao responder às perguntas da entrevista poderão trazer riscos mínimos como constrangimento ao responder sobre aspectos que envolvam questões pessoais e familiares (relacionadas ao estudo), receio em falar sobre ações que podem não ter sido (e/ou não estar sendo) desenvolvidas a contento por quem deveria fazê-lo, bem como o fato de despender um pouco do seu tempo para responder as perguntas da entrevista e do questionário.

Nos casos em que os procedimentos utilizados no estudo tragam algum desconforto, ou sejam detectadas alterações que necessitem de assistência imediata ou tardia, eu **Bruno Ferreira Soares** serei o responsável pelo encaminhamento à Coordenação do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri – UFCA.

Ressalta-se que o senhor(a) será esclarecido sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O senhor(a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, caso aceite, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter aceitado ou mesmo iniciado a entrevista. A participação no estudo não acarretará custos para o Sr(a).

Toda informação que o (a) Sr.(a) nos fornecer será utilizada somente para esta pesquisa, assim como as respostas de dados pessoais e dos questionamentos levantados sobre a temática em estudo serão confidenciais e seu nome não aparecerá no roteiro de entrevista ou quaisquer registros da pesquisa, inclusive quando os resultados forem apresentados. Destaca-se ainda que uma cópia deste consentimento será arquivada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável e outra será fornecida ao Sr(a).

Os benefícios esperados com este estudo estão no sentido de analisar como se deu o processo de reassentamento involuntário das populações realocadas no Conjunto Habitacional Novo Crato, reassentamento este, que deve ser balizado pela obrigação em minimizar os efeitos negativos da realocação, garantir aos reassentados uma base produtiva e melhores condições de vida ou, no mínimo, similares às anteriores no que concerne à habitação, organização social e econômica, e condições ambientais.

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, poderá procurar **Bruno Ferreira Soares** na Avenida Tenente Raimundo Rocha, S/N, CEP 63040-360, Juazeiro do Norte – CE, por e-mail: bruno.geografia@hotmail.com, ou pelo telefone (88)9939-4769, nos seguintes horários: de 8:00 às 12:00h e de 14:00 às 18:00h.

Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Federal do Cariri – UFCA, localizado à rua Divino Salvador, 284, centro, Campos Saúde, na cidade de Barbalha, pelo telefone (88) 3312-5006 ou por e-mail:cep.cariri@ufc.br.

Caso esteja de acordo em participar da pesquisa, deve preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido que segue, recebendo uma cópia do mesmo.

Crato-CE, ____ de _____ de _____.

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, eu _____, portador (a) do Cadastro de Pessoa Física (CPF), número _____, declaro que, após leitura minuciosa do TCLE, tive oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelo pesquisador.

Ciente dos procedimentos aos quais serei submetido e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** em participar voluntariamente da pesquisa “**Desterritorialização e Sustentabilidade: um estudo de caso sobre a população submetida a reassentamento involuntário no Conjunto Habitacional Novo Crato, em Crato – CE**”, assinando o presente documento em duas vias de igual teor e valor.

Crato-CE, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do Pesquisador

**ANEXO A – DIVULGAÇÃO DE INAUGURAÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO
PROJETO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E URBANIZAÇÃO DO BAIRRO
SEMINÁRIO**

**O GOVERNO DO CEARÁ
INAUGURA A URBANIZAÇÃO DO BAIRRO
SEMINÁRIO, NO CRATO.**



**CONTENÇÃO DE ENCOSTAS, SANEAMENTO,
DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, ILUMINAÇÃO,
NOVAS PRAÇAS, JARDINS, LAZER,
ESPORTE E UMA VIDA MELHOR PARA
MAIS DE 30 MIL PESSOAS.**

O Governo do Estado do Ceará transforma o maior bairro do Crato, melhorando a vida dos moradores e fazendo do Seminário um lugar muito mais bonito e agradável para toda a população cratense. Um investimento de R\$ 31.387.448,13 que elimina os riscos de desmoronamento das encostas, oferece infraestrutura urbana e garante mais qualidade de vida para milhares de cearenses.

www.ceara.gov.br

 /governodoceara



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria das Cidades



Fonte: Ceará (2015)

**ANEXO B – CONVITE PARA A INAUGURAÇÃO DA SEGUNTA ETAPA DO
PROJETO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E URBANIZAÇÃO DO BAIRRO
SEMINÁRIO**



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

O Governador do Estado do Ceará, Camilo Sobreira de Santana, convida para a Solenidade de Inauguração da Urbanização do Bairro Seminário - 2ª Etapa.

Data: 08/07/2016 (sexta-feira)

Horário: 19h

Local: Rua Padre Lemos, S/N - Bairro Seminário - Crato/CE.

Em frente ao Seminário.